

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA 2024

4º TRIMESTRE

SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO
SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA
E PREVIDENCIÁRIA



DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDÊNCIA

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA

PROCURADORA-CHEFE

ANA RITA DOPAZO ANTÔNIO JOSÉ LOURENÇO

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FRANKLIN JOSÉ NEVES CONTENTE

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA

CAMILA BUSARELLO

DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES

CARLOS DORIA SANTOS

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	24
1.1 ESTRUTURA PATRIMONIAL	25
2 GESTÃO ESTRATÉGICA	24
2.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO.....	24
2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	24
2.1.2 Programa Governança Pública	26
2.1.3 Programa Manutenção da Gestão	30
3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS	34
3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS	34
3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO.....	35
3.2.1 Finanprev	35
3.2.2 Funprev	37
3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	37
3.3.1 Requerimentos da COMPREV	37
3.3.2 Valores da Compensação Financeira	38
3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	39
3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	39
3.5.1 Dívidas das Prefeituras	39
3.5.2 Rentabilidade dos Fundos.....	39
3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO	40
3.6.1 Finanprev e Funprev	40
3.7 RECEITAS E DESPESAS – SPSM.....	41
3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES...41	
3.8.1 Finanprev	41
3.8.2 Funprev	44
4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL	46
4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS	46
4.1.1 Massa de segurados – Finanprev	46
4.1.2 Massa de segurados – Funprev	47
4.1.3 Massa de segurados – SPSM.....	47
4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVA AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS - COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS	47
4.3 HIPÓTESES ATUARIAIS	49
4.3.1 Hipóteses biométricas	49
4.3.2 Hipóteses demográficas	49
4.3.3 Hipóteses econômico-financeiras.....	50
4.4 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO	50
4.4.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício	50
4.5 EVOLUÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS CUSTOS POR TIPO DE BENEFÍCIO	51
5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS	54
5.1 CARTEIRA GLOBAL	54

5.1.1	Evolução Do Patrimônio Líquido Da Carteira Global.....	57
5.1.2	Distribuição Carteira Global.....	57
5.2	CARTEIRA FINANPREV	59
5.2.1	Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira - Finanprev	59
5.2.2	Evolução do Rendimento - Finanprev	60
5.2.3	Movimentações – Finanprev	60
5.3	CARTEIRA - SPSM	60
5.3.1	Evolução do Patrimônio Líquido - SPSM	60
5.3.2	Evolução do Rendimento - SPSM.....	61
5.3.3	Movimentação - SPSM.....	61
5.4	CARTEIRA - FUNPREV	62
5.4.1	Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira - Funprev.....	62
5.4.2	Evolução do Rendimento - Funprev	62
5.4.3	Distribuição de Recurso por Segmento - Funprev.....	63
5.4.4	Movimentações - Funprev.....	63
5.4.5	Arrecadação Previdenciária - Funprev	64
5.4.6	Rentabilidade e Meta Atuarial – Funprev	64
5.5	ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 - TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO FUNPREV PARA O FINANPREV	68
5.6	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	68
6	PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	70
	Reuniões e principais decisões do Comitê de Investimento – COINV	70
7	ATIVIDADES INSTITUCIONAIS	81
7.1	GESTÃO DE PESSOAL	81
7.1.1	Movimentação e registro do quadro funcional.....	81
7.1.2	Desenvolvimento de Habilidades e Capacitação dos servidores	82
7.1.3	Ações e Projetos de Qualidade de vida	82
7.2	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	86
7.2.1	Poder Executivo	86
7.2.2	Poderes Legislativo e Judiciário	87
7.2.3	Todos os Poderes	89
7.2.4	Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes legislativo e Judiciário	91
7.2.5	IGEPPS.....	93
7.2.6	Encargos IGEPPS - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S).....	96
7.2.7	Encargos IGEPPS - Auxílio Funeral.....	96
7.2.8	Encargos IGEPPS – Salário Família	97
7.2.2	Folhas de Pagamentos	98
7.3	Gerenciamento do Custeio e Contratos.....	107
7.4	Controles Internos e conformidade.....	108
7.5	IMAGEM INSTITUCIONAL.....	113
7.5.2	Produção de Notícia.....	113
7.5.3	Desenvolvimento de campanha de comunicação	115
7.6	CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS	129

7.6.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV)	130
7.6.2 Requisições de Impugnações	132
7.6.3 Recuperação de Crédito.....	134
7.6.3 Precatório	136
7.6.4 Análises Jurídicas	137
7.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	139
7.7.1 Tecnologia da Informação.....	139
7.7.2 Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.....	141
7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL	142
7.8.1 Análise de benefícios de proteção social - reserva e reforma	142
7.8.2 Análise de benefícios de proteção social- pensão por morte	143
7.8.3 Análise de benefícios de proteção social- pensão especial e auxílio morte	144
7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado-TCE/PA.....	144
7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	145
7.9.1 Análise de benefícios previdenciários	145
7.9.2 Concessão de benefícios previdenciários: aposentadoria e pensão por morte	147
7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral.....	150
7.9.4 Abono de Permanência.....	151
7.9.5 Manutenções das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado do Pará .	152
7.9.6 Vacâncias.....	152
7.9.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento.....	156
7.9.8 Pagamento de Retroativos	160
7.9.9 Cumprimento de Decisões Judiciais	162
7.9.10 Recuperação de Crédito.....	163
7.10 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	165
7.10.1 Atendimento Psicossocial.....	165
7.10.2. Diligências Psicossociais.....	165
7.10.3 Denúncias de nova união e de óbito apuradas	165
7.10.4 Análise psicossocial em processos de pensão por morte	166
7.10.5 Relatórios Técnicos	166
7.10.6 Educação Previdenciária.....	166
8 CANAIS DE ATENDIMENTO.....	168
8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL.....	170
8.1.1 Central de Atendimento – CATEN.....	170
8.1.2 Núcleos Regionais	171
CONSIDERAÇÕES	177

1 APRESENTAÇÃO

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS/PA, autarquia estadual com personalidade jurídica de Direito Público, criado pela Lei Complementar n.º 44/2003 e alterado pela Lei Complementar n.º 142/2021, é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará – RPPS e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará, bem como do Plano de Custeio Previdenciário e pela administração e governança dos Fundos Financeiro e Previdenciário, Finanprev, Funprev e Fundo de Proteção Social dos Militares Estaduais (FPSM), respectivamente.

Baseando a sua missão institucional em proporcionar uma gestão sustentável, eficaz, atuarial e transparente, o Instituto vêm priorizando a satisfação dos usuários do serviço público oferecido, garantindo através do seu funcionamento a realização do princípio constitucional da Dignidade Humana. Nesse contexto, a Previdência estadual busca garantir aos segurados e beneficiários em geral o amplo acesso aos serviços públicos ofertados, as informações sobre benefícios previdenciários e ao custeio da assistência e proteção social dos militares, tal que de seus dependentes.

Nesse Relatório de Governança Corporativa são evidenciadas as atividades realizadas e os principais resultados alcançados no quarto trimestre de 2024 (outubro a dezembro de 2024), detalhando as ações desenvolvidas e as metas atingidas pela atuação institucional movida pelos programas e ações de Governo, ressaltando, também, o impacto social dos serviços prestados. Na oportunidade, destacamos, ainda, que esse relatório é instrumento formal de prestação de contas ao Governo, aos órgãos de controle e à sociedade, apresentando a execução das ações constantes no Plano Plurianual - PPA de 2024-2027, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, priorizando, assim, a “Gestão Pública Eficiente e Presente” e o fortalecimento da Instituição.

Por fim, cabe afirmar que as informações e os dados inseridos nesse documento foram integralmente repassadas através da colaboração estratégica e estrutural do Núcleo de Planejamento - NUPLAN com as Diretorias, Coordenações e Gerências que compõem o organograma institucional do IGEPPS, respeitando-se as competências legais, regimentais e regulamentares de cada setor de atuação, possibilitado a compilação do acervo coletado de forma clara e transparente a elucidar os resultados e avanços da atual gestão.

1.1 ESTRUTURA PATRIMONIAL

O Fundo Financeiro – FINANPREV possui natureza contábil, de caráter interrelacional, em regime de repartição simples, com a finalidade de prover recursos para o pagamento dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão aos beneficiários civis do Regime de Previdência Social estadual. Insta salientar que a Lei Complementar n.º 112/2016 alterou a data da segregação de massa entre os Fundos FINANPREV e FUNPREV, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos segurados e do patronal do fundo FUNPREV para o FINANPREV, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016. No fechamento do quarto trimestre de 2024, o valor investido no FINANPREV, a título de Patrimônio Líquido, alçava-se em R\$ 2.405.757,47 (dois milhões e quatrocentos e cinco mil e setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e sete centavos).

Por sua vez, o FUNPREV é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização para prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual, que ingressaram no Estado a partir 01 de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar n.º 112/2016. O FUNPREV encerrou o quarto trimestre de 2024, com Patrimônio Líquido alçado em R\$ 4.342.922.859,38 (quatro bilhões e trezentos e quarenta e dois milhões e novecentos e vinte e dois mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos), aplicados em Fundos de Investimentos, Títulos Públicos e Título Privado.

Por fim, o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, instituído pela Lei Complementar n.º 142/2021, é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações permanentes e interativos, de remuneração, pensão, saúde e assistência, dos militares do Estado do Pará. O fundo do SPSM tem natureza contábil, para prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada e reforma, inatividade e incapacidade para o serviço e pensão aos dependentes do militar. **4 trimestre?**

2 GESTÃO ESTRATÉGICA

2.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO

O IGEPPS está presente em 03 (três) programas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, quer sejam, o referente a Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, a Governança Pública e a Manutenção da Gestão, totalizando 11 (onze) ações.

Tabela 1: Programas e Ações do PPA 2024-2027 – 4º trimestre de 2024.

Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos		
Objetivo	Ação	Produto
Promover os direitos humanos	Implementação da Estação Cidadania	Pessoa atendida
Programa Governança Pública		
Objetivo	Ação	Produto
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas	Capacitação de Agentes Públicos	Servidor Capacitado
Prover a Governabilidade do Poder Executivo	Construção de Imóveis Públicos Estaduais	Imóvel Construído
	Educação Previdenciária	Pessoa Capacitada
	Gestão Previdenciária do Estado	Atendimento Realizado
	Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada
Programa Manutenção da Gestão		
Objetivo	Ação	Produto
Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Abastecimento de Unidades Móveis	Unidade Abastecida
	Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado
	Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado
	Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido
	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado

Fonte: PPA 2024-2027/SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No 4º trimestre (outubro a dezembro de 2024) a execução orçamentária/financeira dos Programas alcançou, em gastos, o valor total de R\$ 75.636.168,92 (setenta e cinco milhões e seiscentos e trinta e seis mil e cento e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos). De outro modo, quando analisada a execução orçamentária/financeira dos Programas no período anual, quer seja de janeiro a dezembro de 2024, o valor total gasto foi de R\$ 286.678.940,87 (duzentos e oitenta e seis milhões e seiscentos e setenta e oito mil e novecentos e quarenta reais e oitenta e sete centavos).

Tabela 2: Execução orçamentária/financeira – por programa – 4º trimestre de 2024.

Programas	Execução Orçamentária/Financeira (R\$)						
	Dotação Inicial	Dotação Real		Despesa Realizada			
		4º trimestre	2024	4º trimestre	(%)	2024	(%)
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	150.000,00	-	-	-	-	-	-
Governança Pública	21.800.000,00	3.968.589,10	39.353.099,10	12.335.698,66	10,8	37.158.016,45	94,4
Manutenção da Gestão	206.765.485,00	24.782.758,94	255.951.748,94	79.742.102,73	21,8	249.520.924,42	97,5
Total	228.715.485,00	28.751.348,04	295.304.848,04	92.077.801,39	20,3	286.678.940,87	97,1

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Pontualmente, no Programa de Governança Pública foi utilizado o valor de R\$ 12.335.698,66 (doze milhões e trezentos e trinta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos), totalizando 310,8% da dotação real do Programa no 4º trimestre de 2024. Dessa forma, como um todo, a despesa realizada no ano de 2024 foi de R\$ 37.158.016,45 (trinta e sete milhões e cento e cinquenta e oito mil e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos), totalizando 94,4% da dotação real do Programa para 2024.

Com relação ao Programa Manutenção da Gestão, foi utilizado o valor de R\$ 79.742.102,73 (setenta e nove milhões e setecentos e quarenta e dois mil e cento e dois reais e setenta e três centavos), totalizando 321,8% da dotação real do Programa no 4º trimestre de 2024, viabilizando a gestão administrativa do Instituto. Dessa forma, a despesa realizada no ano de 2024 foi de R\$ 249.520.924,42 (duzentos e quarenta e nove milhões e quinhentos e vinte mil e novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos), totalizando 97,5% da dotação real do Programa para 2024.

E no Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, o IGEPPS realizou o destaque orçamentário e financeiro à Secretaria e Planejamento e Administração – SEPLAD no valor de R\$ 44.847,32 (quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos) por mês totalizando no ano de 2024, o valor de R\$134.541,96 (cento e trinta e quatro mil e quinhentos e quarenta e um e noventa e seis centavos).

Em relação à análise por grupo de despesa, destaca-se que o Grupo de Outras Despesas Correntes (ODC) que representou o maior valor de despesas no 4º trimestre de 2024, seguido de Grupo de Pessoal e do Investimentos. A partir de março de 2024, a execução orçamentária e financeira do auxílio-funeral passou a ser realizada na Unidade Gestora 840250 – Encargos IGEPPS, por meio de provisão financeira da UG do IGEPPS.

Tabela 3: Execução orçamentária/financeira – por Grupo de Despesa – 4º trimestre de 2024.

Grupo	Execução Orçamentária/Financeira (R\$) - Por Grupo de despesa						
	Dotação Inicial	Dotação Real		Despesa Realizada			
		4º Trimestre	2024	4º Trimestre	(%)	2024	(%)
Pessoal	47.000.000,00	30.669.739,86	30.669.739,86	9.169.375,78	29,9	30.163.105,03	98,3
ODC	166.715.485,00	154.904.250,38	225.187.631,90	70.733.283,04	45,7	225.187.631,90	100,0
Investimentos	15.000.000,00	4.970.057,42	32.767.567,42	11.785.292,40	237,1	30.938.353,77	94,4
Total	228.715.485,00	190.544.047,66	288.624.939,18	91.687.951,22	48,1	286.289.090,70	99,2

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

O Instituto no 4º trimestre de 2024, se fez presente em 03 (três) Estações Cidânicas na Região Guajará, sendo duas no município de Belém: Shopping Bosque Grão-Pará e Shopping Pátio Belém; e uma no município de Ananindeua: Shopping Metrópole Ananindeua. Dentre os serviços ofertados estão as consultas e requerimentos de abono de permanência,

aposentadoria e pensões, atualização cadastral, isenção de imposto de renda, solicitação de auxílio-funeral, emissão de certidão negativa, comunicação de óbito, continuidade de pensão, além dos pedidos de cópias de processos, Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), inclusão de dependentes, inclusão no rateio de pensão, liberação de crédito, emissão de cédula C, e dentre outros, a emissão de contracheque.

Na tabela a seguir é possível observar a ação, o produto, a execução física e a orçamentária/financeira deste Programa:

Tabela 4: Execução física - 4º trimestre de 2024.

Região de Integração	Ação: Implementação da Estação Cidadania					
	Produto: Pessoa Atendida					
	Execução Física (Un)					
	Município	Meta Prevista	Meta Realizada			
4º trimestre			(%)	2024	(%)	
Guajará	Belém	3.500	941	26,9	4.352	124,3
	Ananindeua	1.500	175	11,7	804	53,6
Total		5.000	1.116	22,3	5.156	103,1

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Ressalta-se que no 4º trimestre de 2024 foram realizados 1.116 (mil e cento e dezesseis) atendimentos nas estações cidadanias, totalizando 22,3% da meta prevista para 2024, conforme a tabela acima, sendo cerca de 941 (novecentos e quarenta e um) nas estações cidadanias localizadas no município de Belém (Shoppings Pátio Belém e Grão-Pará) e 175 (cento e setenta e cinco) em Ananindeua, no shopping MetrÓpole, estando dentre os serviços mais demandados nesse período a emissão de contracheques, consulta de processos, requerimentos iniciais e cópia de portarias.

Assim, no ano de 2024, foram realizados ao todo 5.156 (cinco mil e cento e cinquenta e seis) atendimentos nas estações cidadanias – 4.352 (quatro mil e trezentos e cinquenta e dois) atendimentos nas estações cidadanias localizadas no município de Belém (Shoppings Pátio Belém e Grão-Pará) e 804 (oitocentos e quatro) em Ananindeua, no shopping MetrÓpole –, totalizando 103,1% da meta prevista para 2024.

Considerando que a ação de implementação da Estação Cidadania é gerida pela Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD, a participação do IGEPPS se deu por meio da assinatura do Termo de Cooperação Técnica nº 01/2022, a qual resultou no destaque orçamentário e financeiro de R\$ 44.847,32 (quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos), referente ao 2º Quadro de Detalhamentos de Quotas Trimestrais (QDQQ).

Dentro desta ação o IGEPPS contribui para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 10, que diz respeito à redução das desigualdades, sobretudo no tocante a meta 10.2 e 10.3, pois o Instituto quando oferta os serviços previdenciários na Estação

Cidadania promove a descentralização do atendimento, permitindo os seus segurados, beneficiários e sociedade em geral acesso aos serviços, garantindo a igualdade de oportunidades.

2.1.2 Programa Governança Pública

O PPA 2024-2027, instituído pela Lei nº 10.260 de 11 de dezembro de 2023, no art. 3º tem como principais diretrizes estratégicas: I – sociedade de direitos; II – crescimento inteligente; III – trabalho com responsabilidade e IV- gestão pública presente. Nesse sentido, o IGEPPS alinhou ações no programa temático Governança Pública, objetivando contribuir para uma gestão pública eficiente, evidenciando a necessidade de fortalecer a gestão previdenciária do Estado do Pará, por meio das boas práticas de gestão.

No programa Governança Pública este Instituto possui 05 (cinco) ações, sejam elas: Capacitação de Agentes Públicos, Construção de Imóveis Públicos Estaduais, Educação Previdenciária, Gestão Previdenciária do Estado e Publicidade das Ações de Governo. Nesse contexto, abaixo serão expostos detalhadamente os objetivos e as ações que os compõe, bem como, as respectivas execuções orçamentárias e financeiras para o ano de 2024.

Objetivo: Aprimorar o desenvolvimento de pessoas - Ação de Capacitação de Agentes Públicos.

Na ação ‘Capacitação de Agentes Públicos’ o produto é o servidor ser capacitado, com atuação voltada para a Região Guajará. Na tabela abaixo observa-se a respectiva ação, o produto, a execução física e a orçamentária/financeira.

Tabela 5: Execução física e orçamentária/financeira - 4º trimestre de 2024.

Ação: Capacitação de Agentes Públicos						
Produto: Servidor Capacitado						
Execução Física (Un)						
Meta Prevista			Meta Realizada			
			4º trimestre	2024	(%)	
150			2	236	176,7	
Execução Orçamentária/Financeira (R\$)						
Dotação Inicial	Dotação Real		Despesa Realizada			
	4º Trimestre	2024	4º Trimestre	(%)	2024	(%)
2.500.000,00	-200.000,00	3.800.000,00	380.123,19	- 1,9	3.461.940,66	91,1

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Outrossim, percebe-se que ao final do 4º trimestre houve uma redução no número de servidores capacitados, em razão do Memorando Circular nº 2/2024.SDP/IGEPPS, que suspendeu temporariamente as novas solicitações, sendo realizadas apenas as capacitações já previamente aprovadas e empenhadas. Assim, em dezembro, não houve atividades de capacitação. Contudo, ainda sim, no ano de 2024 o IGEPPS atingiu a marca de 157,3% acima

da meta prevista para 2024, conforme tabela acima.

Quanto à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto no 4º trimestre foi de R\$ 379.907,01 (trezentos e setenta e nove mil e novecentos e sete reais e um centavo). Diante do exposto, no período de janeiro até dezembro de 2024, valor total das despesas realizadas foi de R\$ 3.461.724,48 (três milhões e quatrocentos e sessenta e um mil e setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos) representando 92,7% do total previsto para a ação no exercício de 2024.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Construção de Imóveis Públicos Estaduais.

Neste objetivo o IGEPPS tem como ação a Construção de Imóveis Públicos Estaduais, cujo produto é imóvel construído. Por meio desta ação o instituto busca realizar manutenções prediais na Sede do Instituto, na Região Guajará e nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG, como: Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agências de Santarém e Altamira) e Marabá (agências de Marabá e Paragominas).

No quarto trimestre de 2024, foram realizadas diversas reformas e manutenções prediais em 05 agências (Marabá, Altamira, Paragominas, Castanhal e Abaetetuba) e na Sede, tais como serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com mudança de layout nas salas do prédio da agência, substituição de revestimento de áreas internas e externas, dentre outros.

Em relação à execução orçamentária/financeira o valor total gasto foi de R\$ 11.785.292,40 (onze milhões e setecentos e oitenta e cinco mil e duzentos e noventa e dois reais e quarenta). Assim sendo, ao longo do ano de 2024, o valor total gasto foi de R\$ 30.812.398,30 (trinta milhões e oitocentos e doze mil e trezentos e noventa e oito reais e trinta), representando 94,4% do total previsto para a ação no exercício de 2024

Em relação a metafísica, considerando que o produto é o “imóvel construído” e conforme orientação em reunião com a SEPLAD há uma secretaria específica para atender a este produto, os órgãos habilitados nesta ação não computarão a metafísica, somente foi alimentada a informação qualitativa.

Por sua vez, esta ação permitiu ao IGEPPS atender ao plano de expansão institucional por diversas Regiões, a partir da contratação dos serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com o fornecimento de materiais necessários visando à execução de atividades de manutenção, reforma e reparos de instalações prediais, em geral.

Na tabela a seguir é possível observar a ação, produto, execução orçamentária/financeira.

Tabela 6: Execução orçamentária/financeira - 4º trimestre de 2024.

Ação: Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais

Produto: Imóvel Construído

Região de Integração	Município	Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)						
		Meta prevista	Meta realizada		%	Dotação Inicial	Dotação Real		Despesa Realizada			
			4º Trimestre	2024			4º Trimestre	2024	4º Trimestre	(%)	2024	(%)
Baixo Amazonas	Santarém	1	-	-	-	200.000,00	-794.290,89	2.815.709,61	996.179,99	-125,4	2.811.888,60	99,9
Carajás	Marabá	1	-	-	-	200.000,00	-1.068.235,94	2.203.884,44	-	-	2.203.882,44	100,0
Guajará	Belém	1	-	1	100,0	8.600.000,00	9.240.667,96	25.664.612,18	10.789.112,41	116,8	23.839.227,64	92,9
Guamá	Castanhal	1	-	-	-	200.000,00	-524.775,32	275.224,68	-	-	275.223,68	100,0
Rio Caeté	Capanema	1	-	-	-	200.000,00	-503.827,61	296.172,39	-	-	296.171,39	100,0
Tocantins	Abaetetuba	1	-	-	-	200.000,00	-	537.083,95	-	-	537.082,85	100,0
Rio Capim	Paragominas	1	-	-	-	200.000,00	-199.999,00	1,00	-	-	-	-
Xingu	Altamira	1	-	-	-	200.000,00	-405.437,25	848.923,70	-	-	848.921,70	100,0
Total		8	0	1	12,5	10.000.000,00	5.744.101,95	32.641.611,95	11.785.292,40	205,17	30.812.398,30	94,4

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Educação Previdenciária.

Este objetivo visa a ampliação da atuação do RPPS para torná-lo cada vez mais seguro, transparente, fomentando as boas práticas de gestão para o fortalecimento da governança e da gestão do RPPS, atuando diretamente na Missão e na Visão institucional e subsidiando ações de educação previdenciária que permitam consolidar a Previdência Social como política de Estado por meio da formação e informação dos diversos atores envolvidos na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual.

Conforme o Pró-Gestão RPPS¹ a educação previdenciária tem como produto a pessoa capacitada e diz respeito ao conjunto de ações de capacitação, qualificação, treinamento e formação específica ofertadas aos servidores públicos do IGEPPS, aos segurados e beneficiários, aos gestores e conselheiros e aos diferentes profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao instituto (Manual do Pró-Gestão, 2024).

No período de outubro a novembro de 2024 foram capacitados 183 (cento e oitenta e três) segurados e beneficiários nos municípios de Belém (Região Guajará). Totalizando no período anual de 2024, de janeiro a dezembro, 2.812 (dois mil e oitocentos e doze), representando 468,7% acima da meta planejada para o ano de 2024.

Em relação ao programa "Papo Previdenciário", a ação ocorreu na Secretaria de Estado de Cultura – SECULT e na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará. Foi comunicada aos segurados informações sobre aposentadoria, abono de permanência, previdência complementar, saúde mental, educação financeira e planejamento de futuro na preparação para a aposentadoria, além de promover a divulgação da Cartilha Previdenciária.

Foi realizado um workshop sobre o tema "Planejamento Previdenciário: Garantindo o futuro dos servidores públicos". O evento ocorreu no auditório da Secretaria de Estado de Educação-SEDUC. A atividade também abordou sobre as regras de aposentadoria diferenciadas para certas carreiras, como policiais civis, conforme a CF/88, art. 201, §1º. Também abordou tópicos sobre aposentadoria, previdência complementar, aspectos psicossociais do envelhecimento, arrecadação previdenciária no Pará.

Na tabela abaixo é possível observar a ação, produto, execução física e orçamentário-financeira do objetivo. A meta de cumprimento da ação específica sobre Educação Previdenciária é regionalizada por meio das Agências Regionais, alcançando também os beneficiários e segurados de outros municípios.

¹ Manual do Pró-gestão RPPS Versão 3.5 Aprovada em 21/12/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/pro-gestao-rpps-certificacao-institucional/MANUALDOPRGESTORPPSVERSO3.5.pdf>. Acesso em: 04 de julho de 2024.

Tabela 7: Execução orçamentária/financeira - 4º trimestre de 2024.

Ação: Educação Previdenciária												
Produto: Pessoa Capacitada												
Região de Integração	Município	Meta prevista	Execução Física (Un)			Dotação Inicial	Execução Orçamentária/Financeira (R\$)					
			Meta Realizada		Dotação Real		Despesa Realizada					
			4º Trimestre	2024			(%)	4º Trimestre	2024	4º Trimestre	(%)	2024
Baixo Amazonas	Santarém	20	-	71	355,0	5.000,00	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-
Carajás	Marabá	60	-	40	66,7	5.000,00	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-
Guajará	Belém	370	183	2.558	691,4	465.000,00	465.000,00	465.000,00	-	-	-	-
Guamá	Castanhal	60	-	56	93,3	5.000,00	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-
Rio Caeté	Capanema	20	-	-	-	5.000,00	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-
Tocantins	Abaetetuba	20	-	-	-	5.000,00	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-
Rio Capim Xingu	Paragominas	20	-	41	205,0	5.000,00	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-
	Altamira	30	-	46	153,3	5.000,00	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-
Total		600	183	2.812	468,7	500.000,00	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Na sede do IGEPPS, foram realizadas três Rodas de Conversas com o tema "Bem viver a Aposentadoria", em que as discussões foram direcionadas aos segurados do Instituto e focaram em como lidar com as mudanças na aposentadoria. Essa é uma iniciativa do Núcleo de Atendimento Psicossocial - NAPS, que visa proporcionar aos beneficiários aposentados do Instituto um espaço para diálogo e reflexão sobre a experiência da aposentadoria. Os encontros ocorrem mensalmente na sede do IGEPPS e são mediados pela equipe de psicologia do NAPS.

Houve atendimentos individualizados no Programa de Assistência em Educação Financeira do IGEPPS com objetivo de auxiliar segurados aposentados e pensionistas do Instituto, que estejam em situação de endividamento de risco e superendividamento. Segundo a Lei Nº 14.181/2021, a pessoa é considerada superendividada quando sua renda mensal não é mais suficiente para pagar as dívidas do mês e elas acumulam com as do mês seguinte comprometendo, assim, o pagamento de despesas essenciais, como: de saúde, medicação, moradia, alimentação, transporte, energia elétrica, água, dentre outras.

Quanto à execução orçamentário/financeira, não se apresentou movimentação financeira referente ao deslocamento de servidores para subsidiar o desenvolvimento das ações, pois as ações foram realizadas na Região do Guajará em parcerias com órgãos da Administração Pública, assim como parte delas também foi executada com a infraestrutura já existente e por servidores do Instituto.

Dentro dessa ação o IGEPPS contribui ao ODS 4 – Educação de qualidade, impactando ao alcance da meta 4.4, pois ao difundir o conhecimento sobre as mudanças legislativas e instrução processual formam-se servidores (jovens e adultos) com maiores competências técnicas e profissionais tanto para a instrução processual quanto para se tornarem disseminadores de conhecimento sobre a matéria previdenciária, promovendo além do aumento na qualidade do serviço público, oportunidades de aprendizado para os segurados, beneficiários e sociedade em geral.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Gestão Previdenciária do Estado

Os atendimentos são realizados presencialmente na sede do IGEPPS, nas agências dos Núcleos Regionais - NUREG de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas) e nas unidades móveis - IGEPPS Itinerante.

Entre outubro e dezembro de 2024, a Sede, o Terminal Hidroviário e as agências registraram um total de 15.846 (quinze mil e oitocentos e quarenta e seis) atendimentos presenciais. Paralelamente, 304 (trezentos e quatro) atendimentos foram executados virtualmente, permitindo a resolução de várias dúvidas e o agendamento de compromissos por meio de solicitações online. Além disso, o *call center* e o chat atenderam a 13.217 (treze

mil e duzentos e dezessete) solicitações, conforme detalhado na tabela subsequente. Assim sendo, ao longo do ano de 2024, registramos 72.675 (setenta e dois mil e seiscentos e setenta e cinco) atendimentos presenciais, 1.737 (mil e setecentos e trinta e sete) atendimentos virtuais, além de 47.842 (quarenta e sete mil e oitocentos e quarenta e dois) atendimentos realizados por *call center* e chat.

Os atendimentos itinerantes realizados nas unidades móveis totalizaram 1.598 (mil e quinhentos e noventa e oito) no 4º trimestre de 2024, tendo as unidades móveis percorrido 19 (dezenove) municípios, em 5 regiões de Integração, sendo o maior quantitativo na Região Tocantins, que totalizou 700 (setecentos) atendimentos, seguido da região do Marajó, com 470 (quatrocentos e setenta), o Lago de Tucuruí com 208 (duzentos e oito), o Baixo Amazonas com 94 (noventa e quatro), o Xingu com 86 (oitenta e seis) e o Rio Capim com 40 (quarenta). Dessa forma, os atendimentos itinerantes ao longo de 2024 totalizaram em 5.712 (cinco mil e setecentos e doze) nas unidades móveis, percorrendo 78 (setenta e oito) municípios nas 12 regiões de integração.

Quanto à execução orçamentária/financeira, no 4º trimestre o valor total gasto foi R\$ 174.802,71 (cento e setenta e quatro mil e oitocentos e dois reais e setenta e um centavos), totalizando ao final do exercício de 2024, o valor de R\$ 2.888.197,10 (dois milhões e oitocentos e oitenta e oito mil e cento e noventa e sete reais e dez centavos), representando 99% do total previsto para ação no exercício de 2024.

Destaca-se que a despesa realizada é, sobretudo, relacionada às diárias de servidores (civil e militar), pois em período anterior ao cronograma estabelecido há o deslocamento de servidores para viabilizar a logística para as unidades móveis nos municípios previstos, bem como durante o atendimento, quando necessário. Outro tipo de despesa nessa ação são os suprimentos de fundos, utilizado para materiais de consumo, locomoção e transporte.

A ação gestão previdenciária contribui ao ODS 10 e sua meta 10.4, pois as ações de gestão visam ao alcance da missão institucional assegurando projetos que permitem ampliação do acesso aos serviços previdenciários, difusão de conhecimento, fomento da responsabilidade corporativa garantem maior acesso do IGEPPS aos segurados, beneficiários e sociedade em geral, garantindo gradativamente que se reduzam as desigualdades no âmbito da proteção social, como preconiza a referida meta ODS.

Na tabela a seguir é possível observar as ações, produto, execução física e orçamentária/financeira:

Tabela 8: Execução física e orçamentária/financeira - 4º trimestre de 2024.

(continua)

Região de Integração	Ação: Gestão Previdenciária do Estado														
	Produto: Atendimento Realizado														
	Municípios	Unidade de Atendimento	Meta prevista	Meta Realizada					Execução Orçamentária/Financeira (R\$)						
				4º trimestre				2024	Dotação Inicial	Dotação Real		Despesa Realizada			
Outubro	Novembro	Dezembro	Total	4º Trimestre	2024	4º Trimestre	(%)			2024	(%)				
Guajará	Belém	Sede	1.021	3.410	3.204	3.056	9.670	42.706	3.800.000,00	-88.512,85	2.911.487,15	174.802,71	-0,4	2.888.197,1	0,9
		Terminal Hidroviário		-	-	-	-	645							
		Unidade Móvel		-	-	-	-	104							
		Requerimento Virtual		159	112	33	304	1.737							
		Call Center		3.689	4.475	4.219	12.383	44.727							
	Chat	294		282	258	834	3.115								
Benevides	Unidade Móvel	-	-	-	-	92									
Guamá	Castanhal	Agência	571	703	583	1.857	7.604								
	Colares	-	-	-	-	191									
	Curuçá	-	-	-	-	146									
	Igarapé-Açu	-	-	-	-	109									
	Magalhães Barata	-	-	-	-	80									
	Maracanã	-	-	-	-	86									
	Marapanim	Unidade Móvel	-	-	-	-	140								
	Santo Antônio do Tauá	-	-	-	-	53									
	São Caetano de Odivelas	-	-	-	-	89									
	Vigia de Nazaré	-	-	-	-	36									
Marajó	Breves	Unidade Móvel			142	142	142								
	Gurupá			64		64	64								
	Salvaterra			104		104	104								
	Soure			160		160	160								

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Tabela 8: Execução física e orçamentária/financeira - 4º trimestre de 2024.

(continua)

Região de Integração	Ação: Gestão Previdenciária do Estado														
	Produto: Atendimento Realizado														
	Municípios	Unidade de Atendimento	Meta prevista	Meta Realizada					Execução Orçamentária/Financeira (R\$)						
				4º trimestre				2024	Dotação Inicial	Dotação Real		Despesa Realizada			
Outubro				Novembro	Dezembro	Total	4º Trimestre			2024	4º Trimestre	(%)	2024	(%)	
Baixo Amazonas	Santarém	Agência	1.021	264	426	318	1.008	4.059		3.800.000,00	-8.512,85	2.911.487,15	174.802,71	-0,4	2.888.197,1
	Alenquer	Unidade Móvel		-	-	-	-	63							
	Almeirim			-	58	36	94	94							
	Belterra			-	-	-	-	36							
	Faro			-	-	-	-	60							
	Juriti			-	-	-	-	48							
	Monte Alegre			-	-	-	-	82							
	Óbidos			-	-	-	-	71							
	Oriximiná			-	-	-	-	34							
	Terra Santa			-	-	-	-	51							
Carajás	Marabá		Agência	191	313	113	617	2.603	3.800.000,00	-8.512,85	2.911.487,15	174.802,71	-0,4	2.888.197,1	0,9
	Canaã dos Carajás	Unidade Móvel	-	-	-	-	7								
	Curionópolis		-	-	-	-	7								
	Bom Jesus do Tocantins		-	-	-	-	12								
	São Domingos do Araguaia		-	-	-	-	24								
	São João do Araguaia		-	-	-	-	11								
	Parauapebas		-	-	-	-	51								
	Rio Capim		Paragominas	Agência	33	42	47	122							
Abel Figueiredo			Unidade Móvel	-	-	-	-	17							
Dom Eliseu Rondon do Pará		-		-	-	-	36								
Tomé - Açú		-		-	40	40	40								

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Tabela 8: Execução física e orçamentária/financeira - 4º trimestre de 2024.

(continua)

Região de Integração	Ação: Gestão Previdenciária do Estado														
	Produto: Atendimento Realizado														
	Municípios	Unidade de Atendimento	Meta prevista	Meta Realizada					Execução Orçamentária/Financeira (R\$)						
				4º trimestre				2024	Dotação Inicial	Dotação Real		Despesa Realizada			
Outubro	Novembro	Dezembro	Total	4º Trimestre	2024	4º Trimestre	(%)			2024	(%)				
Tocantins	Abaetetuba	Agência	1.021	352	321	326	999	4.599	3.800.000,00	-8.512,85	2.911.487,15	174.802,71	-0,4	2.888.197,1	0,9
	Barcarena	Unidade Móvel		-	-	-	-	156							
	Cametá			429	-	-	429	429							
	Igarapé – Miri			97	-	-	97	97							
	Mocajuba			46	-	-	46	46							
	Moju			-	17	68	85	85							
	Tailândia			-	43	-	43	43							
Breu Branco	-			27	-	27	27								
Lago de Tucuruí	Goianésia do Pará	Unidade Móvel		3	-	-	3	3							
	Itupiranga			-	-	-	-	39							
	Nova Ipixuna			10	-	-	10	10							
	Novo Repartimento			-	-	-	-	16							
Tucuruí	154	14		-	168	168									
Araguaia	Conceição do Araguaia	Unidade Móvel		-	-	-	-	209							
	Floresta do Araguaia		-	-	-	-	14								
	Santa Maria das Barreiras		-	-	-	-	31								
	Ourilândia do Norte		-	-	-	-	42								
	São Félix do Xingu		-	-	-	-	42								
	Tucumã		-	-	-	-	53								
	Rio Maria		-	-	-	-	15								
	Redenção		-	-	-	-	22								
	Xinguara		-	-	-	-	90								
	Santana do Araguaia		-	-	-	-	78								

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Tabela 8: Execução física e orçamentária/financeira - 4º trimestre de 2024.

(conclusão)

Região de Integração	Ação: Gestão Previdenciária do Estado														
	Produto: Atendimento Realizado														
	Municípios	Unidade de Atendimento	Meta prevista	Meta Realizada					Execução Orçamentária/Financeira (R\$)						
				4º trimestre				2024	Dotação Inicial	Dotação Real		Despesa Realizada			
Outubro				Novembro	Dezembro	Total	4º Trimestre			2024	4º Trimestre	(%)	2024	(%)	
Rio Caeté	Capanema	Agência	1.021	569	496	13	1.178	8.570		3.800.000,00	-8.512,85	2.911.487,15	174.802,71	-0,4	2.888.197,1
	Augusto Corrêa	Unidade Móvel		-	-	-	-	117							
	Bragança			-	-	-	-	387							
	Peixe-Boi			-	-	-	-	46							
	Primavera			-	-	-	-	40							
	Quatipuru			-	-	-	-	39							
	Nova Timboteua			-	-	-	-	71							
	Salinópolis			-	-	-	-	119							
	São João de Pirabas			-	-	-	-	30							
	Tracuateua			-	-	-	-	86							
Viseu	-		-	-	-	98									
Tapajós	Itaituba	Unidade Móvel	-	-	-	-	292	3.800.000,00	-8.512,85	2.911.487,15	174.802,71	-0,4	2.888.197,1	0,9	
	Novo Progresso		-	-	-	-	31								
	Trairão		-	-	-	-	41								
	Rurópolis		-	-	-	-	19								
Xingu	Altamira	Agência	124	159	112	395	1.477	3.800.000,00	-8.512,85	2.911.487,15	174.802,71	-0,4	2.888.197,1	1,0	
	Medicilândia	Unidade Móvel	-	-	-	-	62								
	Pacajá		-	-	-	-	15								
	Placas		-	-	-	-	28								
	Porto de Moz		51	-	-	51	51								
	Senador José Porfírio		35	-	-	35	35								
	Uruará		-	-	-	-	47								
	Vitoria do Xingu		-	-	-	-	36								
TOTAL				10.481	11.020	9.464	30.965	127.923	3.800.000,00	-8.512,85	2.911.487,15	174.802,71	-0,4	2.888.197,1	1,0

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Publicidade das Ações de Governo

Neste objetivo o IGEPPS tem como ação a Publicidade das Ações de Governo, cujo produto é campanha realizada e sua atuação está voltada para a Região Guajará. No período de julho a setembro de 2024, não foram realizadas ações de publicidades das ações de governo, sendo este orçamento remanejado para outra ação dentro do programa de manutenção da gestão.

2.1.3 Programa Manutenção da Gestão

Este programa tem por objetivo viabilizar a gestão administrativa do Estado com as seguintes ações: abastecimento de Unidades Móveis, concessão de auxílio-alimentação, concessão de auxílio-transporte, operacionalização das ações administrativas e operacionalização das ações de recursos humanos, o que possibilitou a melhoria na qualidade da gestão administrativa, envolvendo diretamente a área de suporte administrativo.

Tabela 9: Execução física e orçamentária/financeira - 4º trimestre de 2024.

Ação	Produto	Execução Física (Média)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)						
		Meta Previs ta	Meta Realizada		Dotação Inicial	Dotação Real		Despesa Realizada				
			4º Trimestre	2024		(%)	4º Trimestre	2024	4º Trimestre	(%)	2024	(%)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	13	10	11	76,9	500.000,00	500.000,00	500.000,00	53.437,80	0,1	277.123,91	55,4
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	250	244	243	97,6	3.800.000,00	104.517,49	4.058.097,91	706.504,84	6,8	3.647.407,43	89,9
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	100	109	95	109,0	150.000,00	-49.517,49	100.482,51	14.203,25	-0,3	87.839,60	87,4
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	80	121	115	151,3	154.765.485,00	29.591.785,89	219.197.195,47	69.315.537,92	2,3	213.682.917,80	97,5
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	315	283	298	89,8	47.550.000,00	-4.454.026,95	32.095.973,05	9.258.049,11	-2,1	31.431.265,87	97,9

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPSS.

No 4º trimestre de 2024 a média mensal de veículos abastecidos foi de 10 (dez), totalizando um gasto de R\$ 53.437,80 (cinquenta e três mil e quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos). Esse valor representa 11% do orçamento destinado para essa ação no trimestre. Ao longo do ano de 2024, a média mensal foi 11 (onze) veículos abastecidos, com um gasto total de R\$ 277.123,91 (duzentos e setenta e sete mil e cento e vinte e três reais e noventa e um centavos), o que corresponde a 55% do valor total previsto para esse período, vide Tabela 09.

No mesmo trimestre, a ação de concessão do auxílio-alimentação, que tem como produto servidor beneficiado, contemplou em média 244 (duzentos e quarenta e quatro) servidores efetivos e temporários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 706.504,84 (setecentos e seis mil e quinhentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos), representando 6,8% do total estimado para a iniciativa, no trimestre. Somando, de janeiro a dezembro de 2024, 243 (duzentos e quarenta e três) servidores efetivos e temporários em média. O valor total gasto na ação foi de R\$ 3.647.407,43 (três milhões e seiscentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e sete reais e quarenta e três centavos), representando 89,9% do total previsto para a operação, conforme Tabela 09.

Referente a ação de concessão de auxílio-transporte, que também tem como produto o servidor, esta contemplou em média 244 (duzentos e quarenta e quatro) servidores efetivos e temporários. O valor total despendido na ação foi de R\$ 706.504,84 (setecentos e seis mil e quinhentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos), representando 6,8% do total estimado para o projeto, no trimestre. Totalizando no final do exercício de 2024, a média 95 (noventa e cinco) servidores efetivos, temporários e estagiários em média por mês. O valor total no ano foi de R\$ 87.839,60 (oitenta e sete mil e oitocentos e trinta e nove reais e sessenta), representando 87,4% do total previsto para a ação.

Para a execução das ações administrativas e melhoria da gestão foram celebrados 121 (cento e vinte e um) contratos administrativos, com o escopo de atender as diversas demandas originadas pelas Unidades Administrativas. O valor total gasto na ação no trimestre foi de R\$ 60.177.417,31 (sessenta e nove milhões e trezentos e quinze mil e quinhentos e trinta e sete reais e noventa e dois). Assim, ao final do exercício de 2024, foram celebrados 115 (cento e quinze) contratos administrativos. O valor total gasto na ação foi de R\$ 213.682.917,80 (duzentos e treze milhões e seiscentos e oitenta e dois mil e novecentos e dezessete reais e oitenta), representando 97,5% do total previsto para a ação, como demonstrado na Tabela 09.

Na ação de operacionalização das ações de recursos humanos, que tem como produto o servidor remunerado, contemplando o quadro de pessoal do IGEPPS contabilizou-se em média 283 (duzentos e oitenta e três) servidores, incluindo os cedidos, comissionados, temporários, efetivos e estagiários. O valor total gasto na ação no trimestre foi de

R\$ 9.258.049,11 (nove milhões e duzentos e cinquenta e oito mil e quarenta e nove reais e onze). Diante do exposto, de janeiro a dezembro de 2024, a ação de operacionalização das ações de recursos humanos contabilizou em média 298 (duzentos e noventa e oito) servidores, incluindo os cedidos, comissionados, temporários, efetivos e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 31.431.265,87 (trinta e um milhões e quatrocentos e trinta e um mil e duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e sete), representando 97,9% do total previsto para a ação, conforme Tabela 09.

3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

No quarto trimestre de 2024, o quantitativo de segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, na condição de ativos, inativos e pensionistas civis, abrangendo os poderes Executivos, Legislativo e Judiciário é de 126.234 (cento e vinte e seis mil e duzentos e trinta e quatro) vinculados no FINANPREV e FUNPREV.

Impende frisar que a categoria militar representa um quantitativo de 32.253 (trinta e dois mil e duzentos e cinquenta e três) segurados incluídos os ativos, inativos e pensionistas, os quais continuam geridos pelo IGEPPS, muito embora sejam custeados pelo Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM e não mais integrem o RPPS Estadual.

Ressalte-se que os quantitativos contidos nas tabelas referentes à Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização – COAF possuem caráter dinâmico, apresentando variação mensal decorrente da concessão contínua de novos benefícios previdenciários, do falecimento de ativos, inativos e pensionistas, bem como da criação de cargos, seguida da nomeação de novos servidores públicos ou novos militares, somadas às ocorrências de exoneração e demissão, além de outras hipóteses legais de extinção do vínculo previdenciário ou funcional.

Portanto, o Instituto assisti cerca de 158.487 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e sete) segurados, entre inativos e pensionistas, civis e militares, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somando-se os quantitativos do FINANPREV, FUNPREV e SPSM.

Tabela 10: Quantitativo de servidores no Finanprev e Funprev – 4º trimestre de 2024.

Poder Executivo							
Finanprev				Funprev			
Segurado	Outubro	Novembro	Dezembro	Segurado	Outubro	Novembro	Dezembro
Ativo	49.375	49.207	66.898	Ativo	8.934	8.918	8.904
Inativo	31.655	31.736	31.734	Inativo	-	-	-
Pensionista	8.503	8.522	8.526	Pensionista	49	50	52
Total	89.533	89.465	107.158	Total	8.983	8.968	8.956
Poder Legislativo e Judiciário							
Finanprev				Funprev			
Segurado	Outubro	Novembro	Dezembro	Segurado	Outubro	Novembro	Dezembro
Ativo	5.525	6.000	5.507	Ativo	2.195	2.514	2.518
Inativo	1.551	1.669	796	Inativo	-	-	-
Pensionista	762	765	796	Pensionista	6	6	6
Total	7.838	8.434	7.596	Total	2.201	2.520	2.524

Fonte: COAF/IGEPPS.

A tabela a seguir mostra quantitativamente a massa de militares vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares.

Tabela 11: Quantitativo de militares no SPSM – 4º trimestre de 2024.

SPSM			
Segurado	Outubro	Novembro	Dezembro
Ativo	17.672	17.612	17.613
Inativo	10.865	10.901	10.902
Pensionista	3.729	3.749	3.768
Total	32.266	32.262	32.253

Fonte: COAF/IGEPSS.

3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

Os registros contábeis relacionados às receitas previdenciárias são efetuados de forma segregada nas Unidades Gestoras (UG): IGEPREV (840201), Finanprev (840202) e Funprev (840203). A partir de janeiro de 2021, foi criada a UG específica para o grupo de servidores militares (840240), contemplando conta corrente de arrecadação e fonte específicas vinculadas ao BANPARÁ.

3.2.1 Finanprev

No que se refere ao Finanprev, com relação ao quarto trimestre de 2024, constata-se significativo acréscimo na arrecadação previdenciária, principalmente, por efeitos da reforma previdenciária, que impulsionou bastante a configuração da arrecadação do poder executivo, mediante, essencialmente, a majoração de alíquotas dos fundos, a extinção da regra de teto “em dobro” para os portadores de doenças incapacitantes e a determinação de obrigatoriedade contributiva para os licenciados sem vencimentos. A tabela abaixo apresenta dados referentes ao período outubro a dezembro de 2024.

Tabela 12: Receitas utilizadas do Poder Executivo – Finanprev- 4º trimestre de 2024.

Poder Executivo - FINANPREV	4º trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Contribuição Segurado (0254/0654)	70.131.654,30	57.812.234,75	64.968.452,79	192.912.341,84	864.457.805,83
Contribuição Patronal (0258/0658)	106.525.294,49	105.794.078,83	119.026.138,34	331.345.511,66	1.360.772.642,78
Rentabilidade (LC 115/17)	153.964.174,26	168.738.385,42	29.903.165,59	352.605.725,27	814.451.677,34
Subtotal 1	330.621.123,05	332.344.699,00	213.897.756,72	876.863.578,77	3.039.682.125,95
Repasses Financeiros	4º trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Aporte Complementar (0101)*	159.679.750,92	-	-	159.679.750,92	859.938.787,42
Subtotal 2	159.679.750,92	-	-	159.679.750,92	859.938.787,42
Total Geral	490.300.873,97	332.344.699,00	213.897.756,72	1.036.543.329,69	3.899.620.913,37

Fonte: Siafem/Nuplan/COAF/IGEPSS.

Nota: *Receita complementar repassada pelo Tesouro Estadual.

3.2.2 Funprev

A receita com a arrecadação de contribuição do Segurado e do Patronal, relativo ao Fundo Previdenciário, foi alavancada pelo ingresso gradativo de novos servidores concursados de órgãos do Poder Executivo Estadual (SEPLAD, PGE, SEFA, JUCEPA, AGE, PC/PA e SEAP), conforme a tabela abaixo.

Tabela 13: Receitas utilizadas do Poder Executivo – Funprev - 4º trimestre de 2024.

Poder Executivo FUNPREV	4º trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	7.287.413,71	7.260.507,15	7.514.128,44	22.062.049,30	80.205.355,79
Patronal	7.287.413,71	7.260.507,15	7.514.128,44	22.062.049,30	80.134.616,87
TOTAL	14.574.827,42	14.521.014,30	15.028.256,88	44.124.098,60	160.339.972,66

Fonte: COAF/IGEPSS.

3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

3.3.1 Requerimentos da COMPREV

Na tabela abaixo é possível visualizar a atual posição dos requerimentos produzidos, onde o estoque de requerimentos em processamento, no INSS e no RPPS, ainda é representativo e o esforço de recuperação deve continuar no exercício de 2024.

Tabela 14: Requerimentos de COMPREV – 4º trimestre de 2024.

Estado do Requerimento	4º trimestre			2024
	Solicitante RPPS/PA	Solicitante RGPS	Total	
Criado	-	1	1	2
Em exigência	1.025	2.177	3.202	16.978
Alterado	-	-	-	-
Aguardando Análise	1.469	936	2.405	9.082
Aguardando Análise Médica	768	-	768	3.717
Em Análise	3	-	3	18
Em Análise Médica	-	-	-	-
Deferido	3	-	3	20
Indeferido	231	50	281	1.399
Análise Suspensa	35	56	91	459
Em Compensação	4.418	41	4.459	22.265
Aguardando Compensação Aposentadoria	5	95	100	6.167
Rejeitado	1.099	194	1.293	1.688
Exigência/Indeferido	47	445	492	5.260
Criado/Rejeitado	159	56	215	3.447
Em conflito	-	-	-	736
Total de Requerimentos	9	19	28	28
Em Compensação + Deferido	10.829	4.084	14.913	14.941
Em Processamento	4.421	41	4.462	62.444

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPSS.

3.3.2 Valores da Compensação Financeira

Ante as ações colocadas em práticas, o RPPS/PA ocupa o quinto lugar entre as maiores arrecadações nacionais. Nesse contexto, a tabela abaixo demonstra o ranking dos primeiros RPPS, em compensação financeira, no ano de 2024.

Tabela 15: Ranking da Compensação Financeira – 2024.

Mês	Colocação UF	Entre RPPS	Valor	%
Janeiro	16 ^a	39 ^a	3.333.838,73	7,58%
Fevereiro	17 ^a	33 ^a	3.437.164,74	7,82%
Março	13 ^a	22 ^a	5.280.120,46	12,01%
Abril	9 ^a	23 ^a	12.305.901,21	28%
Maio	15 ^a	24 ^a	4.871.088,26	11%
Junho	17 ^a	45 ^a	2.283.701,87	5%
Julho	12 ^a	22 ^a	1.867.091,72	4%
Agosto	14 ^a	75 ^a	1.878.057,37	4%
Setembro	13 ^a	20 ^a	1.892.910,43	4%
Outubro	14 ^a	31 ^a	4.923.346,61	11%
Novembro	15 ^a	27 ^a	1.893.564,63	4%
Dezembro	Ainda não Divulgado			
Geral	13^a	24^a	43.966.786,03	100%

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPSS.

A tabela abaixo mostra os valores recuperados de COMPREV no quarto trimestre de 2024, onde se evidenciam expressivos valores prescritos.

Tabela 16: Valores Recuperados de COMPREV – 2024.

Mês	Aprovados	Bruto Recuperado	Perdido	Com Prescrição	Líquido Recuperado
Janeiro	24	5.571.194,93	2.237.356,20	8	3.333.838,73
Fevereiro	55	6.436.554,62	2.999.389,88	37	3.437.164,74
Março	74	6.714.376,64	1.434.256,18	20	5.280.120,46
Abril	108	15.448.513,41	3.142.612,20	87	12.305.901,21
Maio	21	6.852.382,38	1.981.294,12	18	4.871.088,26
Junho	9	3.018.656,75	734.954,88	3	2.283.701,87
Julho	0	1.867.091,72	0,00	0	1.867.091,72
Agosto	0	1.878.057,37	0,00	0	1.878.057,37
Setembro	0	1.892.910,43	0,00	0	1.892.910,43
Outubro	25	5.259.491,50	336.144,89	4	4.923.346,61
Novembro	-	1.893.564,63	-	-	1.893.564,63
Dezembro	25	3.016.113,60	-	-	3.015.113,60
Total	341	59.848.907,98	12.866.008,35	177	46.982.899,63

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPSS.

Os valores recuperados de COMPREV são grandes volumes de recursos prescritos em 2023. No quesito recuperação do fluxo acumulado, o RPPS/PA está bem colocado, confirmando o esforço da gestão com resultados positivos na recuperação de receitas e redução do déficit previdenciário.

3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Taxa de Administração foi instituída pela Lei Complementar n.º 039, de 09 de janeiro de 2002, artigo 74, inciso IV e regulamentada pelo Decreto n.º 2.022, de 04 de dezembro de 2009. Assim, a partir de março de 2010, o Instituto passou a custear suas despesas administrativas com os recursos da Taxa de Administração, 01802000061 - Recursos Próprios/Taxa de Administração, desonerando os cofres do Tesouro Estadual.

No quarto trimestre de 2024, a Taxa de Administração contribuiu com 89.136.677,54 (oitenta e nove milhões, cento e trinta e seis mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) para custear as despesas do IGEPPS/PA. O financeiro-contábil trouxe agilidade aos gastos necessários e perspectiva real, visando não só a excelência na prestação de serviços à sociedade, mas também independência em relação aos Recursos do Tesouro Estadual no tocante aos custos com pessoal, contratos, aquisições, dentre outros.

3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

3.5.1 Dívidas das Prefeituras

No quarto trimestre de 2024 a COAF impulsionou as diligências de acompanhamento, atualização e cobrança de pendências financeiras dos municípios, tendo acentuada melhora na eficiência com a implantação do sistema eletrônico de cobrança. Neste sentido, adotou-se uma rotina de acompanhamento diário das conciliações bancárias do IGEPPS, com atualização de valores pendentes de recolhimento, cujas cobranças são atualizadas semanalmente e reenviadas aos representantes dos municípios.

Tão logo, garantido que as dívidas municipais diminuíssem promovendo uma educação previdenciária nos contribuintes para que não haja escalonamento de eventuais débitos existentes. Portanto, houve mudança do perfil do saldo devedor dos municípios em razão da melhora no sistema de gerenciamento das receitas desses entes federativos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 17: Dívidas das Prefeituras – 4º trimestre de 2024

Mês	Saldo Devedor
Outubro	215.312,39
Novembro	261.312,39
Dezembro	261.258,24
Saldo - 2024	737.883,02

Fonte: COAF/IGEPPS.

3.5.2 Rentabilidade dos Fundos

De forma abrangente, o método utilizado para o alcance dos resultados até setembro de 2024, foi segmentado em políticas 'de aplicações em Renda Fixa, Renda Variável e Ativos Globais.

Tabela 18: Rentabilidade dos Fundos – 4º trimestre de 2024.

Mês	Funprev	Finanprev
Outubro	29.075.320,95	4.429.251,22
Novembro	29.903.167,30	2.745.604,02
Dezembro	12.405.566,31	243.258,49
Subtotal	71.384.054,56	7.418.113,73
Total - 2024	392.571.958,87	49.982.156,20

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPSS.

3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

3.6.1 Finanprev e Funprev

Analisando especificamente o Finanprev no quarto trimestre de 2024, verifica-se um aumento nas despesas realizadas na manutenção dos benefícios, ocasionado, principalmente, pela concessão de novos benefícios previdenciários e pagamento de valores retroativos advindos da revisão de benefícios em âmbito administrativo (demanda reprimida).

Após análise dos dados assinalados na tabela abaixo constata-se o aumento nas despesas com folhas de inativos e pensionistas, fato que se deve diretamente à implantação de novos benefícios, haja vista a política da atual gestão em alavancar a concessão de aposentadorias e pensões. Portanto, a análise dos dados indica aumento do total das despesas do Funprev no quarto trimestre de 2024, em razão da concessão de novos benefícios previdenciários vinculados ao citado Fundo.

Tabela 19: Despesas folhas de inativos e pensionistas – 4º trimestre de 2024.

Poder Executivo	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
FINANPREV					
Folha Bruta Inativo - Civil	83.604.658,29	84.224.435,24	84.010.389,89	251.839.483,42	975.034.263,62
Folha Bruta Inativo - Saúde	5.999.115,48	6.034.649,64	6.011.705,60	18.045.470,72	69.139.111,69
Educação	192.063.814,10	192.778.092,55	192.652.889,73	577.494.796,38	2.264.877.375,89
Folha Bruta Inativo Militar	144.958.034,23	145.035.886,50	144.723.237,05	434.717.157,78	1.132.807.258,90
Folha Bruta Pensionista -Civil	32.742.411,26	32.964.066,18	32.561.412,15	98.267.889,59	264.382.182,83
Folha Bruta Pensionista -Militar	28.041.310,75	28.330.233,74	27.907.054,95	84.278.599,44	221.816.457,84
Subtotal	487.409.344,11	489.367.363,85	487.866.689,37	1.464.643.397,33	4.928.056.650,77
FUNPREV					
Folha Bruta Pensionista - Civil	85.819,49	66.991,72	66.991,72	219.802,93	828.189,07
Subtotal	85.819,49	66.991,72	66.991,72	219.802,93	828.189,07
Total	487.495.163,60	489.434.355,57	487.933.681,09	1.464.863.200,26	4.928.884.839,84

Fonte: COAF/IGEPSS.

3.7 RECEITAS E DESPESAS – SPSM

O Sistema de Proteção Social dos Militares teve a partir de 2021 criada a sua fonte própria de recursos, custeada pelo aporte do Tesouro Estadual, diante da insuficiência de receitas decorrentes da arrecadação contributiva dos militares ativos, inativos e pensionistas. Com relação às despesas vinculadas ao SPSM, no quarto trimestre de 2024, observou-se um aumento, em decorrência da política de atual gestão do IGEPPS em conceder novas reservas, reformas e pensões militares.

Tabela 20: Receitas e Despesas SPSM – 4º trimestre de 2024.

Receitas – SPSM					
Beneficiários	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Inativo	144.958.034,23	145.035.886,50	144.723.237,05	434.717.157,78	158.786.528,86
Pensionista	28.041.310,75	28.330.233,74	27.907.054,95	84.278.599,44	32.051.602,60
Total	172.999.344,98	173.366.120,24	172.630.292,00	518.995.757,22	190.838.131,46
Despesas – SPSM					
Inativo	144.958.034,23	145.035.886,50	144.723.237,05	434.717.157,78	1.644.546.628,30
Pensionista	28.041.310,75	28.330.233,74	27.907.054,95	84.278.599,44	330.682.421,52
Total	172.999.344,98	173.366.120,24	172.630.292,00	518.995.757,22	1.975.229.049,82

Fonte: COAF/IGEPPS.

3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES

No âmbito do RPPS do Estado do Pará é relevante dar transparência nas receitas e despesas previdenciárias realizadas pelos demais poderes, segmentadas por Fundos (Finanprev e Funprev), incluindo Defensoria Pública do Estado – DPE/PA, Assembleia Legislativa do Estado – Alepa, Tribunal de Contas do Estado – TCE, Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, Tribunal de Justiça do Estado – TJE/PA e Justiça Militar – JME, Ministério Público do Estado – MPE, Ministério Público de Contas MPC/PA e Ministério Público de Contas dos Municípios MPC/M, demonstrada nas tabelas abaixo.

3.8.1 Finanprev

Tabela 21: Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 4º trimestre de 2024.

Contribuição	Receitas Previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	929.658,87	1.815.155,17	1.784.345,03	4.529.159,07	21.219.239,40
Patronal	2.934.503,11	2.982.040,64	2.931.423,98	8.847.967,73	36.267.384,63
Total	3.864.161,98	4.797.195,81	4.715.769,01	13.377.126,80	57.486.624,03

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 22: Despesas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 4º trimestre de 2024.

Despesas Previdenciárias	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Inativo	4.339.001,24	4.318.602,22	4.317.817,54	12.975.421,00	50.948.112,06
Pensionista	771.458,36	771.458,36	772.906,73	2.315.823,45	9.040.361,16
Total	5.110.459,60	5.090.060,58	5.090.724,27	15.291.244,45	59.988.473,22

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 23: Receitas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará – ALEPA – 4º trimestre de 2024.

Contribuição	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	1.848.437,64	2.510.582,45	2.500.137,60	6.859.157,69	28.662.849,51
Patronal	3.036.718,98	4.124.528,31	4.107.368,91	11.268.616,20	47.088.967,05
Total	4.885.156,62	6.635.110,76	6.607.506,51	18.127.773,89	75.751.816,56

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 24: Despesas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará – ALEPA – 4º trimestre de 2024.

Despesas Previdenciárias	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Inativo	4.932.519,49	4.964.836,94	5.098.445,35	14.995.801,78	59.720.414,91
Pensionista	1.344.414,08	1.340.447,88	1.350.384,64	4.035.246,60	16.487.926,04
Total	6.276.933,57	6.305.284,82	6.448.829,99	19.031.048,38	76.208.340,95

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 25: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará – TCE – 4º trimestre de 2024.

Contribuição	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	1.140.870,40	1.173.893,69	1.162.847,67	3.477.611,76	13.620.343,71
Patronal	1.874.287,09	1.928.539,63	1.910.392,60	5.713.219,32	22.376.278,96
Total	3.015.157,49	3.102.433,32	3.073.240,27	9.190.831,08	35.996.622,67

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 26: Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará - TCE - 4º trimestre de 2024.

Beneficiários	Despesas Previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Inativo	4.321.111,73	4.385.285,73	5.174.710,99	13.881.108,45	51.376.518,46
Pensionista	950.228,14	945.042,97	1.567.412,91	3.462.684,02	12.031.063,53
Total	5.271.339,87	5.330.328,70	6.742.123,90	17.343.792,47	63.407.581,99

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 27: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM – 4º trimestre de 2024.

Contribuição	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	820.266,95	819.579,55	815.160,03	2.455.006,53	9.606.378,26
Patronal	1.347.581,42	1.346.452,12	1.339.191,48	4.033.225,02	15.781.907,15
Total	2.167.848,37	2.166.031,67	2.154.351,51	6.488.231,55	25.388.285,41

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 28: Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM – 4º trimestre de 2024.

Beneficiários	Despesas Previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Inativo	2.103.450,20	2.103.450,20	2.103.450,20	6.310.350,60	24.818.435,41
Pensionista	517.356,49	510.585,18	510.585,18	1.538.526,85	5.983.224,79
Total	2.620.806,69	2.614.035,38	2.614.035,38	7.848.877,45	30.801.660,20

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 29: Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado - TJ/JME – 4º trimestre de 2024.

Contribuição	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	7.252.213,95	9.188.464,48	8.140.796,10	24.581.474,53	108.460.349,66
Patronal	9.367.325,71	15.095.334,50	13.379.093,59	37.841.753,80	175.642.762,94
Total	16.619.539,66	24.283.798,98	21.519.889,69	62.423.228,33	284.103.112,60

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 30: Despesas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado - TJ/JME – 4º trimestre de 2024.

Beneficiários	Despesas Previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Inativo	14.843.871,92	14.840.619,62	14.955.181,93	44.639.673,47	176.754.413,77
Pensionista	4.320.491,10	4.424.469,08	4.424.469,08	13.169.429,26	52.491.772,92
Total	19.164.363,02	19.265.088,70	19.379.651,01	57.809.102,73	229.246.186,69

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 31: Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE – 4º trimestre de 2024.

Contribuição	4º Trimestre			
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Segurado	4.851.575,02	4.163.517,83	3.718.111,45	12.733.204,30
Patronal	7.970.444,68	6.840.065,01	6.108.325,95	20.918.835,64
Total	12.822.019,70	11.003.582,84	9.826.437,40	33.652.039,94

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 32: Despesas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE – 4º trimestre de 2024.

Beneficiários	Despesas Previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Inativo	5.500.612,29	5.536.919,68	5.533.508,67	16.571.040,64	64.486.472,12
Pensionista	1.738.428,21	1.739.777,24	1.732.761,45	5.210.966,90	21.077.381,51
Total	7.239.040,50	7.276.696,92	7.266.270,12	21.782.007,54	85.563.853,63

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 33: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA – 4º trimestre de 2024.

Contribuição	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	147.250,27	148.050,14	145.804,70	441.105,11	2.097.627,63
Patronal	241.911,16	243.225,23	239.536,29	724.672,68	3.446.102,52
Total	389.161,43	391.275,37	385.340,99	1.165.777,79	5.543.730,15

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 34: Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA - 4º trimestre de 2024.

Beneficiários	Despesas Previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Inativo	463.536,46	463.536,46	490.014,86	1.417.087,78	7.002.900,31
Pensionista	134.440,08	134.440,08	134.440,08	403.320,24	1.779.251,16
Total	597.976,54	597.976,54	624.454,94	1.820.408,02	8.782.151,47

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 35: Receitas previdenciárias - Ministério Público de Contas dos Municípios - MPCM - 4º trimestre de 2024.

Contribuição	Receitas previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	66.903,48	65.049,56	65.049,56	197.002,60	834.415,61
Patronal	109.912,86	106.867,13	106.867,13	323.647,12	1.035.285,11
Total	176.816,34	171.916,69	171.916,69	520.649,72	1.869.700,72

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 36: Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios – MPCM – 4º trimestre de 2024.

Beneficiários	Despesas Previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Inativo	126.815,23	126.815,23	126.815,23	380.445,69	1.492.380,07
Pensionista	61.974,63	61.974,63	61.974,63	185.923,89	729.003,90
Total	188.789,86	188.789,86	188.789,86	566.369,58	2.221.383,97

Fonte: COAF/IGEPPS.

3.8.2 Funprev

Tabela 37: Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 4º trimestre de 2024.

Contribuição	Receitas previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	225.873,76	222.883,45	226.665,72	675.422,93	2.241.164,91
Patronal	225.873,76	222.883,45	226.665,72	675.422,93	2.241.164,75
Total	451.747,52	445.766,90	453.331,44	1.350.845,86	4.482.329,66

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 38: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE/PA – 4º trimestre de 2024.

Contribuição	Receitas previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	216.613,82	218.798,63	221.800,44	657.212,89	2.497.084,93
Patronal	216.613,82	218.798,63	221.800,44	657.212,89	2.497.084,93
Total	433.227,64	437.597,26	443.600,88	1.314.425,78	4.994.169,86

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 39: Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado - TJ/JME – 4º trimestre de 2024.

Contribuição	Receitas previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	1.976.518,52	2.006.517,02	2.238.161,75	6.221.197,29	21.186.715,31
Patronal	1.976.518,52	2.006.517,02	2.238.161,75	6.221.197,29	21.186.715,31
Total	3.953.037,04	4.013.034,04	4.476.323,50	12.442.394,58	42.373.430,62

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 40: Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE
– 4º trimestre de 2024.

Contribuição	Receitas previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	382.263,02	425.223,35	437.172,79	1.244.659,16	4.200.803,70
Patronal	382.263,02	425.223,35	437.172,79	1.244.659,16	4.200.803,70
Total	764.526,04	850.446,70	874.345,58	2.489.318,32	8.401.607,40

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 41: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA
– 4º trimestre de 2024.

Contribuição	Receitas previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	87.005,67	86.883,30	87.729,42	261.618,39	883.134,06
Patronal	87.005,67	86.883,30	87.729,42	261.618,39	883.134,06
Total	174.011,34	173.766,60	175.458,84	523.236,78	1.766.268,12

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 42: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios –
MPCM/PA – 4º trimestre de 2024.

Contribuição	Receitas previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	3.270,09	3.270,09	3.270,09	9.810,27	23.980,66
Patronal	3.270,09	3.270,09	3.270,09	9.810,27	23.980,66
Total	6.540,18	6.540,18	6.540,18	19.620,54	47.961,32

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 43: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas do Município – TCM/PA – 4º
trimestre de 2024.

Contribuição	Receitas previdenciárias - 4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Segurado	68.848,05	68.848,05	68.662,02	206.358,12	415.538,64
Patronal	68.848,05	68.848,05	68.662,02	206.358,12	415.538,64
Total	137.696,10	137.696,10	137.324,04	412.716,24	831.077,28

Fonte: COAF/IGEPSS.

4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

As avaliações atuariais têm o objetivo de dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, que deverão ser elaborados tendo os parâmetros técnicos estabelecidos nas Normas aplicáveis aos RPPS definidas pelas EC. Nº 103/2019, Lei n.º 9.717/98 e Portaria MTP n.º 1467/2022.

A avaliação atuarial, por sua vez, é um estudo técnico que se baseia nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, tendo por objetivo principal estabelecer os recursos necessários para garantir os pagamentos dos benefícios previstos pelo plano, de maneira suficiente e adequada.

Na elaboração das avaliações atuariais, do plano financeiro denominado Finanprev e do plano previdenciário denominado Funprev, foram utilizados os dados cadastrais e financeiros dos servidores dos seguintes Poderes e Órgãos Autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações, através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005, LC nº 051/2006 e LC nº 128/2020 organiza o Sistema Previdenciário do Estado do Pará em dois regimes distintos integrantes do RPPS, Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev) e Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev). A Lei Complementar nº 142/2021 criou o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

4.1.1 Massa de segurados – Finanprev

Regime Orçamentário em extinção destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016.

Tabela 44: Quantitativo Finanprev – 2021 a 2024.

Finanprev	Quantidade			
	2021	2022	2023	2024
Ativos	79.289	61.632	59.527	58.083
Inativos	39.109	30.959	31.209	31.684
Pensionistas	10.940	8.171	8.323	8.990
Total	129.338	100.762	99.059	98.757

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial.

Nota-se que o quantitativo total de servidores do Finanprev é decrescente no período de 2020 a 2024, confirmando a expectativa de extinção do Fundo.

4.1.2 Massa de segurados – Funprev

O Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017.

Tabela 45: Quantitativo Funprev – 2021 a 2024.

Funprev	Quantidade			
	2021	2022	2023	2024
Ativos	7.406	5.186	6.915	9.174
Inativos	1	0	2	2
Pensionistas	16	37	65	72
Total	7.423	5.223	6.982	9.248

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial.

4.1.3 Massa de segurados – SPSM

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do Finanprev e Funprev.

Tabela 46: Quantitativo Funprev – 2021 a 2024.

SPSM	Quantidade			
	2021	2022	2023	2024
Ativos	-	17.001	18.683	18.683
Inativos	-	8.825	9.645	9.645
Pensionistas	-	3.754	3.973	3.973
Total	-	29.580	32.301	32.301

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial.

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do Finanprev e Funprev.

4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVA AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS - COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Os valores referentes a receitas e despesas 2023 referem-se ao acumulado de janeiro a dezembro e são capturadas no RREO disponibilizado pela Secretaria da Fazenda até setembro de 2024.

Tabela 47: Comparativo Finanprev – 2021 a 2024.

Finanprev	Receitas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Receita Estimada	1.641.546	1.404.939	1.708.034	1.908.777
Receita Realizada	2.148.068	2.800.216	3.101.146	2.393.169
Variação %	30,86	99,31	81,56	25,38

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a outubro.

Em 2024, no acumulado de janeiro a outubro, as receitas realizadas no Finanprev estão superiores às receitas estimadas atuarialmente em 25,38%.

Tabela 48: Comparativo Funprev – 2021 a 2024- 2º semestre.

Funprev	Receitas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Receita Estimada	353.859	373.423	539.001	587.488
Receita Realizada	295.120	385.395	221.002	181.366
Varição %	-16,60	3,21	-59,00	-69,13

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a outubro.

Percebe-se que em 2024, no acumulado de janeiro a outubro, as receitas realizadas no Funprev estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 69,13%.

Tabela 49: Comparativo SPSM – 2021 a 2024.

SPSM	Receitas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Receita Estimada	0	715.741	840.784	963.685
Receita Realizada	0	708.862	881.310	696.715
Varição %	0	-0,96	4,82	-27,70

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a outubro.

Observa-se que em 2024, no acumulado de janeiro a outubro, as receitas realizadas no SPSM estão menores que às receitas estimadas atuarialmente em 27,70%.

Tabela 50: Comparativo Finanprev– 2021 a 2024.

Finanprev	Despesas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Despesa Estimada	5.703.591	4.325.916	5.393.535	6.079.737
Despesa Realizada	3.183.104	3.843.879	4.416.836	3.929.356
Varição %	-44,19	-11,14	-18,11	-35,37

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a outubro.

Em 2024, no acumulado de janeiro a outubro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 50,99%.

Tabela 51: Comparativo Funprev– 2021 a 2024- 2º semestre.

Funprev	Despesas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Despesa Estimada	3.668	5.276	7.162	7.870
Despesa Realizada	164	586	883	897
Varição %	-95,53	-88,89	-87,67	-88,60

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das despesas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a outubro.

Em 2024, no acumulado de janeiro a outubro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 88,60%.

Tabela 52: Comparativo SPSM – 2021 a 2024.

SPSM	Despesas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Despesa Estimada	-	1.506.656	1.753.431	2.060.384
Despesa Realizada	-	1.370.932	1.941.544	1.771.057
Varição %	-	-9,01	10,73	-14,04

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das despesas realizadas em 2023 referem-se ao acumulado de janeiro a outubro.

Em 2024, no acumulado de janeiro a outubro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 14,04%.

4.3 HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais são parâmetros que estimam a ocorrência de eventos biométricos, demográficos e econômico-financeiros, conforme descrito a seguir.

4.3.1 Hipóteses biométricas

As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez.

Tabela 53: Hipóteses biométricas– 2021 a 2024.

Hipóteses Biométricas	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Mortalidade de válidos	RP2000 masculina	RP2000 masculina	RP2000 masculina	RP2000 masculina
Mortalidade de inválidos	IBGE 2019	IBGE 2020	IBGE 2021	IBGE 2022
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Fonte: Nugin/IGEPPS.

4.3.2 Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas relacionam-se ao comportamento da população.

Tabela 54: Hipóteses demográficas– 2021 a 2024.

Hipóteses Demográficas	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Novos entrados	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado
Família média	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)
Idade de início da fase de contribuição	25 anos	25 anos	25 anos	25 anos

Fonte: Nugin/IGEPPS.

4.3.3 Hipóteses econômico-financeiras

As hipóteses econômico-financeiras são fatores que servem para quantificar as reservas matemáticas, ou seja, as obrigações do Regime Próprio de Previdência Social.

Tabela 55: Hipóteses Financeiras Finanprev– 2021 a 2024- 2º semestre.

Finanprev	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 6.433,57	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 56: Hipóteses Financeiras Funprev– 2021 a 2024.

Funprev	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 6.433,57	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/IGEPPS.

4.4 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

4.4.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício

A reforma da previdência ocorrida em 2019 definiu que o rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social ficará limitado às aposentadorias e à pensão por morte. A tabela abaixo representa o histórico do custeio calculado atuarialmente demonstrando as taxas por benefícios.

Tabela 57: Custos por benefícios Finanprev– 2021 a 2024.

Tipo de Benefício	Finanprev			
	2021	2022	2023	2024
Aposentadoria Programada	28,77%	28,53%	28,76%	28,75%
Aposentadoria por Invalidez	2,14%	2,27%	2,19%	2,17%
Pensões	4,09%	4,20%	4,05%	4,08%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

(*) Equivalente a 2,00% sobre a folha de salários e benefícios.

A tabela acima representa o histórico do custeio calculado atuarialmente demonstrando as taxas por benefícios.

Tabela 58: Custos por benefícios Funprev– 2021 a 2024- 2º semestre.

Tipo de Benefício	Funprev			
	2021	2022	2023	2023
Aposentadoria Programada	18,02%	17,64%	17,60%	17,93%
Aposentadoria por Invalidez	3,79%	4,04%	4,36%	3,93%
Pensões	3,61%	3,74%	3,47%	3,57%
Despesas Administrativas*	2,58%	2,58%	2,57%	2,57%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

(*) Equivalente a 2,00% sobre a folha de salários e benefícios.

A tabela acima representa o histórico do custeio calculado atuarialmente demonstrando os percentuais por benefícios

4.5 EVOLUÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS CUSTOS POR TIPO DE BENEFÍCIO

Para verificar se o Regime Próprio está em equilíbrio financeiro e atuarial é realizado o cálculo Atuarial que contemplará os valores dos seguintes termos:

- **Ativo do Plano:** Valor aplicado no mercado financeiro e seus respectivos rendimentos em 31 de dezembro do ano corrente;
- **Prov. Matemát. BC:** Provisão Matemática dos Benefícios Concedido que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que se encontram em gozo de benefícios;
- **Prov. Matemát. BaC:** Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que ainda estão em atividade;
- **Prov. Matemát. Total:** Provisão Matemática Total que representa a soma da Prov. Matemát. BC com a Prov. Matemát. BC;
- **Superávit(+)/Déficit(-):** Representa a diferença entre o Ativo do Plano e a Prov. Matemát. Total, quando o valor for positivo temos superávit, quando for negativo temos déficit e quando for igual a zero temos o equilíbrio financeiro e atuarial;
- **Civil:** Representa o valor do Superávit(+)/Déficit(-) dos servidores civis.

É importante esclarecer que as evoluções dos resultados são reflexos das hipóteses atuariais adotadas no Cálculo Atuarial, do salário de contribuição dos servidores e das informações cadastrais.

Tabela 59: Evolução Finanprev– 2021 a 2024- 2º semestre.

Tipo de Benefício Finanprev	Valores (R\$)			
	DRAA 2021	DRAA 2022	DRAA 2023	DRAA 2024
Ativo do Plano	170.026.828,17	334.904.823,98	604.796.627,40	439.072.034,89
Prov. Matemát. BC	56.442.575.798,51	35.608.065.142,27	43.325.948.862,91	47.351.577.347,36
Prov. Matemát. BaC	41.088.730.908,33	32.058.793.838,19	38.486.055.469,35	41.294.277.498,20
Prov. Matemát. Total	97.531.306.706,84	67.666.858.980,46	81.812.004.332,26	88.645.854.845,56
Superávit(+)/Déficit(-)	-97.361.279.878,67	-67.331.954.156,48	-81.207.207.704,86	-88.206.782.810,67
Superávit/Déficit - Civil	-69.247.819.512,73	-67.331.954.156,48	-81.207.207.704,86	-88.206.782.810,67
Superávit/Déficit - Militar	-28.113.460.365,94			

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Os valores são reflexos das aplicações no mercado financeiro dos repasses recebidos do Funprev. A redução da Prov. Matemática BC, bem como a diminuição da Prov. Matemática BaC e a contração da Prov. Matemática Total, ocorridas em 2022 são representadas pela retirada dos militares e por utilizar a taxa de juros de 3% a.a. no cálculo atuarial como recomenda a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de agosto de 2022.

Tabela 60: Evolução Funprev– 2021 a 2024- 2º semestre.

Tipo de Benefício: Funprev	Valores (R\$)			
	DRAA 2021	DRAA 2022	DRAA 2023	DRAA 2024
Ativo do Plano	4.366.014.661,46	4.176.722.201,75	4.186.590.041,16	4.264.686.028,14
Prov. Matemát. BC	19.512.121,48	35.031.649,83	49.076.908,86	52.034.404,83
Prov. Matemát. BaC	981.537.209,05	130.948.903,61	15.016.127,33	369.586.017,47
Prov. Matemát. Total	1.001.049.330,53	165.980.553,44	64.093.036,19	421.620.422,30
Superávit(+)/Déficit(-)	3.364.965.330,93	4.010.741.648,31	4.122.497.004,97	3.843.065.605,84
Superávit/Déficit - Civil	4.299.334.384,84	4.010.741.648,31	4.122.497.004,97	3.843.065.605,84
Superávit/Déficit - Militar	-934.369.053,91			

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Os valores são reflexos do cálculo atuarial com exceção do ativo do plano que se refere as aplicações no mercado financeiro e dos repasses realizados ao Finanprev. Os valores ocorridos no exercício de 2024 representam o fluxo normal do fundo previdenciário. O decréscimo expressivo da Provisão Matemática Total, ocorrida em 2022 reflete a retirada dos militares, pois estes pertencem ao SPSM.

Tabela 61: Evolução SPSM– 2021 a 2024.

Tipo de Benefício SPSM	Valores (R\$)		
	DRAA 2022	DRAA 2023	DRAA 2024
Ativo do Plano	-	21.489.805,01	-
Prov. Matemát. BC	17.992.907.141,59	20.262.491.577,48	23.656.707.540,55
Prov. Matemát. BaC	-2.012.223.136,86	-262.090.862,97	2.206.965.586,56
Prov. Matemát. Total	15.980.684.004,73	20.000.400.714,51	25.863.673.127,11
Superávit(+)/Déficit(-)	-15.980.684.004,73	-19.978.910.909,50	-25.863.673.127,11

Fonte: Nugin/Igeprev.

Os valores ocorridos no exercício de 2024 representam o fluxo normal do SPSM. As alíquotas e os resultados das provisões matemáticas poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vistas mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial ou familiar dos segurados do regime previdenciário.

Por fim, é oportuno consignar que os modelos previdenciários são arranjos concebidos para longo tempo de maturação e, portanto, requerem planejamento de igual dimensão e ajustes imediatos, tão logo sejam identificados problemas estruturais ou conjunturais que venham a desequilibrar financeiro, econômica e atuarialmente o regime previdenciário. Assim, a manutenção do equilíbrio de qualquer fundo previdenciário requer constante e contínuo monitoramento das obrigações do ente federativo vis-à-vis a sua justa fundação.

5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O IGEPPS realiza a gestão própria dos investimentos por meio do Núcleo Gestor de Investimentos – NUGIN, setor interno do Instituto responsável por monitorar os riscos, executar os investimentos e propor as estratégias de movimentações da carteira visando a busca da meta atuarial.

Os investimentos realizados ao longo do terceiro trimestre de 2024 foram norteados pela Política Anual de Investimento 2024, aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência, além de observarem as disposições da Resolução CMN nº 4.963 de 25/11/2021 e da Portaria MTP nº 1.467/2022 e alterações.

5.1 CARTEIRA GLOBAL

A carteira de investimentos do IGEPPS Pará finalizou o ano de 2024 com 73 ativos na carteira, distribuídos entre 47 fundos de investimentos distribuídos entre 18 gestores, além de 25 Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Federal e 1 Letra Financeira emitida por banco privado, que estão vinculados ao seu respectivo plano, quais sejam: Fundo Previdenciário (FUNPREV), Fundo Financeiro (FINANPREV) e Sistema Social de Proteção dos Militares (SPSM), além das operações compromissadas (LFT) intermediadas por meio do Banpará. É a equipe técnica do NUGIN realiza o monitoramento da carteira visando atender os limites da Resolução CMN 4.963/2021 e as estratégias definidas na Política de Investimentos.

Tabela 62: Carteira Global do IGEPPS – 4º trimestre de 2024.

Carteira	Receita Acumulada - 4º Trimestre			Rendimento Acumulado		Patrimônio Líquido (31/12/2024)
	Aplicação	Resgate	Amortização	4º Trimestre	2024	
FUNPREV	474.329.090,21	441.409.595,09	33.657.791,12	67.826.543,15	117.851.196,16	4.342.922.859,38
FINANPREV	335.419.063,67	847.712.655,46	-	7.418.110,59	8.795.187,22	2.405.757,47
SPSM	85.425.357,19	94.990.154,44	-	267.049,58	267.049,58	-
Disponibilidade Financeira	-	-	-	-	-	579.545.747,94
Total	895.173.511,07	1.384.112.404,99	33.657.791,12	75.511.703,32	126.913.432,97	4.924.874.364,79

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Nota: Disponibilidade Financeira é o recurso financeiro disponível em conta corrente de titularidade do IGEPPS.

Tabela 63: Carteira Global do IGEPPS – Ano 2024.

Carteira	Receita Acumulada – Ano de 2024			Rendimento Acumulado	Patrimônio Líquido (31/12/2024)
	Aplicação	Resgate	Amortização		
FUNPREV	1.036.393.950,40	1.242.449.008,74	103.710.191,65	389.014.418,55	4.342.922.859,38
FINANPREV	1.818.639.089,38	2.305.287.523,01	-	50.024.653,02	2.405.757,47
SPSM	405.580.220,82	406.957.305,61	-	1.377.076,63	-
Disponibilidade Financeira	-	-	-	-	579.545.747,94
Total 2024	3.260.613.260,60	3.954.693.837,36	103.710.191,65	440.416.148,20	4.924.874.364,79

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Nota: Disponibilidade Financeira é o recurso financeiro disponível em conta corrente de titularidade do IGEPPS.

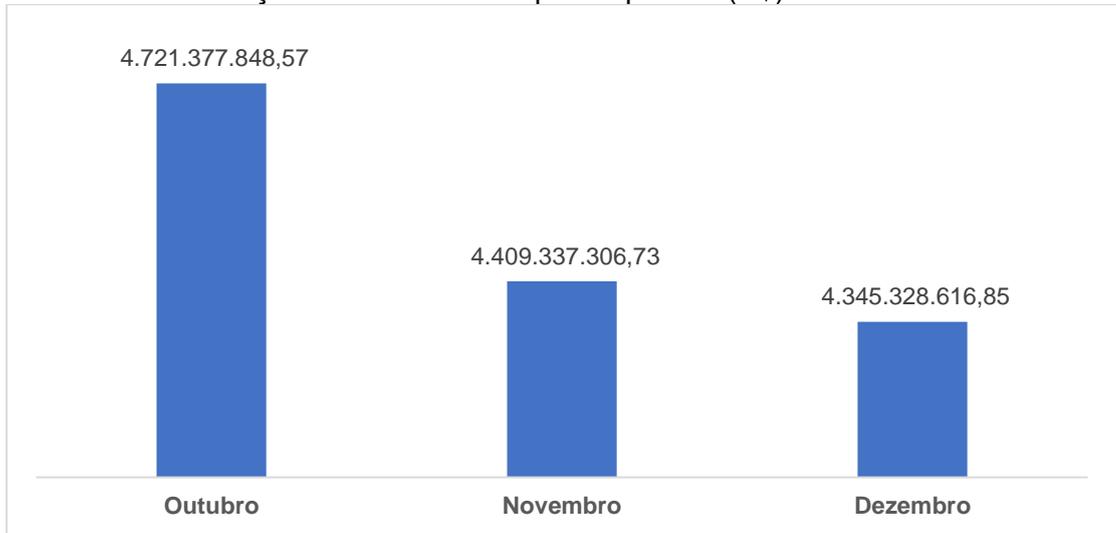
Tabela 64: Enquadramento do IGEPPS de acordo com a Política de Investimentos – 4º trimestre de 2024.

Artigo	Tipo de Ativo	Valor (R\$)	Carteira %	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa		3.437.088.556,96	79,10%	-	85,00%	-	100,00%
Art. 7º, I, "a"	Títulos Públicos de Emissão do TN (SELIC)	2.021.714.023,65	46,53%	-	40,00%	65,00%	100,00%
Art. 7º, I, "b"	Fundos RF 100% Títulos Públicos	139.937.440,95	3,22%	-	14,95%	55,00%	100,00%
Art. 7º, I, "c"	FI Índices RF (ETF) 100% Tít. Públicos (negociados em bolsa)	-	-	-	-	20,00%	100,00%
Art. 7º, II	Operações Compromissadas	-	-	-	-	5,00%	5,00%
Art. 7º, III "a"	Fundos de Renda Fixa conforme CVM	1.166.876.316,41	26,85%	-	25,00%	40,00%	70,00%
Art. 7º, III "b"	ETF - Renda Fixa CVM	-	-	-	-	20,00%	-
Art. 7º, IV	Ativos Privados de Instituições Financeiras (Lista Exaustiva BACEN)	51.717.132,55	1,19%	-	2,50%	5,00%	20,00%
Art. 7º, V "a"	FIDC Cota Sênior	2.676.472,28	0,06%	-	0,05%	1,00%	10,00%
Art. 7º, V "b"	Fundos de Crédito Privado	54.167.171,12	1,25%	-	2,50%	5,00%	10,00%
Art. 7º, V "c"	Debêntures Incentivadas	-	-	-	-	-	10,00%
Renda Variável		562.904.529,48	12,95%	-	6,00%	-	40,00%
Art. 8º	Fundos de Ações CVM	428.305.411,65	9,86%	-	3,00%	10,00%	40,00%
Art. 8º, I "b"	FI ETF RV CVM	-	-	-	3,00%	10,00%	40,00%
Art. 8º, III	Fundos de Ações - BDR Nível I	134.599.117,84	3,10%	-	2,00%	10,00%	10,00%
Exterior		109.777.545,67	2,53%	-	6,00%	-	10,00%
Art. 9º, I "a"	Fundos de Renda Fixa - Dívida Externa	-	-	-	-	1,0%	10,0%
Art. 9º, II	Fic - Aberto- Investimento no Exterior	109.777.545,67	2,5%	-	4,0%	10,0%	10,0%
Estruturados		235.557.984,75	5,42%		3,00%		20,00%
Art. 10º, I	Fundos Multimercados	81.792.776,84	1,88%	-	-	10,00%	10,00%
Art. 10º, II	Fundos de Participações (FIP)	153.765.207,91	3,54%	-	3,00%	5,00%	5,00%
Art. 10º, I, "c"	FI Ações - Mercado de Acesso	-	-	-	0,00%-	5,00%	5,00%
Total da Carteira		4.345.328.616,85	100%	-	100%	-	
Disponibilidade Financeira		579.545.747,94					
Total Geral		4.924.874.364,79					

Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.1.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Global

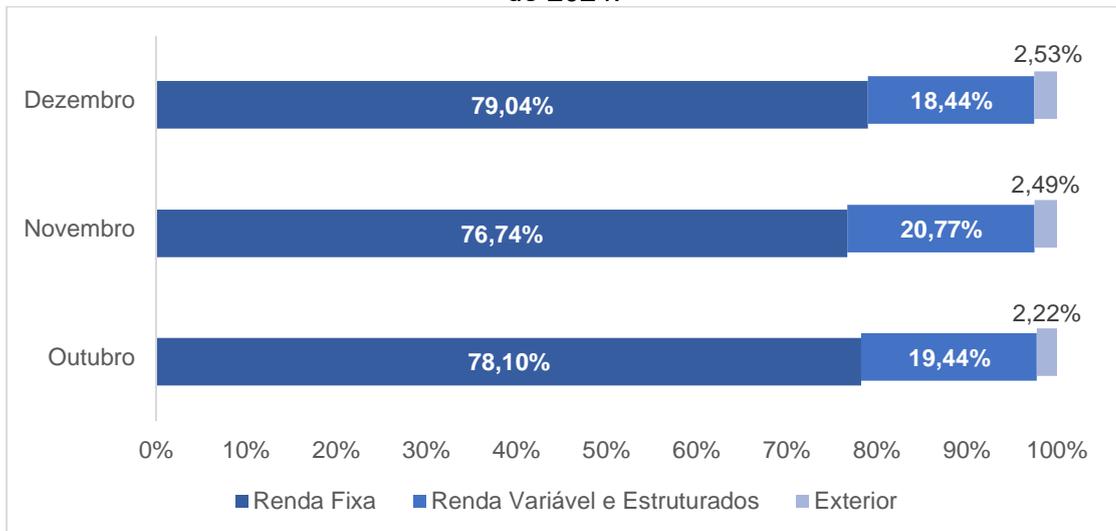
Gráfico 1: Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.1.2 Distribuição Carteira Global

Gráfico 2: Distribuição do Patrimônio Líquido Aplicado por segmento – 4º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 65: Patrimônio Líquido por Instituição Financeira – 4º trimestre de 2024.

INSTITUIÇÕES	31/10/2024		30/11/2024		31/12/2024	
	PL	%	PL	%	PL	%
Tesouro Nacional	1.692.658.749,16	35,85%	1.674.989.577,69	38,00%	2.021.714.023,65	46,53%
BB Asset Management	741.369.874,74	15,70%	745.980.558,38	16,92%	716.754.088,12	16,49%
Itaú	715.095.678,80	15,15%	718.535.801,34	16,30%	433.926.540,29	9,99%
Bradesco	381.423.752,35	8,08%	269.766.547,14	6,12%	318.558.769,33	7,33%
Santander	187.234.475,51	3,97%	19.706.281,15	0,45%	19.752.332,78	0,45%
BTG Pactual	273.101.958,80	5,78%	276.456.418,17	6,27%	268.243.946,50	6,17%
Caixa Econômico Asset	91.628.239,94	1,94%	99.200.061,62	2,25%	83.704.034,53	1,93%
Safra Asset Management	135.995.702,24	2,88%	133.716.185,66	3,03%	47.373.568,21	1,09%
Vinci Partners	111.387.382,08	2,36%	108.434.354,83	2,46%	105.788.687,43	2,43%
Kinea Investimentos	108.770.881,22	2,30%	108.584.130,75	2,46%	109.618.007,28	2,52%
Western Asset	46.329.574,27	0,98%	50.451.513,94	1,14%	50.895.083,31	1,17%
Bahia Asset	46.157.317,35	0,98%	43.546.483,82	0,99%	41.210.166,91	0,95%
XP Asset Management	38.341.082,46	0,81%	39.820.047,26	0,90%	40.208.702,88	0,93%
AZ Quest Investimentos	35.710.017,26	0,76%	35.180.083,65	0,80%	33.928.804,45	0,78%
Occam Brasil	23.163.700,52	0,49%	22.833.355,79	0,52%	22.177.685,54	0,51%
Pátria Investimentos	19.887.094,74	0,42%	19.803.137,72	0,45%	25.345.846,70	0,58%
BNP Paribas Asset	3.769.927,39	0,08%	3.559.380,70	0,08%	3.321.973,89	0,08%
Genial Banco	2.413.043,67	0,05%	2.401.744,09	0,05%	2.676.472,28	0,06%
Porto Seguro Investimentos	128.647,29	0,00%	128.971,23	0,00%	129.882,79	0,00%
Banpará (LFT)	66.810.748,78	1,42%	35.016.235,51	0,79%	0,00	0,00%
Total Aplicado	4.721.377.848,57	100%	4.408.110.870,41	100%	4.345.328.616,85	100%

Fonte: Nugin/IGEPSS.

5.2 CARTEIRA FINANPREV

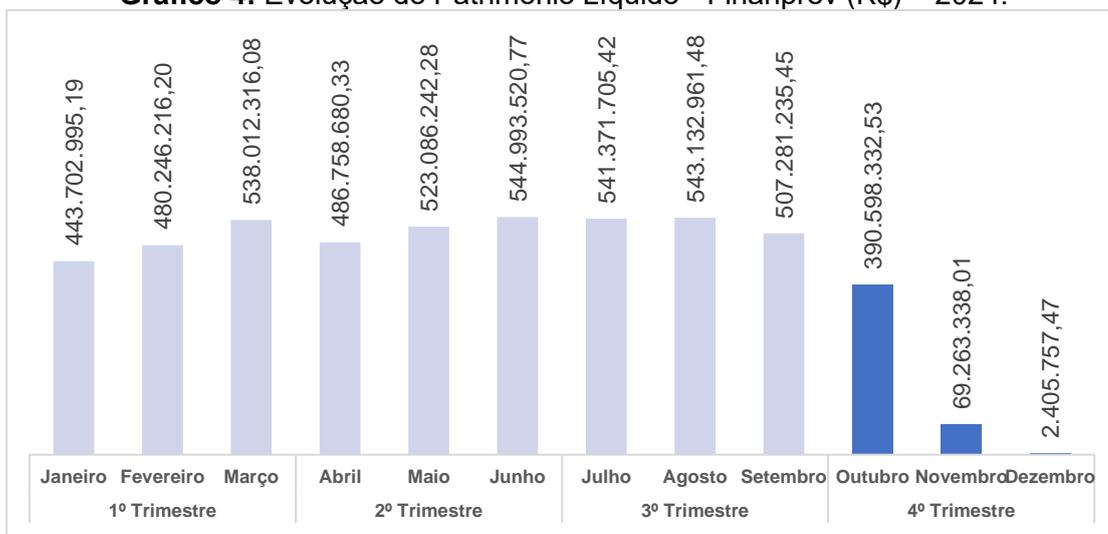
5.2.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira - Finanprev

Gráfico 3: Evolução do Patrimônio Líquido - Finanprev (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

Gráfico 4: Evolução do Patrimônio Líquido - Finanprev (R\$) – 2024.

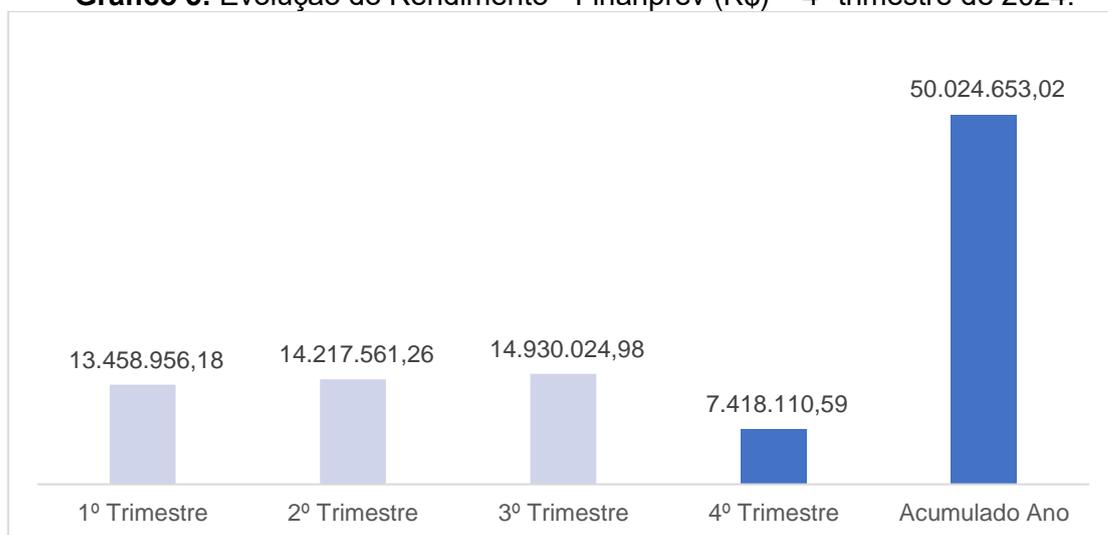


Fonte: Nugin/IGEPPS.

No 4º trimestre de 2024, a partir de outubro, o saldo que havia no FINANPREV (saldo proveniente de exercícios anteriores), considerando a Nota Técnica 72/2024 (PGE) e o Ofício nº 465/2024/GS/SEFA, foi ratificado o entendimento de que o saldo que havia no fundo constitui crédito para honrar seus compromissos, ou seja, pagamento de benefícios previdenciários, de modo que, enquanto o saldo fosse suficiente para a cobertura das despesas do referido fundo, este seria utilizado, até sua extinção. Por esse motivo, observa-se redução gradativa do PL do Finanprev.

5.2.2 Evolução do Rendimento - Finanprev

Gráfico 5: Evolução do Rendimento - Finanprev (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.2.3 Movimentações – Finanprev

Tabela 66: Movimentações Financeiras - Finanprev – 4º trimestre de 2024.

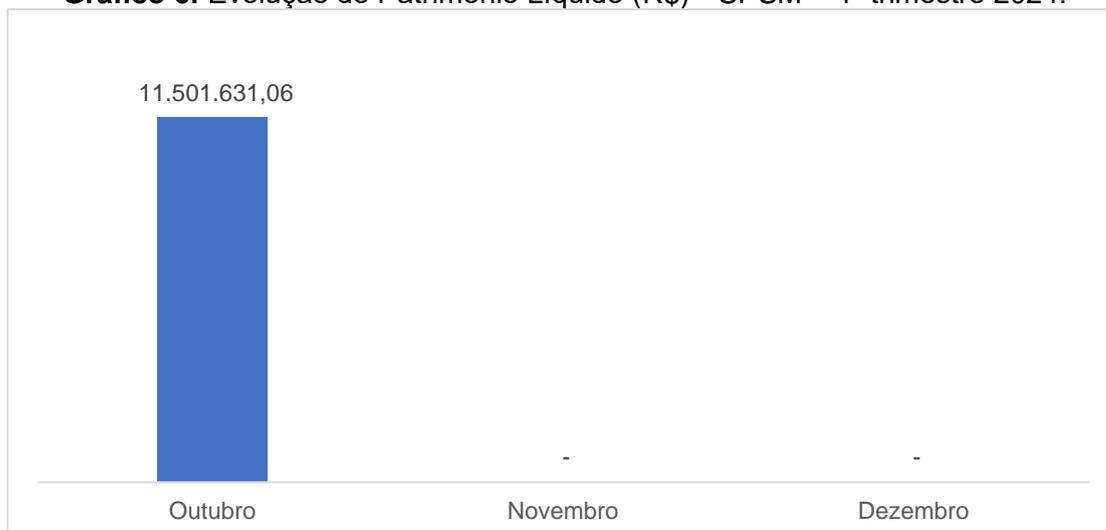
Finanprev	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Aplicação	151.461.251,73	163.469.640,50	20.488.171,44	335.419.063,67	1.818.639.089,38
Resgate	272.573.405,89	487.550.239,40	87.589.010,17	335.419.063,67	2.305.287.523,01

Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.3 CARTEIRA - SPSM

5.3.1 Evolução do Patrimônio Líquido - SPSM

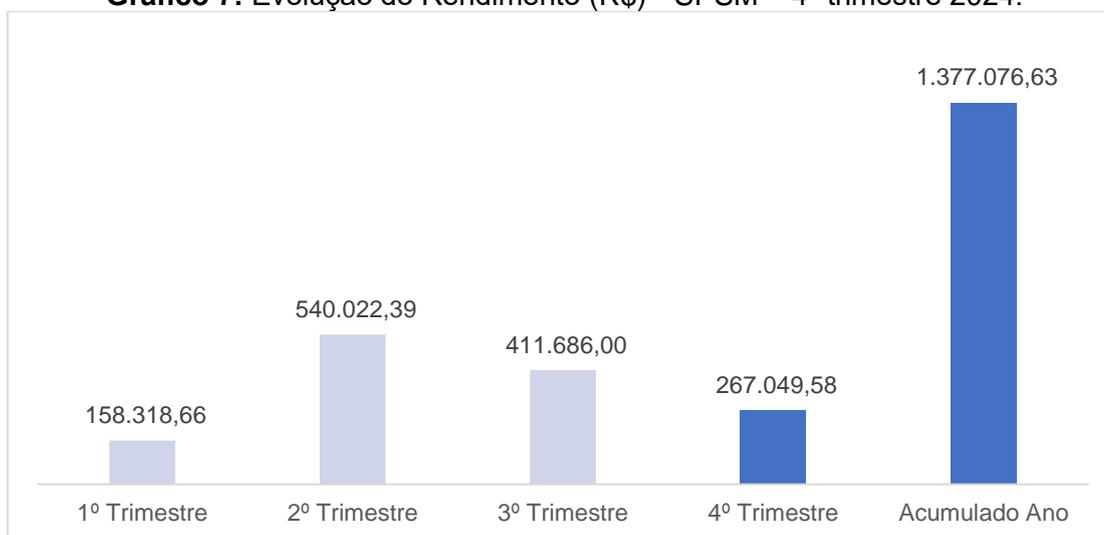
Gráfico 6: Evolução do Patrimônio Líquido (R\$) - SPSM – 4º trimestre 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.3.2 Evolução do Rendimento - SPSM

Gráfico 7: Evolução do Rendimento (R\$) - SPSM – 4º trimestre 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.3.3 Movimentação - SPSM

Tabela 67: Movimentações Financeiras – SPSM - 4º trimestre 2024.

SPSM	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Aplicação	27.786.657,45	57.638.699,74	-	85.425.357,19	405.580.220,82
Resgate	25.725.081,15	69.265.073,29	-	94.990.154,44	406.957.305,61

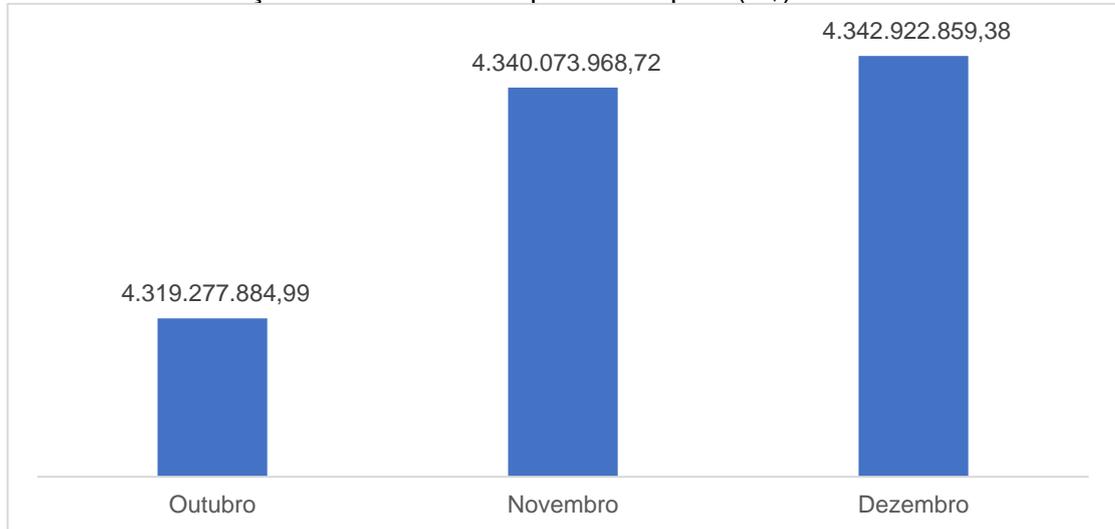
Fonte: Nugin/IGEPPS.

No 4º trimestre de 2024, os recursos do SPSM foram aplicados em Operações Compromissadas, que visaram o pagamento da folha de inativos, pensionistas e beneficiários. No ano, operações de aplicação e resgate do referido fundo movimentaram cerca de quatrocentos milhões de reais cada.

5.4 CARTEIRA - FUNPREV

5.4.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira - Funprev

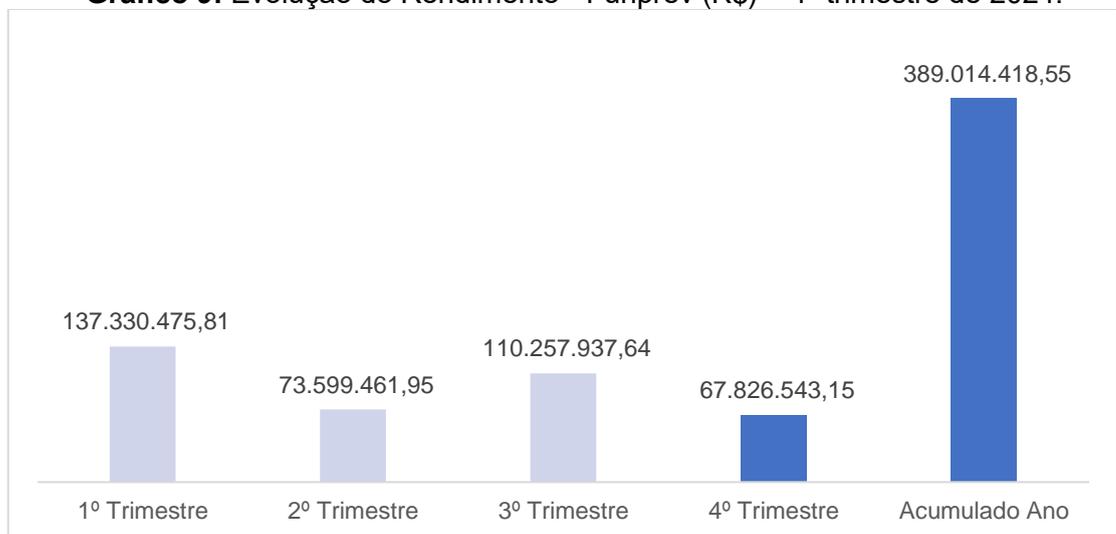
Gráfico 8: Evolução do Patrimônio Líquido - Funprev (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.4.2 Evolução do Rendimento - Funprev

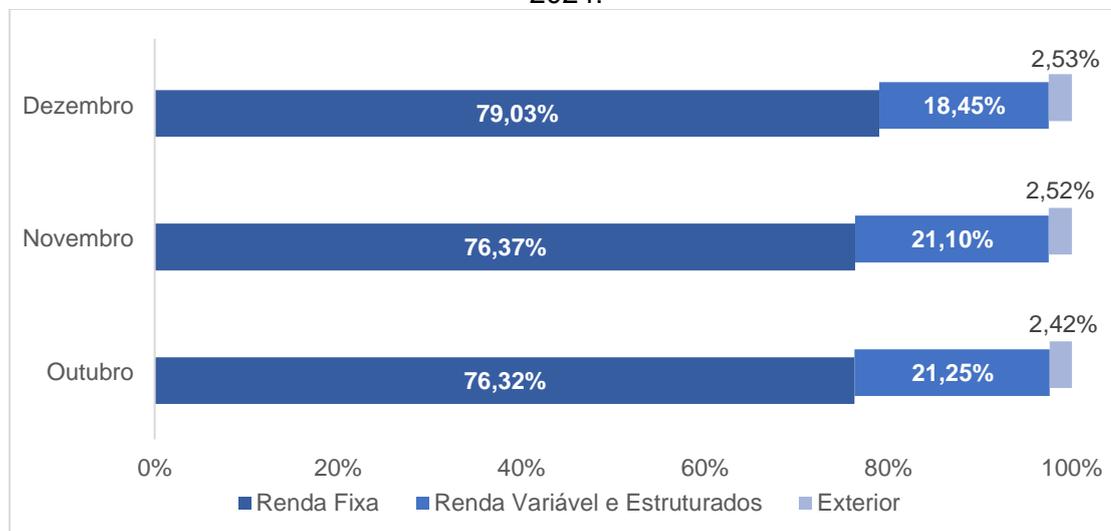
Gráfico 9: Evolução do Rendimento - Funprev (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.4.3 Distribuição de Recurso por Segmento - Funprev

Gráfico 10: Distribuição de Recurso por Segmento - Funprev – 4º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.4.4 Movimentações - Funprev

No trimestre referência houve a aplicação de R\$ 474 milhões no FUNPREV, incluindo valores provenientes de desbloqueios judiciais, cujos valores foram somados aos da arrecadação, em um único relatório de aplicação e resgate, quando ocorriam os desbloqueios. No acumulado anual, as aplicações somaram aproximadamente R\$ 1.036 bilhão de reais.

Tabela 68: Movimentações Financeiras – SPSM - 4º trimestre 2024.

Funprev	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Aplicação	25.577.588,89	23.197.235,94	425.554.265,38	474.329.090,21	1.036.393.950,40
Resgate	9.701.800,49	154.365,35	431.553.429,25	441.409.595,09	1.242.449.008,74
Amortização	1.507.837,25	32.149.953,87	0,00	33.657.791,12	103.710.191,65

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Além disso, houve a receita de R\$ 33.657.791,12 (trinta e três milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, setecentos e noventa e um reais e doze centavos), sendo R\$ 1.507.837,25 (um milhão, quinhentos e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos) proveniente de amortização do FIP Kinea e R\$ 32.149.953,87 provenientes de pagamento de cupons de títulos públicos. Parte do recurso foi usado para Atendimento a Chamada de Capital, e outra para aplicação no FUNPREV. No ano, foram amortizados cerca de 103 milhões de reais, entre pagamentos de cupons de títulos públicos e de FIP's.

Os recursos de arrecadação previdenciária foram aplicados em fundo com liquidez D+0 e retorno CDI, visando a formação de caixa com o objetivo de cumprir futuros compromissos como Chamadas de Capital e resgates para atendimento da Lei Complementar 125/2019. Além disso, o Nugin realizou realocações estratégicas visando atender as

estratégias da Política de Investimentos 2024 e para aproveitar oportunidades de ganhos conforme cenário econômico.

5.4.5 Arrecadação Previdenciária - Funprev

A arrecadação previdenciária destinadas ao NUGIN para aplicação no Funprev está descrita na tabela abaixo.

Tabela 69: Arrecadação para aplicação – Funprev- 4º trimestre 2024.

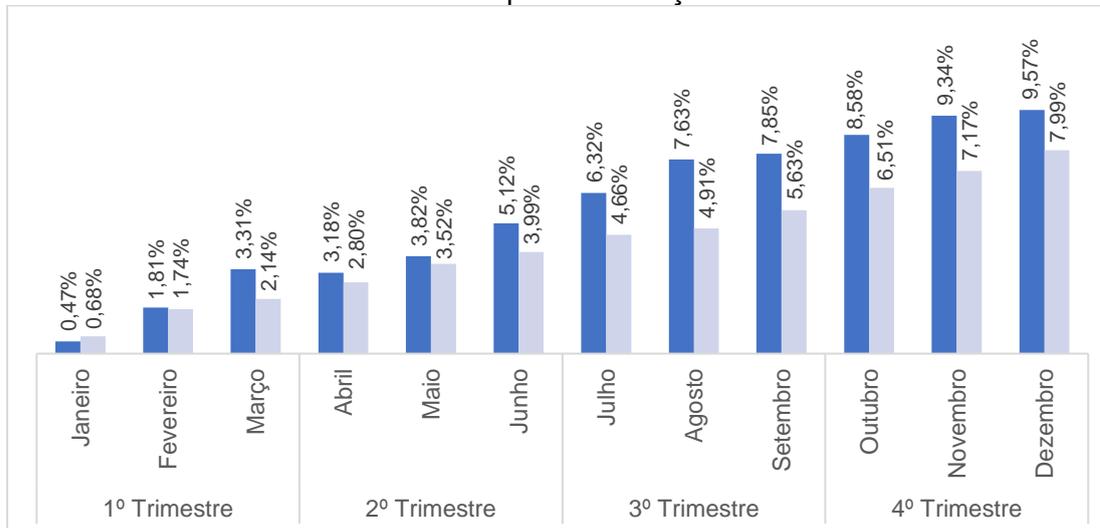
Funprev	Arrecadação para aplicação
2º Trimestre	33.368.154,45
3º Trimestre	49.000.000,00
4º Trimestre	84.500.000,00
Total 2024	166.868.154,45

Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.4.6 Rentabilidade e Meta Atuarial – Funprev

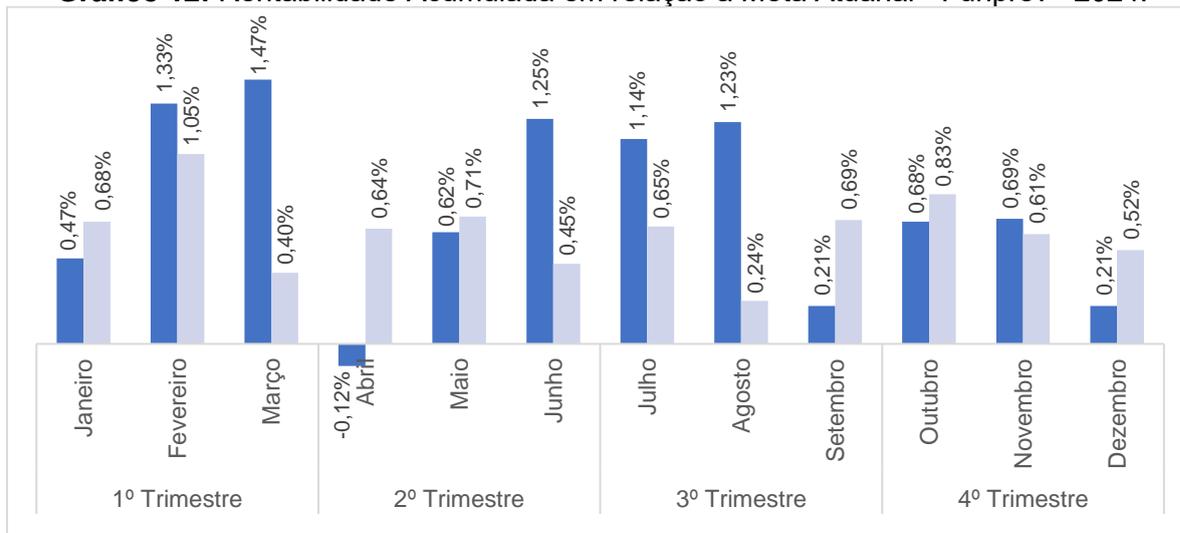
A meta atuarial do Funprev para 2024 é de IPCA+3%. Nos meses de outubro a dezembro o retorno da carteira superou a meta atuarial, no entanto em novembro, o resultado foi aquém da meta. No acumulado no ano o desempenho da carteira Funprev é de 9,57% para uma meta de 7,99%, marcando a superação da meta atuarial.

Gráfico 11: Rentabilidade Funprev em relação a Meta Atuarial –2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

Gráfico 12: Rentabilidade Acumulada em relação a Meta Atuarial - Funprev –2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

O cenário econômico e político do ano de 2024 que impactou no resultado do FUNPREV encontrado detalhado abaixo:

Quadro 1: Cenário Global Econômico e Político Cenário Econômico e Político – 4º trimestre de 2024.

Economia
<p>●Global: O ciclo econômico global caminha em dessincronia. No primeiro trimestre do ano, a economia americana transitou entre a tese de pouso suave e forte, pois houve indícios de desinflação, mas teve também números acima do esperado na inflação e emprego, o que mostra uma resiliência na economia. Com isso, o FED anunciou cortes de Juros, mas em menor magnitude. A Europa segue com dinâmica econômica fraca. A China seguiu com dificuldades de entregar a meta de crescimento anual de 5%. O país cortou as taxas de juros e os depósitos compulsórios como estratégia para impulsionar as metas de crescimento econômico. As políticas fiscais e monetárias anunciadas não foram suficientes e o mercado aguardou o anúncio de novas medidas, que a depender da magnitude pode impulsionar a economia, pelo menos no curto prazo.</p> <p>●Brasil: A atividade econômica segue robusta. O PIB permaneceu com surpresas positiva para 2024 e perspectiva de 2025. O desemprego foi o menor da história, 6,2%. O governo reiterou o compromisso fiscal, mas o aumento das despesas e dificuldade na agenda de arrecadação preocupa o mercado.</p>
Inflação
<p>●Global: A inflação americana apresentou um processo gradual de moderação, embora permanecesse acima da meta em grande parte do período. O núcleo de inflação de serviços e o mercado de trabalho demonstraram resiliência, sustentando pressões inflacionárias. No entanto, sinais de desaceleração começaram a surgir, com surpresas positivas no índice de preços ao consumidor (CPI) e uma moderação no mercado de trabalho, indicando possíveis impactos desinflacionários. Essa dinâmica favoreceu o início de cortes nos juros pelo FED, enquanto o cenário global acompanhava uma tendência geral de desaceleração inflacionária. Apesar disso, incertezas políticas e geopolíticas, incluindo promessas com potencial inflacionário do Trump, permanecem como fatores de risco.</p> <p>●Brasil: O IPCA fechou o ano acima da meta (3%). Em 12 meses, o IPCA acumulou 4,83%, contra a meta (4,5%). A ancoragem das expectativas de inflação depende da estabilização do câmbio, desaceleração do PIB e pacote fiscal crível. Para 2025, o boletim Focus projeta que o IPCA termine o período com uma alta de 4,96%.</p>

Juros

●**Global: O cenário global de política monetária em 2024 apresentou um gradual movimento de relaxamento**, com diferenças entre as principais economias. O FED manteve inicialmente uma postura restritiva, sem cortes de juros até que dados mais consistentes de desinflação fossem confirmados, iniciando cortes apenas no terceiro trimestre, em resposta a uma economia ainda resiliente. O Banco Central Europeu (BCE), após manter taxas em níveis máximos, começou cortes graduais devido ao fraco desempenho econômico e à desaceleração da inflação. Na China, o Banco Central adotou medidas expansionistas, como a redução dos depósitos compulsórios e da taxa de juros, para estimular a economia, especialmente o setor imobiliário. O Banco do Japão, em contraponto, elevou os juros para terreno positivo pela primeira vez em mais de oito anos. De forma geral, o ambiente global se caracteriza por ajustes cautelosos no ritmo de cortes de juros, com foco na convergência da inflação à meta e na adaptação a condições econômicas regionais.

●**Brasil: O Copom iniciou o ano com ciclo de cortes na Selic, reduzindo de 11,75% para 10,75% a.a., mas terminou o ano com 12,25%**. Dessa forma, o Copom iniciou um ciclo de alta, devido a preocupações com a desancoragem da expectativa inflação, atividade econômica, mercado de trabalho e incertezas fiscais. Com a inflação fora da margem superior da meta, a valorização do dólar, novos aumentos foram sinalizados, podendo alcançar 15% para ancorar expectativas inflacionárias em 2025. A indicação de Gabriel Galípolo à presidência do BC foi bem recebida pelo mercado, mesmo com discussão sobre a credibilidade da política monetária em determinados momentos do ano.

Mercado

●**Global: As grandes empresas de tecnologia, como Nvidia, Amazon e Meta, impulsionaram as bolsas globais**. No ano, as bolsas tiveram bom desempenho, o S&P 500, a NASDAQ e o Nikkei, lideradas por big techs. Além disso, o ouro atingiu recorde histórico e o petróleo teve leve alta, contrastando com a queda do minério de ferro devido à fraqueza da economia chinesa. A vitória do Trump gerou cautela em relação a economias emergentes, fortalecendo o dólar. A Europa teve resultados mistos ao longo do ano nos principais mercados.

Mercado

●**Brasil: O Ibovespa apresentou um desempenho negativo (-10,34%) no ano**. Os ativos de risco do Brasil sofreram no mês, o Real desvalorizou, a bolsa caiu e o juros de curto prazo aumentou, o que representa as dúvidas do Mercado sobre a saúde fiscal do país. O Ibovespa descola ainda mais da tendência global. Houve a divulgação de diversos resultados mistos de empresas listadas, mas que não fizeram tanto preço. O mercado avalia que o pacote de redução de despesas apresentado pelo governo seja insuficiente para garantir a sustentabilidade do arcabouço fiscal. A perda de confiança no governo se aprofundou e dólar passou a 6,30 no final de 2024, máxima desde o Plano Real.

Fato Relevante

●**Global: As eleições americanas movimentaram as expectativas do mercado, Trump retorna a Casa Branca**. A tensão do conflito no Oriente Médio continuou, com os ataques e contra-ataques entre, Israel, Hezbollah e Irã. Instabilidade política na França. Cai o regime do presidente Bashar al-Assad, na Síria, que foi assumido por rebeldes, mas não está claro quem assumirá o país e quais serão as consequências para o Oriente Médio; Trump convidou o presidente chinês para sua posse em janeiro.

●**Brasil: Tragédias climáticas (Enchentes no Rio Grande do Sul, queimadas, escassez hídrica)**. Governo teve dificuldades no avanço da agenda de arrecadação e falta de novas pautas de corte de gastos, baixa capacidade de articulação do governo no congresso. Anúncio de medidas fiscais com pouco efeito prático na melhora das expectativas. Eleição da Venezuela causa problemas diplomáticos na América Latina. As eleições municipais os partidos de centro e centro-direita ganhando força. O Presidente Lula passou por cirurgias em função de acidente doméstico.

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Diante deste cenário econômico e político, o NUGIN recomendou a manutenção de posições e diversas realocações estratégicas ao longo do exercício, com fins a cumprir a meta atuarial. Diante disto, o FUNPREV obteve a rentabilidade anual de 9,57%, acima portanto, da meta de 7,99%.

A síntese da estratégia de investimentos de 2024 foi a consolidação da renda fixa, com ampliação de posições em CDI, crédito privado e juros pré-fixados, além da manutenção de posições em inflação. Além disso, houve efeitos positivos da diversificação na economia real e no exterior, a despeito da performance negativa da bolsa no Brasil.

A Renda Fixa é a principal posição do fundo, representando 79,10% da carteira, composto majoritariamente por títulos públicos e contribuindo com 8,20% do retorno do FUNPREV. A Estratégia Juro Real (Títulos Públicos Inflação) corresponde a 39,51% da carteira, com prêmio médio de IPCA + 6,20%, mitigando a volatilidade e provendo liquidez recorrente via o pagamento de cupons de juros semestrais.

A estratégia de Juros Pós-Fixado possui ativos referenciados no CDI e posição de 26,63%, com captura da SELIC neste contexto econômico. As demais estratégias de renda fixa são a Alocação Dinâmica (14,46%), com gestão ativa do CDI, o Crédito Privado (2,63%), com captura do prêmio de crédito privado e o Juro Nominal (2,17%), com carregamento de taxas pré-fixadas para diversos ciclos de mercado.

A Renda Variável representada pela estratégia de Bolsa Brasil possui posição de 9,83% do Funprev. A estratégia performou negativo no ano, em torno de -13%, contribuindo em -1,69% para o resultado da carteira. O resultado negativo do ano demonstra as dificuldades econômicas do Brasil, sobretudo o risco fiscal e a elevada taxa de juros dominante no país.

No Exterior obtivemos resultados expressivos, com retorno de 35% em 2024. Esta classe representa 7,94% do FUNPREV e contribuiu com 2,10% do resultado da carteira. O destaque ficou para o desempenho excepcional da bolsa de valores americana e a desvalorização do dólar, o qual permitiu a captura da diversificação internacional e o alinhamento com tendências globais como a inteligência artificial.

Em Estruturados, distribuídas em fundo em participação na Economia Real e ativos Multimercados, fechou 2024 com posição de 3,42%. Os ativos performaram positivamente, com retorno de 9,95% e contribuição de 0,96% do resultado do FUNPREV. Isto decorre da performance positiva do resultado da qualidade das empresas investidas na economia real e diversificação em diversos mercados.

5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 - TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO FUNPREV PARA O FINANPREV

Para atendimento à Lei Complementar 115/2017, alterada pela 125/2019, já foi transferido do Funprev para o Finanprev o valor de R\$ 3.631.941.754,15 (três bilhões, seiscentos e trinta e um mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos.), no período de 2016 até dezembro 2024.

Tabela 70: Transferências do Funprev para o Finanprev – 2024.

Mês	Rendimento mensal (R\$)	Compensação (R\$)	Saldo a transferir* (R\$)	Saldo a compensar (R\$)
Janeiro	19.847.798,99	-	19.847.798,99	
Fevereiro	55.857.316,03	-	55.852.798,70	4.517,33
Março	61.625.360,79	-	41.804.119,91	19.821.240,88
Abril	-5.300.528,14	19.825.758,21	14.525.230,07	
Maio	26.088.598,06	-	26.088.598,06	
Junho	52.811.392,03	-	52.811.392,03	
Julho	48.537.369,52	-	48.537.369,52	
Agosto	52.610.606,95	-	52.610.606,95	
Setembro	9.109.961,17	-	9.109.961,17	
Outubro	29.075.321,56	-	29.075.321,56	
Novembro	29.903.167,06	-	29.903.167,06	
Dezembro	8.848.054,52	-	8.848.054,52	
Total	389.014.418,55	19.825.758,21	389.014.418,54	19.825.758,21

Fonte: NUGIN/IGEPPS. *O saldo é transferido no mês subsequente.

Tabela 71: Transferências do Funprev para o Finanprev – 2016 a 2024.

Ano	Descrição	Valor (R\$)
2016	Transferência Rendimento Ano de 2016	652.065.924,15
2017	Transferência Rendimento Ano de 2017	576.435.802,81
2018	Transferência Rendimento Ano de 2018	411.344.663,66
2019	Transferência Rendimento Ano de 2019	629.863.135,36
2020	Transferência Rendimento Ano de 2020	209.416.677,77
2021	Transferência Rendimento Ano de 2021	80.224.987,67
2022	Transferência Rendimento Ano de 2022	181.288.571,28
2023	Transferência Rendimento Ano de 2023	502.287.572,90
2024	Transferência Rendimento Ano de 2024	389.014.418,55
Total		3.631.941.754,15

Fonte: NUGIN/IGEPPS.

5.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A taxa de administração é o custo de manutenção para atender às despesas administrativas do IGEPPS/PA. A partir de abril de 2024, a taxa de administração passou a ser financiada de forma rateada pelos recursos dos fundos Funprev, Finanprev e SPSM, em percentual ao limite, conforme determinado pela Portaria MPS 1.467/2022.

Durante o período de outubro a dezembro de 2024, foi utilizado o montante de R\$ 89.136.677,54 (oitenta e nove milhões, cento e trinta e seis mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), para custear as despesas do IGEPPS/PA. No ano, o valor acumulado da Taxa de Administração foi de R\$ 288.697.111,20 (duzentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e noventa e sete mil, cento e onze reais e vinte centavos), sendo 60% custeado pelo FINANPREV, 26% custeado pelo FUNPREV e 14% custeado pelo SPSM.

Tabela 72: Taxa de administração do Funprev – 4º trimestre de 2024.

Taxa de Administração	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Funprev	2.000.000,00	3.500.000,00	-	5.500.000,00	75.495.149,46
Finanprev	26.098.633,33	44.249.688,71	-	70.348.322,04	174.152.561,47
SPSM	5.148.033,33	8.140.322,17	-	13.288.355,50	39.049.400,27
Total	33.246.666,66	55.890.010,88	-	89.136.677,54	288.697.111,20

Fonte: COAF/Nugin/IGEPPS.

6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Os órgãos colegiados exercem papel fundamental na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social como instrumentos de fiscalização e acompanhamento das atividades e decisões tomadas pelos gestores da Entidade. No segundo semestre de 2024, o mandato do Conselho Estadual de Previdência – CEP foi encerrado no dia 05 de julho de 2024, e o mandato do Conselho Fiscal e o Comitê de Investimentos foi encerrado no dia 21 de junho de 2024.

Reuniões e principais decisões do Comitê de Investimento – COINV

No quarto trimestre de 2024, o Conselho Estadual de Previdência – CEP realizou três reuniões ordinárias e uma extraordinária. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas e decisões, e participantes.

Quadro 2: Reuniões e principais decisões do COINV – 4º trimestre de 2024.

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Participantes
30/10/2024	11ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS – Setembro/2024. 	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos (Membro Titular); Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Carolina Scapin Martins – Membro do Comitê de Investimentos.
27/11/2024	12ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Mensal de Análise dos Fundos de Investimentos IGEPPS – Novembro/2024 	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos (Membro Titular); Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Carolina Scapin Martins – Membro do Comitê de Investimentos.
12/12/2024	13ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Mensal de Análise dos Fundos de Investimentos IGEPPS – Novembro/2024 	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos (Membro Titular); Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Carolina Scapin Martins – Membro do Comitê de Investimentos.
20/12/2024	1ª Extraordinária	<ul style="list-style-type: none"> Minuta da Política de Investimentos 2025 	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos (Membro Titular); Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Carolina Scapin Martins – Membro do Comitê de Investimentos.

Fonte: GAPRE/IGEPPS.

7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

7.1 GESTÃO DE PESSOAL

O investimento e a valorização do capital humano são os pilares fundamentais para a gestão efetiva de pessoas. No entanto, é essencial salientar os componentes que contribuem para uma atuação estratégica e eficiente. Estes incluem: Motivação, Comunicação, Trabalho em Equipe, Conhecimento e Competência, e Treinamento e Desenvolvimento. Estes cinco elementos orientam as atividades da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas - a CODP.

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas é responsável por gerenciar e avaliar as ações de desenvolvimento de pessoal, alinhadas à estratégia da Instituição. Além disso, seleciona um representante institucional da área de recursos humanos para agir como Agente de Desenvolvimento e Capacitação na aplicação de programas de treinamento no Instituto e na Escola de Governança Pública do Pará – EGPA, e coordena projetos de gestão de pessoas com outras entidades.

Assim, no quarto trimestre de 2024, as atividades da CODP desempenharam um papel crucial no aprimoramento das habilidades e competências dos colaboradores. Para tanto, a gestão de pessoal do IGEPPS subdivide-se em: movimentação e registro, capacitação e treinamento e qualidade de vida.

7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional

No quarto trimestre, a área de Movimentação e Registro continuou a promover uma gestão eficaz dos dados dos colaboradores, mantendo a precisão e a atualização das informações pertinentes a cada servidor.

Tabela 73: Quadro Funcional por Tipo de Vínculo – 4º trimestre de 2024.

Situação Funcional	Quantitativo			
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Efetivo	92	91	89	272
Temporários	98	98	96	292
Cedidos	10	10	10	30
Comissionados	35	35	35	105
Disposição DPSM	3	3	3	9
Estagiários	47	49	46	142
Total	285	286	279	850

Fonte: CODP/IGEPPS.

Observou-se uma diminuição no número de servidores efetivos e temporários devido a aprovações em outros concursos públicos.

7.1.2 Desenvolvimento de Habilidades e Capacitação dos servidores

No quarto trimestre de 2024, houve uma redução gradual no número de servidores capacitados. Em outubro, 19 servidores participaram de capacitações, enquanto em novembro esse número caiu para 13 devido ao Memorando Circular nº 2/2024.SDP/IGEPSS. A suspensão das novas solicitações impactou diretamente, sendo realizadas apenas as capacitações já previamente aprovadas e empenhadas. Em dezembro, não houve atividades de capacitação.

No total do trimestre, 32 servidores foram capacitados, com destaque para os temporários (13 capacitados) e os efetivos (9 capacitados), que juntos representaram mais de 68% das participações. Cédidos e servidores em disposição tiveram menor representação, com apenas 2 capacitações somadas. Apesar da retração no final do ano, o desempenho geral foi positivo, mostrando esforços significativos para promover capacitações no instituto durante o ano.

7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida

Uma das atribuições da CODP, não somente da área de Desenvolvimento de Pessoas e Qualidade de Vida, é programar e executar ações relacionadas à saúde e qualidade de vida no trabalho, medicina preventiva, segurança no trabalho, educação ambiental, responsabilidade social e à democratização das relações de trabalho, o que, conseqüentemente, gera a maior integração entre os servidores.

No que tange o Projeto de Saúde e Bem-estar, o objetivo é atenção à saúde física e mental, no intuito de prevenção de doenças, assim como aprimorar as relações sociais e interpessoais dos servidores, tanto no ambiente familiar como no trabalho e, sendo assim, promovemos as seguintes ações:

- a) **Ginástica Laboral e Meditação:** ação visa aprimorar a saúde física e mental do funcionário, preparando-o melhor para o trabalho e prevenindo lesões e desconfortos relacionados ao ambiente laboral.

Figura 1: Ginástica Laboral.



Fonte: CODP/IGEPPS.

b) Feira do Produtor: ação mensal, que acontece desde 2015, a qual possibilita que pequenos produtores levem ao Instituto os produtos naturais que produzem, seja legumes, frutas, comidas regionais entre outros. Com intuito de incentivar e promover os pequenos negócios de empreendedoras autônomas, como artesanatos e produtos personalizados.

A feira não apenas fortalece a conexão entre os produtores e a comunidade, mas também oferece aos visitantes a chance de adquirir produtos frescos e de alta qualidade, cultivados com práticas respeitadas ao meio ambiente. Ao longo dos anos, a Feira do Produtor tem se consolidado como um ponto de encontro importante, fomentando a valorização dos produtos locais e estimulando a interação entre os envolvidos no setor agrícola e a comunidade.

Figura 2: Feira do Produtor.



Fonte: CODP/IGEPPS.

c) Feira do Empreendedor: com o crescimento da feira em nosso Instituto e com o objetivo de manter nosso compromisso de oferecer produtos naturais aos servidores, decidimos criar a Feira do Empreendedor. Esta feira proporciona aos pequenos empreendedores a oportunidade de expor e vender seus produtos na nossa feirinha. A Feira

do Empreendedor ocorrerá duas vezes por semestre, ampliando as opções disponíveis para nossos colaboradores e apoiando o empreendedorismo local.

Figura 3: Feira do Empreendedor.



Fonte: CODP/IGEPPS.

d) Outubro Rosa - O outubro Rosa é um evento de grande relevância dentro do IGEPPS, pois promove a conscientização sobre a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama, reforçando o cuidado com a saúde, especialmente das mulheres. A campanha fortalece o senso de comunidade e engajamento dos colaboradores, incentivando práticas preventivas e apoio mútuo.

A entrega do lacinho rosa, símbolo da campanha, juntamente com um informativo de sensibilização, é uma ação simbólica e educativa que ajuda a disseminar a mensagem de cuidado e atenção à saúde. Esse gesto simples, como ilustrado na foto, demonstra o comprometimento da organização em promover a saúde e bem-estar dos seus integrantes, além de reforçar valores como empatia, solidariedade e responsabilidade social.

Figura 4: Outubro Rosa.



Fonte: CODP/IGEPPS.

e) Diálogos de Saúde – Novembro Azul: O Novembro Azul é uma campanha essencial para conscientizar sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata, tema que muitas vezes enfrenta barreiras devido ao tabu associado à saúde masculina. Realizar este evento dentro do IGEPPS demonstra o compromisso com o bem-estar integral dos colaboradores, promovendo um ambiente de diálogo aberto e cuidados preventivos.

A palestra conduzida por um servidor da Coordenadoria de Saúde do Homem/SESPA foi um ponto alto da ação, trazendo informações relevantes e especializadas. A entrega do lacinho azul, símbolo da campanha, e de informativos de conscientização reforçou o envolvimento e a sensibilização dos participantes. Esses momentos são fundamentais para estimular a saúde preventiva e promover uma cultura de cuidado e responsabilidade com a saúde masculina no ambiente corporativo.

Figura 5: Novembro Azul.



Fonte: CODP/IGEPPS.

7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

7.2.1 Poder Executivo

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), além de realizar sua própria gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizada, efetua a gestão do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev), do Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev) e do Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará (SPSM).

O valor das despesas executadas em cada uma das Unidades Gestoras do Poder Executivo, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas realizadas, relativamente ao quarto trimestre de 2024, está descrito na tabela abaixo.

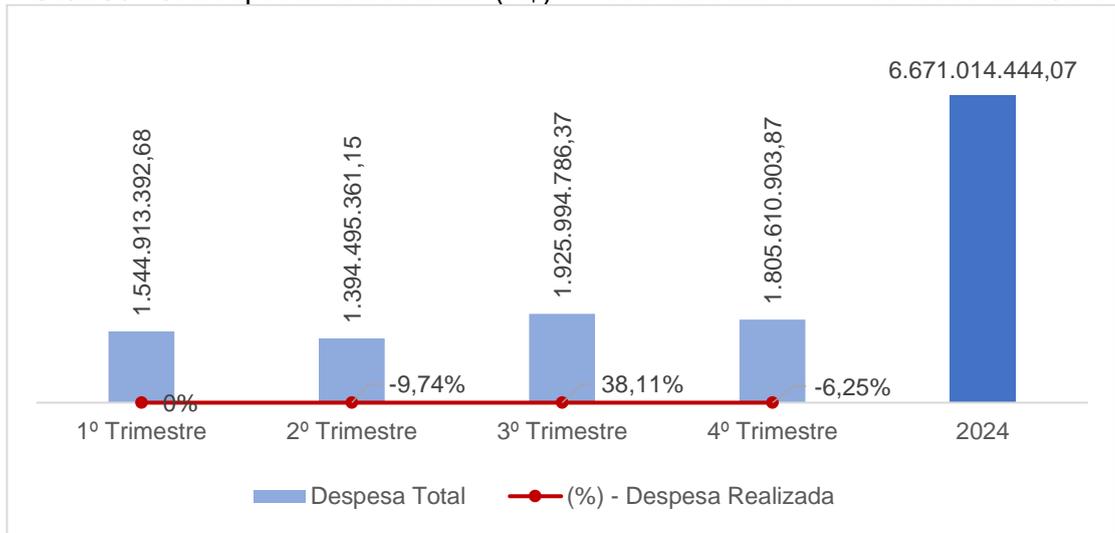
Tabela 74: Comparativo de Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 4º trimestre de 2024.

UG	Descrição	4º Trimestre				2024
		Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
840202	Finanprev	268.593.372,95	271.599.569,26	411.196.146,35	951.389.088,56	951.389.088,56
840240	SPSM	176.189.471,27	178.172.725,43	260.921.492,88	615.283.689,58	615.283.689,58
840203	Funprev	85.819,49	9.176.953,15	134.771.414,18	144.034.186,82	144.034.186,82
840201	IGEPPS	30.610.464,82	57.318.394,62	4.148.941,95	92.077.801,39	92.077.801,39
840250	Encargos IGEPPS	1.310.203,67	1.509.706,65	6.227,20	2.826.137,52	2.826.137,52
Total		476.789.332,20	476.789.332,20	517.777.349,11	811.044.222,56	1.805.610.903,87
Variações (%)		-37%	8,60%	56,64%	-6,25%	-

Fonte: SIAFE/COFIN/IGEPPS.

Ainda em 2024, houve variação percentual entre as competências do período e entre o montante realizado no 4º Trimestre. Assim, tivemos um decréscimo de 6,25% em relação ao 3º Trimestre do ano, com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais. Dessa forma, valor das despesas executadas no ano de 2024, totalizou em R\$1.805.612.928,22 (um bilhão e oitocentos e cinco milhões e seiscentos e doze mil e novecentos e vinte e oito reais e vinte e dois centavos).

Gráfico 13: Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário

O valor das despesas executadas em cada uma das supracitadas Unidades Gestoras dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao quarto trimestre de 2024, está descrito abaixo.

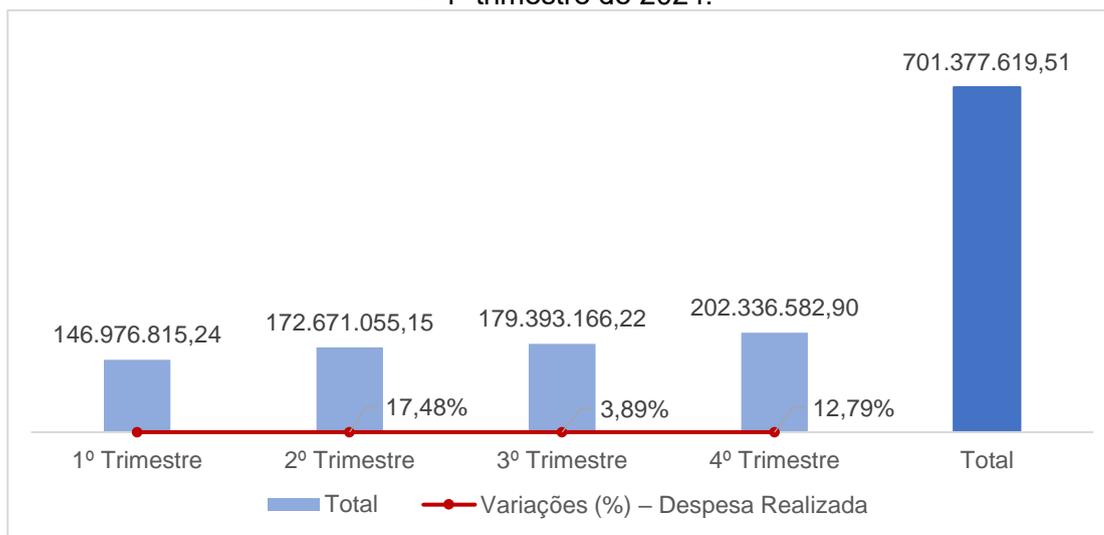
Tabela 75: Comparativo de Despesas Executadas (R\$) – Outros Poderes – 4º trimestre de 2024.

UG	Descrição	4º Trimestre				2024
		Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
840224	TJE Fundo Financeiro	34.755.369,33	33.249.993,49	28.981.963,79	96.987.326,61	96.987.326,61
840220	Defensoria Fundo Financeiro	5.147.688,72	5.139.473,12	7.639.257,04	17.926.418,88	71.205.240,70
840226	M.P Fundo Financeiro	7.239.040,50	7.276.696,92	15.356.896,24	29.872.633,66	29.872.633,66
840221	ALEPA Fundo Financeiro	6.306.523,85	6.334.875,10	9.771.828,16	22.413.227,11	22.413.227,11
840222	TCE Fundo Financeiro	5.287.512,37	5.330.328,70	11.388.493,77	22.006.334,84	22.006.334,84
840223	TCM Fundo Financeiro	2.639.546,56	2.632.494,56	4.928.586,86	10.200.627,98	10.200.627,98
840227	MPC Fundo Financeiro	597.976,54	597.976,54	923.443,23	2.119.396,31	2.119.396,31
840228	MPTCM Fundo Financeiro	188.789,86	377.579,72	188.789,86	755.159,44	755.159,44
840234	TJE Fundo Previdenciário	7.263,07	7.263,07	10.894,60	25.420,74	25.420,74
840232	TCE Fundo Previdenciário	4.876,84	4.876,84	7.591,18	17.344,86	17.344,86
840237	MPC Fundo Previdenciário	3.626,42	3.626,42	5.439,63	12.692,47	12.692,47
Total		62.178.214,06	60.955.184,48	79.203.184,36	202.336.582,90	701.377.619,51
Variações (%)		-14,51%	-1,97%	29,94%	12,79%	

Fonte: SIAFE/IGEPPS

No ano 2024, houve variação percentual entre as competências do período e entre o montante realizado no 4º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 12,79% em relação ao 3º Trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais. Assim, o valor das despesas executadas pelos outros poderes no ano de 2024, foi de R\$701.377.619,51 (setecentos e um milhões e trezentos e setenta e sete mil e seiscentos e dezenove reais e cinquenta e um centavos).

Gráfico 14: Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

7.2.3 Todos os Poderes

A tabela abaixo, apresenta o total das despesas executadas nas Unidades Gestoras relacionadas ao Poder Executivo em comparação com as Unidades Gestoras relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário (outros), discriminadas relativamente ao segundo trimestre de 2024; bem como o percentual de variação do período discriminado.

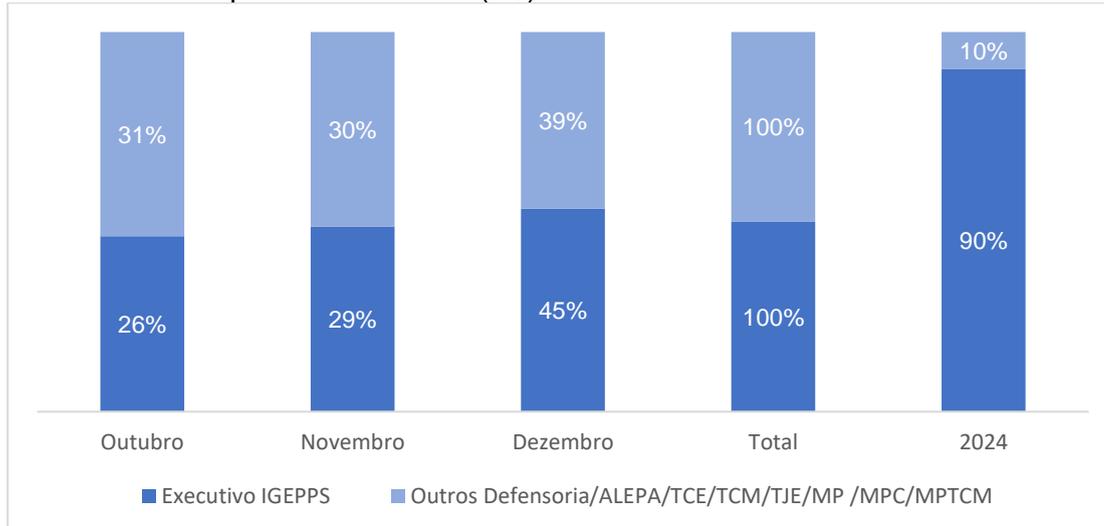
Tabela 76: Comparativo Geral de Despesas – Poder Executivo x Poderes Legislativo e Judiciário (R\$) – 4º trimestre de 2024.

UG	Descrição	4º Trimestre				2024
		Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Executivo	IGEPPS	476.789.332,20	517.777.349,11	811.044.222,56	1.805.610.903,87	6.524.037.628,83
Outros	Defensoria/ALEPA/TCE/TCM/TJE/MP /MPC/MP/TCM	62.178.214,06	60.955.184,48	79.203.184,36	202.336.582,90	701.377.619,51
Total		538.967.546,26	578.732.533,59	890.247.406,92	2.007.947.486,77	7.225.415.248,34
Variações (%)		-35,15%	7,38%	53,83%	-4,63%	

Fonte: SIAFE - relativos à Despesa Realizada/IGEPPS.

No ano de 2024, houve variação percentual entre as competências do período e entre o montante realizado no 3º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 34,34% em relação ao 2º Trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais. Ao final de 2024, as despesas executadas totalizaram R\$7.225.415.248,34. Deste total, 90% referem-se às despesas de outros poderes como Defensoria, ALEPA, TCE, TCM, TJE, MP, MPC, MPTCM.

Gráfico 15: Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

7.2.4 Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes legislativo e Judiciário

Os valores executados abaixo descritos abrangem as Fontes das Despesas, das UG's **840202** (Finanprev - Poder Executivo), **840240** (SPSM), **840250** (Encargos IGEPPS) e daquelas relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao quarto trimestre de 2024.

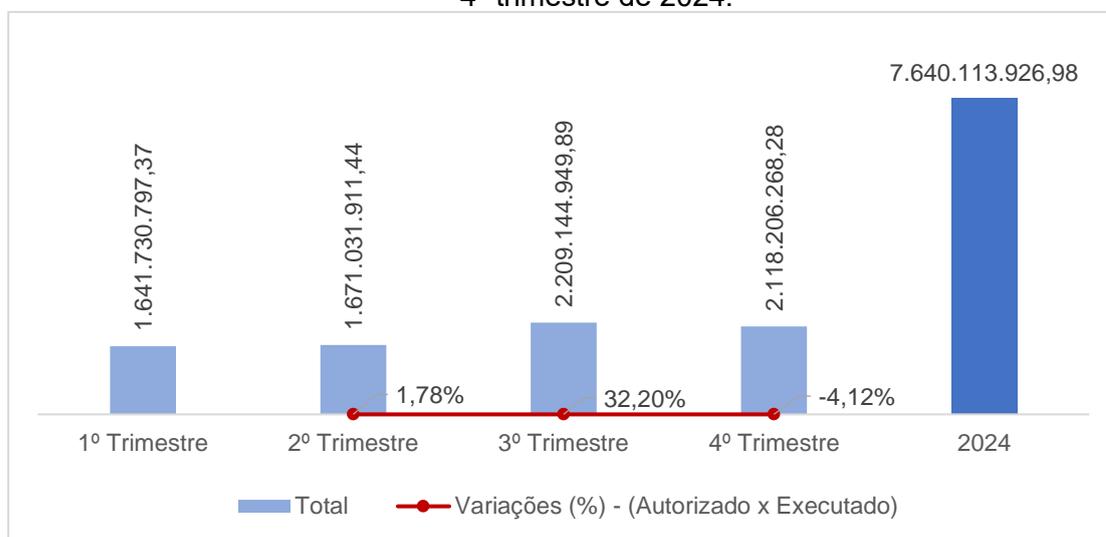
Tabela 77: Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes Legislativo e Judiciário Executado (R\$) – 4º trimestre de 2024.

Fonte	Descrição	4º Trimestre				2024
		Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
1500	Recursos Ordinarios	104.968.345,39	90.821.244,98	107.899.966,41	303.689.556,78	2.186.743.210,20
1801	Rec.Prop.Fundo Financ.Prev.Est.Para-Patronal	242.124.932,42	243.888.569,55	477.890.892,65	963.904.394,62	1.378.437.860,33
1800	Rec Vinc RPPS-Fundo Capital. (plano previdenciário)	101.585,82	9.192.719,48	116.254,89	9.410.560,19	93.236.790,56
1803	Rec.so SPSM	72.245.034,63	70.069.694,42	149.132.368,77	291.447.097,82	905.634.679,51
2500	Recursos Ordinários	3.213.389,88	3.670.018,13	9.502.197,37	16.385.605,38	630.573.187,07
2800	Recur.Prop.Fundo Finan.Prev.Est.Para-Servidor	-	-	134.679.084,70	134.679.084,70	322.074.133,70
2801	Rec.Prop.Fundo Financ.Prev.Est.Para-Patronal	147.882.007,36	146.730.834,39	86.080.884,54	380.693.726,29	483.664.616,37
2803	Rec.do Sist.Prot.Soc.Mil. - SPSM	-	17.996.242,50	-	17.996.242,50	44.937.454,50
Total		570.535.295,50	582.369.323,45	965.301.649,33	2.118.206.268,28	6.045.301.932,24
Variações (%)		-34,81%	2,07%	65,75%	-4,12%	

Fonte: SIAFE/IGEPPS.

No ano de 2024, houve variação percentual entre as competências do período e entre o montante realizado no 4º Trimestre. Assim, tivemos um decréscimo de 4,12% em relação ao 3º Trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais. Portanto, os valores executados nas Fontes das Despesas, das UG's **840202** (Finanprev - Poder Executivo), **840240** (SPSM), **840250** (Encargos IGEPPS) e daquelas relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário no ano de 2024, totalizaram em R\$6.045.301.932,24 (seis bilhões e quarenta e cinco milhões e trezentos e um mil e novecentos e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos).

Gráfico 16: Despesas do Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes Legislativo e Judiciário (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

7.2.5 IGEPPS

As tabelas abaixo, apresentam os demonstrativos de despesas internas do IGEPPS/PA (UG 840201), discriminadas por Elemento da Despesa. Assim, passamos a demonstrar as Despesas com Pessoal, Outras Despesas Correntes (ODC) e Investimentos; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos ao 4º trimestre de 2024, como segue nas tabelas a seguir.

Tabela 78: Demonstrativos de Valores Executados por Despesa com Pessoal (R\$) - 4º trimestre de 2024.

Despesa Pessoal		4º Trimestre				2024
		Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
319011	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.581.465,58	1.056.024,94	1.556.016,95	4.193.507,47	13.875.056,67
319004	Contratação por tempo determinado	1.298.253,86	827.913,78	1.222.862,37	3.349.030,01	11.653.122,64
319013	Obrigações patronais	205.635,08	199.681,25	579.139,97	984.456,30	2.702.966,32
319113	Obrigações patronais - Op. Intra-Orcamentárias	192.483,96	1.083,63	344.920,98	538.488,57	1.669.562,83
319012	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pes. Militar	19.153,64	13.220,62	20.508,22	52.882,48	164.724,55
319007	Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	0,00	7.921,26	21.526,62	29.447,88	58.821,20
319016	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	3.723,20	3.723,20	3.721,07	11.167,47	24.424,61
319094	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	10.395,60	10.395,60	10.395,60
319092	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	4.030,61
Total		3.300.715,32	2.109.568,68	3.759.091,78	9.169.375,78	30.163.105,03
Variações (%)		39,14%	-36,09%	78,19%	30,54%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS

Tabela 79: Demonstrativos de Valores Executados por Despesas com Investimentos (R\$) - 4º trimestre de 2024.

Investimento		4º Trimestre				2024
		Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
449039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	5.196.296,49	6.588.995,91	0,00	11.785.292,40	30.812.398,30
449040	Serv.de Tecno.da Infor. e Comun. Pess Jurídica				0,00	0,00
449052	Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	125.955,47
449092	Despesas de Exercícios Anteriores				0,00	0,00
Total		5.196.296,49	6.588.995,91	0,00	11.785.292,40	30.938.353,77
Variações (%)		1971,49%	26,80%	-100,00%	116,03%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Tabela 80: Demonstrativos de Valores Executados por Outras Despesas Correntes (R\$) - 4º trimestre de 2024.

Outras Despesas Correntes		4º Trimestre				2024
		Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	
339040	Serv.de Tec.da Infor.e Comun.-Pess Jurídica	12.783.106,37	24.133.683,93	0,00	36.916.790,30	114.363.506,40
339037	Locação de Mão-de-obra	3.134.169,85	9.289.674,88	0,00	12.423.844,73	37.317.676,08
339039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.596.201,04	6.551.672,15	0,00	10.147.873,19	38.026.732,17
339035	Serviços de Consultoria	1.836.907,51	6.231.778,60	0,00	8.068.686,11	20.803.257,21
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	107.958,82	1.726.666,53	-42,00	1.834.583,35	5.220.505,14
339046	Auxílio-alimentação	354.056,31	352.448,53	345.785,86	1.052.290,70	3.993.193,29
339014	Diárias - civil	59.165,86	62.965,71	-3.201,22	118.930,35	1.295.331,79
339139	Outros serv. Terc. Pj-Op.Intra Orçamentária	60.776,10	57.915,55	0,00	118.691,65	590.831,85
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	42.011,49	41.750,23	27.000,93	110.762,65	442.974,84
339030	Material de consumo	39.003,31	73.446,24	-2.732,50	109.717,05	445.730,16
339015	Diárias - militar	43.032,60	57.103,62	-1.318,42	98.817,80	359.555,43
339147	Obrigações Tributárias e Contributivas	14.942,73	14.942,73	14.942,93	44.828,39	158.033,91
339140	Serv.de Tecno.da Infor.e Comun.-Pess Jurídica	35.014,77	8.100,00	0,00	43.114,77	924.645,49
339049	Auxílio-transporte	6.846,16	7.357,09	7.940,55	22.143,80	95.780,15
339047	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	8.850,20	0,00	8.850,20	17.131,80
339008	Outros Benef.Assist.do Servidor ou do Militar	62,04	1.474,04	1.474,04	3.010,12	10.628,48
339093	Indenizações e Restituições	198,05	0,00	0,00	198,05	3.596,15
339031	Premiação Cultura Artist. Cientif. Esporte outras	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
339092	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	605.369,91
339192	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	881.001,82
Total		22.113.453,01	48.619.830,03	389.850,17	71.123.133,21	225.577.482,07
Variações (%)		-15,16%	119,87%	-99,20%	12,61%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.6 Encargos IGEPPS - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S)

Os valores realizados descritos abrangem a UG 840250 (Encargo IGEPPS); bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados do 4º trimestre de 2024, estão abaixo discriminados.

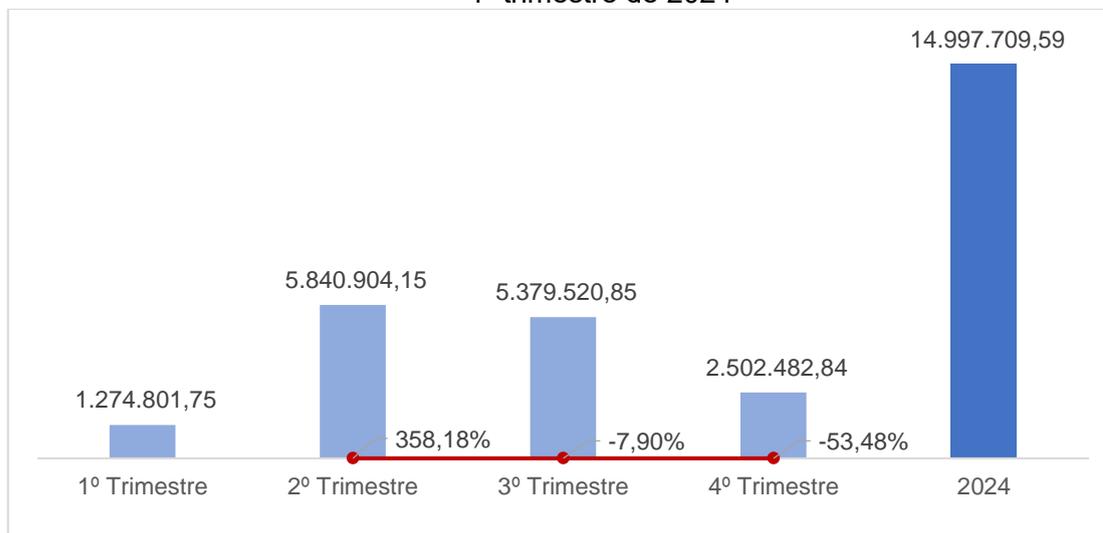
Tabela 81: Demonstrativo Despesas Realizadas (R\$) - Encargos IGEPPS - 4º trimestre de 2024.

RPV'S - UG - 8040250						
Sub-Elemento da Despesa		9010 -Projeto Atividade - Encargos com Débitos Precatórios				
Código	Nome	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	2024
31909291	Sent. Judiciais (DEA)	-	-	-	-	3.955.849,81
31909109	Sent. Jud.Peq Valor-InaT/Pens. Civis	625.567,39	466.334,30	-	1.091.901,69	5.886.274,46
31909110	Sent. Jud.Peq Valor-Inat/Pens.Militar	678.409,08	732.172,07	-	1.410.581,15	5.155.585,32
Total		1.303.976,47	1.198.506,37	-	2.502.482,84	5.155.585,32
Variações (%)		-2,19%	-8,09%	-100%	-53,48%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Em 2024, houve variação percentual entre o montante realizado no 4º Trimestre em comparação ao 3º trimestre de um decréscimo na ordem de -53,48% em relação ao 3º Trimestre do ano para as Despesas Realizadas com Requisições de Pequeno Valor (RPV's), de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 17: Comparativo das Despesas Realizadas - Encargos IGEPPS – 4º trimestre de 2024



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.7 Encargos IGEPPS - Auxílio Funeral

Os valores realizados descritos abrangem a UG 840250 (Encargo IGEPPS); bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados do 4º Trimestres de 2024, estão discriminados na Tabela 78.

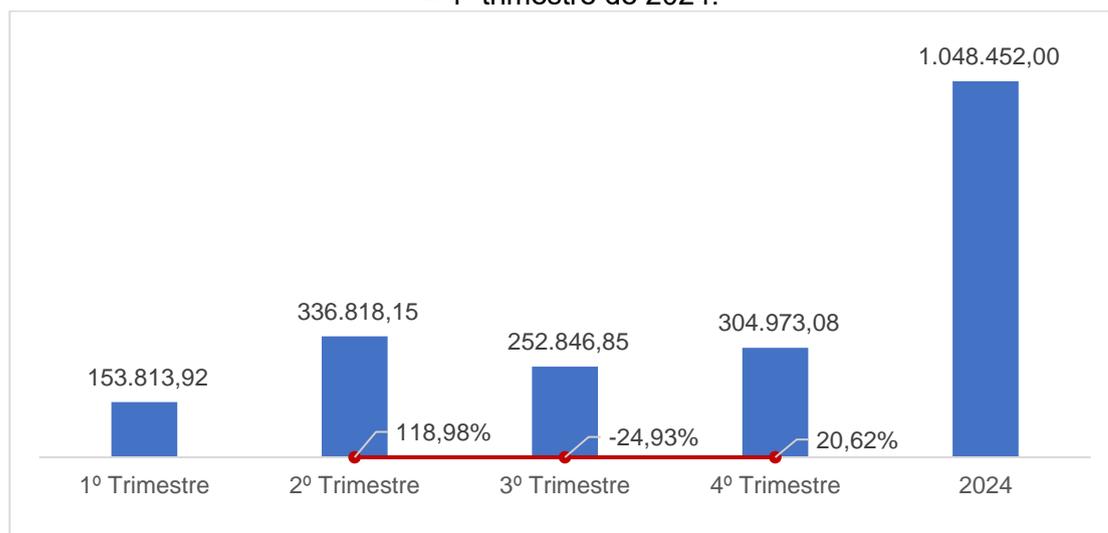
Tabela 82: Demonstrativo de Despesas Executadas com Auxílio Funeral – 4º trimestre de 2024

Auxílios Funerais - UG - 8040250						
Sub-Elemento da Despesa		8338 - Projeto Atividade - Operações das Ações Administrativas				
Código	Nome	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	2024
33900854	Auxílio Funeral	-	304.973,08	-	304.973,08	932.767,73
33909208	Outros Benef. Assistenciais	-	-	-	-	115.684,27
Total		-	304.973,08	-	304.973,08	304.973,08
Variações (%)		-100,00%	100,00%	-100,00%	20,62%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

As despesas do auxílio funeral são executadas na UG 840250 (Encargos IGEPPS) vinculada à Fonte 180 - Funprev - Taxa Administração. Também, houve acréscimo no percentual de 118,98% em relação ao primeiro trimestre, com dados fechados no período; de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 18: Comparativo das Despesas Executadas com Auxílio Funeral (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Em 2024, houve variação percentual entre o montante realizado no 4º Trimestre em comparação ao 3º trimestre de um acréscimo na ordem de 20,62% em relação ao 3º Trimestre do ano para as Despesas Realizadas com Auxílio Funeral e de acordo com as demandas setoriais.

7.2.8 Encargos IGEPPS – Salário Família

Os valores realizados descritos abrangem a **UG 840250** (Encargo IGEPPS), bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos aos meses do 4º trimestre de 2024, estão discriminados na tabela.

Tabela 83: Demonstrativo de Despesas Executadas com Salário Família – 4º trimestre de 2024.

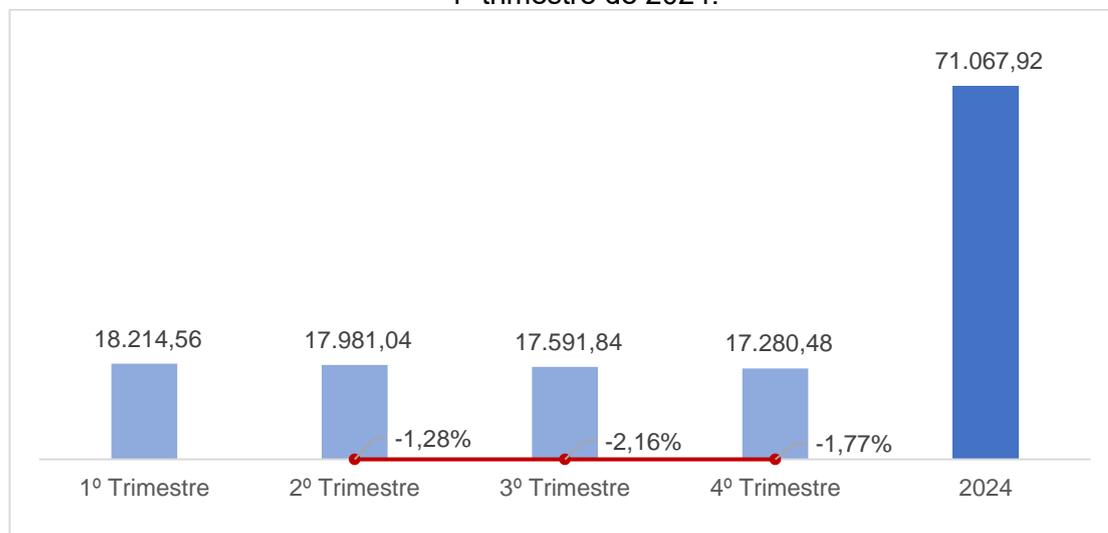
UG - 8040250								
Projeto Atividade		Sub-Elemento da Despesa - Salário Família						
Código	Nome	Código	Nome	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	2024
9026	Diversas Áreas	33900807	Segurados Inativos Pensionistas	5.682,32	5.682,32	5.682,32	17.046,96	70.133,84
9027	Área Educação			77,84	77,84	77,84	233,52	934,08
9040	Área Saúde			467,04	467,04	467,04	1.401,12	5.604,48
Total				6.227,20	6.227,20	6.227,20	18.681,60	78.696,40
Variações (%)				0,00%	0,00%	0,00%	-1,64%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

As oscilações relativas aos valores realizados a título de salário família acompanham, principalmente, as variações de manutenções nas Folhas de Pagamentos deste RPPS/PA.

Em 2024, houve variação percentual entre o montante realizado no 4º Trimestre em comparação ao 3º Trimestre de um decréscimo na ordem de 1,64% em relação ao 3º trimestre do ano para as Despesas Realizadas com Salário Família e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 19: Comparativo das Despesas Executadas com Salário Família (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.2 Folhas de Pagamentos

7.2.2.1 Inativos - Pensão por morte e pensão especial - SPSM

No que tange à execução de valores referentes às Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos aos meses do 4º Trimestre de 2024, está abaixo descrito na tabela abaixo.

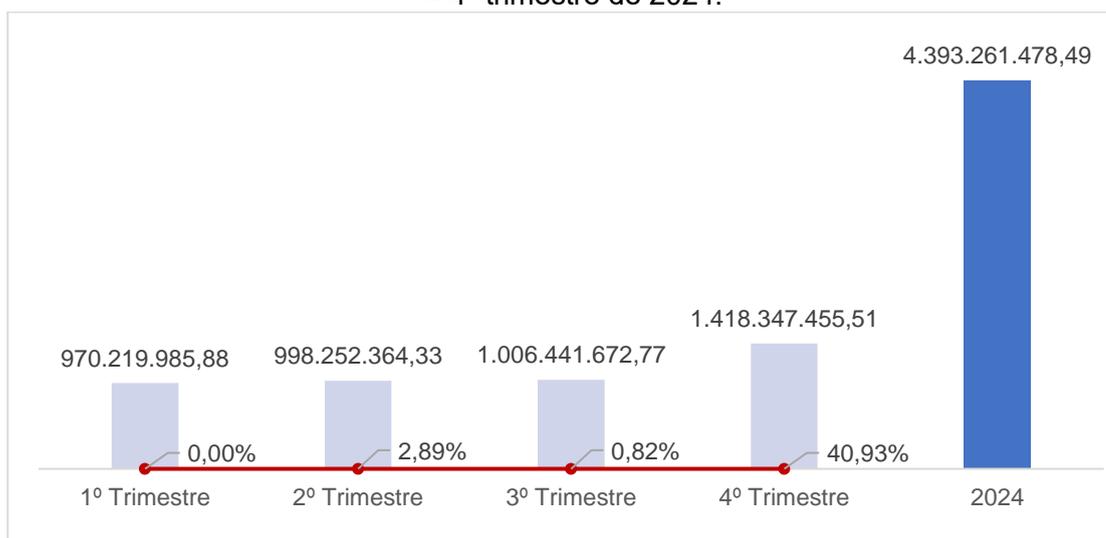
Tabela 84: Demonstrativo de Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$)
– 4º trimestre de 2024.

UG	Descrição	4º Trimestre			TOTAL	2024
		Outubro	Novembro	Dezembro		
840240	Inativo Militar	83.610.262,10	83.493.116,09	188.331.380,19	355.434.758,38	1.086.797.022,03
840220	Inativo Defensoria	2.837.317,88	2.829.061,60	5.953.251,45	11.619.630,93	36.265.992,71
840202	Inativo Civil - Educação	126.230.035,53	126.813.955,20	281.320.733,20	534.364.723,93	1.643.892.611,39
840202	Inativo Civil - Outros	4.859.082,43	4.885.911,67	10.233.798,84	19.978.792,94	61.305.670,04
840202	Inativo. Civil - Saúde	58.597.132,98	59.061.882,79	123.582.821,63	241.241.837,40	749.539.262,43
840234	Pensão TJ-Pa -Funprev	7.105,92	7.105,92	14.211,84	28.423,68	92.343,84
840220	Pensão - Defensoria	510.104,71	509.551,58	1.103.612,33	2.123.268,62	6.534.540,57
840203	Pensão. Civil. - Funprev	80.897,90	64.407,41	129.700,04	275.005,35	851.718,50
840221	Pensão - ALEPA	982.719,22	981.157,69	2.099.778,66	4.063.655,57	13.282.769,15
840224	Pensão TJ-Pa - Finanprev	3.171.623,96	3.256.050,85	6.439.677,29	12.867.352,10	41.565.795,42
840202	Pensão Civil - Finanprev	36.321.334,53	36.615.917,65	76.327.544,69	149.264.796,87	480.972.700,91
840240	Pensão Militar	18.496.288,73	18.699.484,13	39.918.882,82	77.114.655,68	242.516.559,33
840240	Pensão Especial Militar	2.719.861,58	2.884.524,01	4.366.168,47	9.970.554,06	29.644.492,17
Total		338.423.767,47	340.102.126,59	739.821.561,45	1.418.347.455,51	4.393.261.478,49
Variações (%)		0,50%	0,50%	117,53%	40,93%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No ano de 2024, houve variação percentual entre as competências do período e entre o montante realizado no 4º Trimestre, tivemos um acréscimo de 40,93% em relação ao 3º Trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais. Dados relativos à dezembro estão considerando valores relativos às 1ª e 2ª Parcelas de 13º Salário.

Gráfico 20: Comparativo das Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.2.2 Consignações - Inativos civis e pensionistas civis, SPSM e outros poderes

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 4º Trimestre de 2024, está abaixo descrito.

Tabela 85: Comparativo Despesas Realizadas - Consignações Nas Folhas De Pagamentos/IGEPPS (R\$) – 4º trimestre de 2024.

(continua)

Consignatária	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
SINTEP	131.502,79	131.344,74	131.344,74	394.192,27	1.570.311,73
ASFEP	161.873,35	162.241,50	162.241,50	486.356,35	1.779.510,52
ADPEP	17.753,45	17.768,08	17.768,08	53.289,61	216.610,96
SINDSAUDE	8.049,98	7.980,13	7.980,13	24.010,24	97.389,83
SINDPOL	243.055,86	244.469,24	243.730,63	731.255,73	2.650.486,84
SEPub	13.313,80	13.313,80	13.313,80	39.941,40	123.271,06
SINDTRAN	668,21	668,21	668,21	2.004,63	8.018,51
FASUEPA	28.365,90	28.413,76	28.413,76	85.193,42	341.497,24
SINDELP/PA	25.366,32	25.366,32	25.366,32	76.098,96	302.331,09
ADEPOL	282.031,02	282.031,02	282.031,02	846.093,06	3.284.249,82
FASPM	65,66	65,66	40,21	171,53	306,42
APEPA	1.803,20	1.803,20	1.803,20	5.409,60	21.638,40

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Tabela 85: Comparativo Despesas Realizadas - Consignações Nas Folhas De Pagamentos/IGEPSS (R\$) – 4º trimestre de 2024.

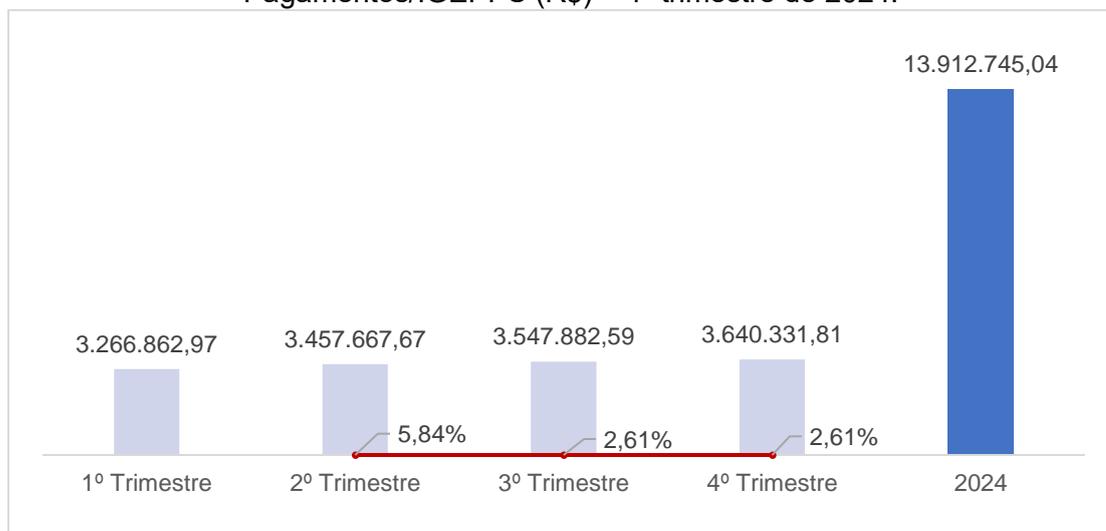
(conclusão)

Consignatária	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
SISPEMB	0,00	0,00	0,00	0,00	436,54
SICOOB	58,80	0,00	0,00	58,80	441,00
SINDIFISCO	108.590,46	109.752,11	109.752,11	328.094,68	1.220.685,45
ASPA	3.337,03	4.563,69	4.563,69	12.464,41	30.863,44
UNIBRAS	5.919,75	6.028,53	6.028,52	17.976,80	64.964,91
CAPEMI	31.930,49	31.898,70	31.898,70	95.727,89	396.373,58
ASPBRAS	1.273,51	1.273,51	1.273,51	3.820,53	15.684,41
UPASP	93.261,43	92.264,76	92.459,79	277.985,98	1.142.573,88
PROASP	3.706,36	3.706,36	3.706,36	11.119,08	45.932,60
BANCLUB	16.392,50	16.318,94	16.318,94	49.030,38	201.460,71
ASCM/PA	56,84	56,84	56,84	170,52	682,08
ALIANÇA/FAP	4.851,20	4.773,87	4.773,87	14.398,94	59.262,27
INDESPCMEPA	7.399,00	7.438,20	7.438,20	22.275,40	87.475,45
ADECIMPA	147,00	147,00	147,00	441,00	1.764,00
ASMEOP	95,08	95,08	95,08	285,24	1.140,96
SINDSFEP	1.355,53	1.355,53	1.355,53	4.066,59	16.390,29
FEMPA	14.974,34	15.073,39	15.073,39	45.121,12	178.800,50
Assoc. Serv. Pub. Adm Dir.	2.131,54	2.131,54	2.131,54	6.394,62	25.578,48
ASEMIPPA	777,14	777,14	777,14	2.331,42	9.730,42
ASSUBSAR	577,83	577,83	577,82	1.733,48	6.356,12
ACSPMBMPA	95,08	95,08	95,08	285,24	665,56
APPOMIBOMNP	92,71	92,71	92,71	278,13	1.112,51
FUNSAU	38,93	38,93	38,93	116,79	254,97
ASDAP	712,65	712,66	712,66	2.137,97	8.492,49
Total	1.211.624,74	1.214.638,06	1.214.069,01	3.640.331,81	13.912.745,04
Variações (%)	1,36%	0,25%	-0,05%	2,61%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No ano de 2024, houve variação percentual entre as competências do período e entre o montante realizado no 4º Trimestre, tivemos um acréscimo de 1,48% em relação ao 3º Trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 21: Comparativo das Despesas - Consignações Nas Folhas De Pagamentos/IGEPPS (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.2.3 Consignações – Convênios BANPARÁ/IASEP

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas vinculadas ao BANPARA e ao Plano de Saúde IASEP - Governo do Estado do Pará em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 4º Trimestre de 2024, está abaixo descrito.

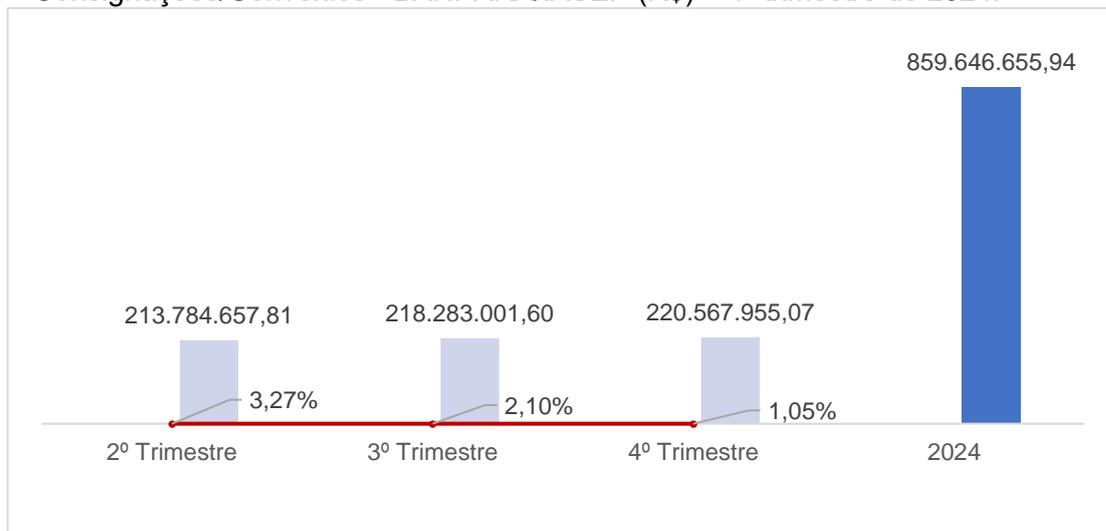
Tabela 86: Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – 4º trimestre de 2024.

Consignatárias	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
BANPARA	50.469.646,34	50.708.162,52	50.550.410,44	151.728.219,30	303.456.438,60
IASEP/PAS	22.886.583,52	22.977.988,80	22.975.163,45	68.839.735,77	137.679.471,54
Total	73.356.229,86	73.686.151,32	73.525.573,89	220.567.955,07	441.135.910,14
Variações (%)	0,27%	0,45%	-0,22%	1,05%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No ano de 2024, houve variação percentual entre as competências do período e entre o montante realizado no 4º Trimestre, tivemos um acréscimo de 1,05% em relação ao 3º Trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 22: Comparativo das Despesas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.2.4 Retenções - Contribuições Previdenciária/IRRF/Pensões Alimentícias

No que tange à execução de valores referentes às Retenções Obrigatórias em Folhas de Pagamentos no IGEPPS, bem como, o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 4º Trimestre de 2024, está abaixo descrito.

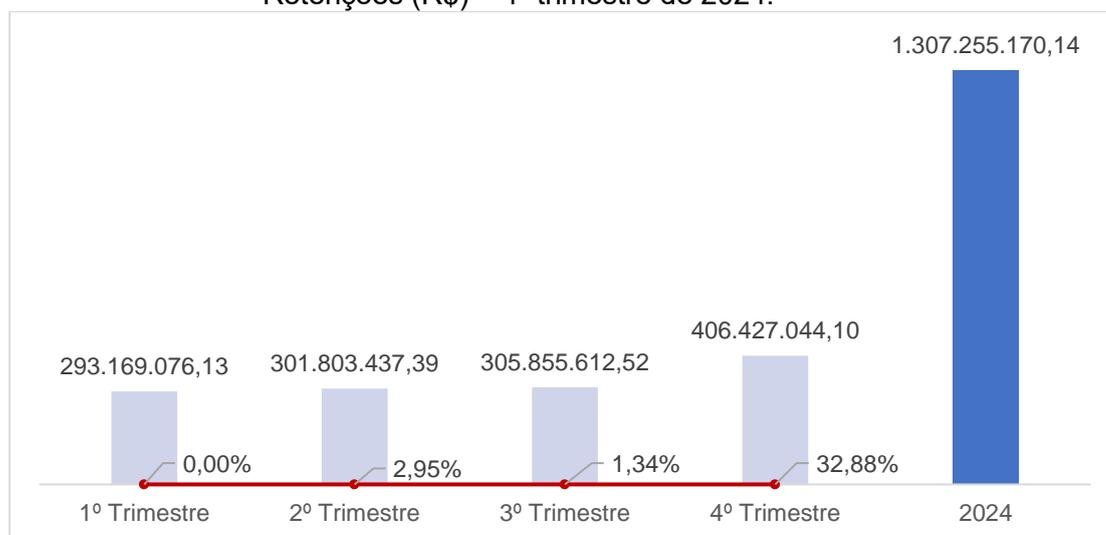
Tabela 87: Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Retenções (R\$)
– 4º trimestre de 2024.

UG	Descrição	4º Trimestre			2024		
		Contribuições Previdenciárias	IRRF	Pensão Alimentícia	Contribuições Previdenciárias	IRRF	Pensão Alimentícia
840240	Inativo-Militar	53.830.856,34	75.882.958,56	14.761.017,15	173.093.235,79	244.166.878,67	47.614.890,04
840220	Inativo-Defensoria	1.882.860,58	2.499.035,08	123.463,87	6.089.146,66	8.359.509,61	385.315,19
840202	Inativo Civil - Educação	37.354.099,14	100.355.910,11	869.018,81	119.746.241,71	324.467.354,05	2.703.463,44
840202	Inativo Civil - Saúde	210.210,29	1.186.679,34	24.777,34	636.347,13	3.853.558,58	84.171,88
840202	Inativo Civil - Outros	20.994.423,70	35.661.442,81	2.465.771,02	66.966.861,96	112.911.176,66	8.037.855,08
840234	Pensão TJ-Pa - Funprev	-	628,60	-	-	2.076,07	-
840220	Pensão-Defensoria	313.639,20	547.242,74	-	995.864,84	1.725.295,63	-
840203	Pensão Civil - Funprev	-	4.207,12	-	-	16.611,15	-
840221	Pensão - ALEPA	295.232,02	689.154,41	-	979.136,37	2.281.637,59	-
840224	Pensão. TJ-Pa -Finanprev	1.155.612,94	2.285.925,75	33.737,92	3.864.844,60	7.556.121,03	113.646,52
840202	Pensão Civil - Finanprev	8.838.522,12	19.404.842,65	155.136,19	29.303.669,08	64.179.963,06	497.382,45
840240	Pensão - Militar	10.817.832,36	12.519.280,53	22.624,13	35.011.806,32	39.515.050,91	52.654,12
840240	Pensão Especial - Militar	-	1.240.901,28	-	3.409,84	2.039.994,11	-
Total		135.693.288,69	252.278.208,98	18.455.546,43	436.690.564,30	811.075.227,12	59.489.378,72

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

As Pensões Alimentícias têm os Valores Retidos por Decisões Administrativas/Judiciais, mensalmente. No ano de 2024, houve variação percentual entre as competências do período e entre o montante realizado no 3º Trimestre, tivemos um acréscimo de 32,88% em relação ao 2º Trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais. Dados relativos a dezembro de 2024 estão considerando despesas realizadas para a Retenções de Pensão Alimentícias vinculadas às 1ª e 2ª Parcelas de 13º Salário.

Gráfico 23: Comparativo das Despesas – Folhas de Pagamentos - Retenções (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.7 SUPRIMENTOS DE FUNDOS

No que tange à execução de valores referentes à Suprimentos de Fundos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 4º Trimestre de 2024, está abaixo descrito.

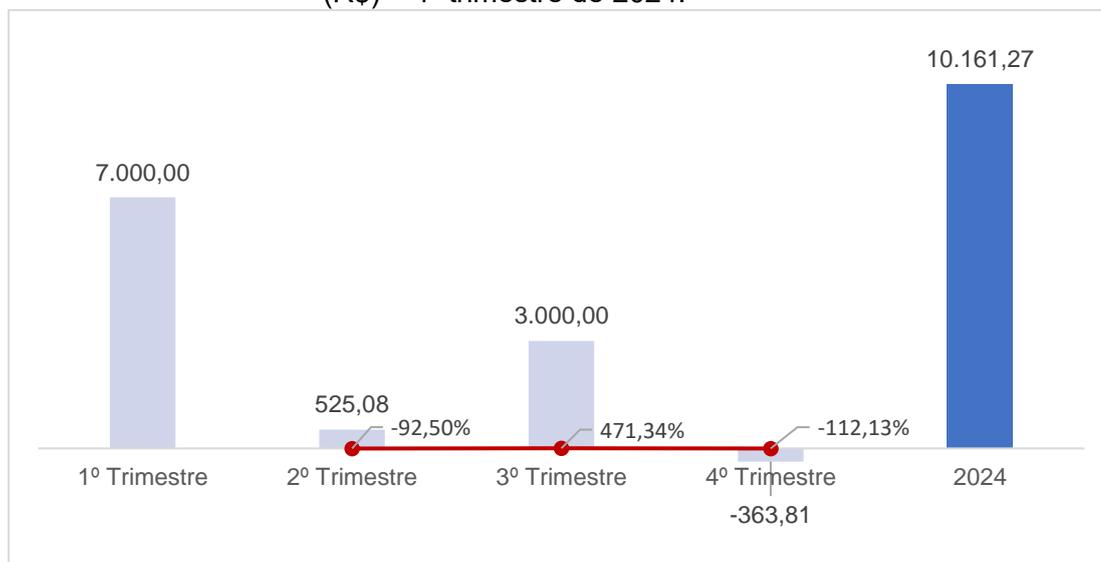
Tabela 88: Comparativo Despesas Realizadas – Suprimentos de Fundos (R\$) – 4º trimestre de 2024.

UG - 840240						
Projeto Atividade		2024				2024
Código	Nome	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	
9028	Encargos - SPSM	-1.598,73	3.967,42	-2.732,50	-363,81	10.161,27
Total				0,00		
Variações (%)		-153,29%	-348,16%	-168,87%	84,00%	84,00%

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No ano de 2024, houve variação percentual entre as competências do período e entre o montante executado no 4º Trimestre. Assim, tivemos um decréscimo de 112,13% em relação ao 3º Trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 24: Comparativo das Despesas – Suprimentos de Fundos (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.2.8 AUXÍLIO MORTE/AUXÍLIO ACIDENTE

No que tange à execução de valores referentes ao Auxílio Morte/Auxílio Acidente no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 4º Trimestre de 2024, está abaixo descrito.

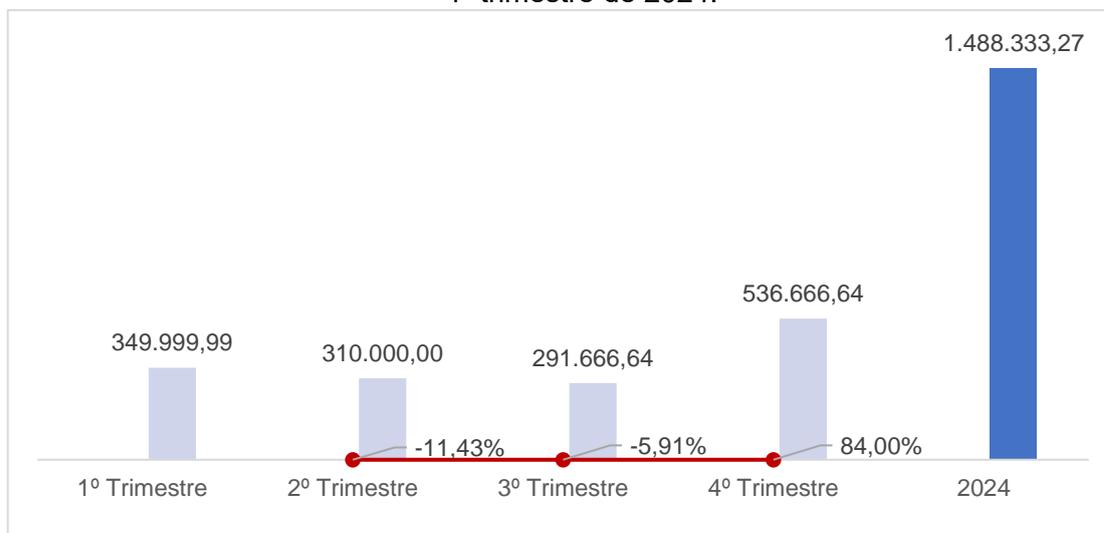
Tabela 89: Comparativo Despesas Realizadas – Auxílio Morte/Auxílio Acidente (R\$) – 4º trimestre de 2024.

Auxílio Morte/Acidente-UG - 840240						
Sub-Elemento da Despesa		9028 - Projeto Atividade - Encargos - SPSM				2024
Código	Nome	4º Trimestre			Total	
		Outubro	Novembro	Dezembro		
33909208	DEA/Outros. Benefícios Assist./Previdenciários	-	-	-	-	30.000,00
33909399	Outras Indenizações e Restituições	-	536.666,64	-	536.666,64	1.458.333,27
Total		-	536.666,64	0,00	536.666,64	1.488.333,27
Variações (%)		100,00%	100,00%	-100,00%	84,00%	

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No ano de 2024, houve variação percentual entre as competências do período e entre o montante executado no 4º Trimestre. Assim, tivemos um decréscimo de 112,13% em relação ao 3º Trimestre do ano; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 25: Comparativo das Despesas – Auxílio Morte/Auxílio Acidente (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

7.3 Gerenciamento do Custeio e Contratos

O IGEPPS, por meio da Coordenadoria de Administração e Serviços – COAS, promoveu ações que buscaram otimizar a forma de administrar, controlar, fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos que são vinculados ao instituto. Nesse sentido, considerando a Lei nº 14.133/2021 foram realizadas novas contratações, análises e revisões de todos os instrumentos em execução, com objetivo de proporcionar maior celeridade e transparência dos contratos, convênios, apostilamentos e aditivos em geral.

A tabela abaixo demonstra o desempenho da COAS no 4º trimestre de 2024 em relação aos contratos realizados pelo IGEPPS.

Tabela 90: Quantitativo dos Contratos Mantidos pelo IGEPPS – 4º trimestre de 2024.

Descrição	4º Trimestre			2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	
Novos Contratos	2	1	1	1
Contratos Finalizados	2	1	3	3
Contratos Mantidos	108	107	108	108

Fonte: COAS/IGEPPS.

Na tabela abaixo tem-se os contratos realizados no 4º trimestre de 2024.

Tabela 91: Modalidades dos Contratos Realizados pelo IGEPPS – 4º trimestre de 2024.

Modalidade	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Consolidado	
Dispensa de Licitação	-	-	1	1	4
Inexigibilidade	-	-	2	2	24
Apostilamento	-	1	1	2	11
Termos Aditivos	2	8	5	15	67
Rescisão	2	5	5	12	39
Pregão Eletrônico	-	3	-	3	7
Cotação Eletrônica	-	1	-	1	2

Fonte: COAS/IGEPPS.

7.4 Controles Internos e conformidade

O Núcleo de Controle Interno – NCI divide-se em três áreas de atuação, dada a especificidade das matérias analisadas, cabendo à área previdenciária analisar as concessões de aposentadoria e pensão dos servidores civis - atividade finalística do IGEPPS, enquanto à área administrativa compete efetuar análise dos demais processos encaminhados, tais quais, contratos, liberação de créditos, taxa de administração, suprimento de fundos, RPV, quitação definitiva, judicial, honorários de processos administrativos, folha suplementar, folha de pagamento, diária, conformidade de fundos, capacitação de pessoal, auxílio morte e funeral e à área de proteção social analisar as concessões de reserva e reforma dos servidores militares.

No quarto trimestre de 2024 foi possível observar diferenças significativas entre os processos enviados ao NCI em cada categoria e de forma mensal.

Gráfico 26: Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados – 4º trimestre de 2024.



Fonte: NCI/IGEPPS.

O gráfico mostra os processos do NCI em três categorias, "total", "administrativo" e "previdenciário", de outubro a dezembro de 2024, com isso, no total anual foram enviados 11.953 processos, dos quais 70% (cerca de 8.411 processos) eram de natureza administrativa, 30% (cerca de 3.543 processos) eram de natureza previdenciária e 5% (cerca de 567 processos) eram relativos à Proteção Social. Na análise dos dados, assim, observou-se a predominância dos processos da categoria administrativa, enquanto dos servidores militares apresentam os menores volumes.

Na tabela abaixo, observa-se que no mês de outubro de 2024 foram registrados 997 processos, o que representou uma redução de 22% em comparação ao mês anterior. A categoria "administrativo" concentrou a maior parte das ocorrências, totalizando 575 registros.

Tabela 92: Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 4º trimestre de 2024.

Descrição	Outubro		Novembro		Dezembro		4º Trimestre	2024
	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)		Nº
Administrativo	575	-24%	933	62%	253	-73%	1.761	7.362
Previdenciário	321	-23%	228	-29%	222	-3%	771	6.345
Proteção Social	101	-4%	4	-96%	125	3025%	230	4.869
Total	997	-22%	1.165	17%	550	-53%	2.762	18.576

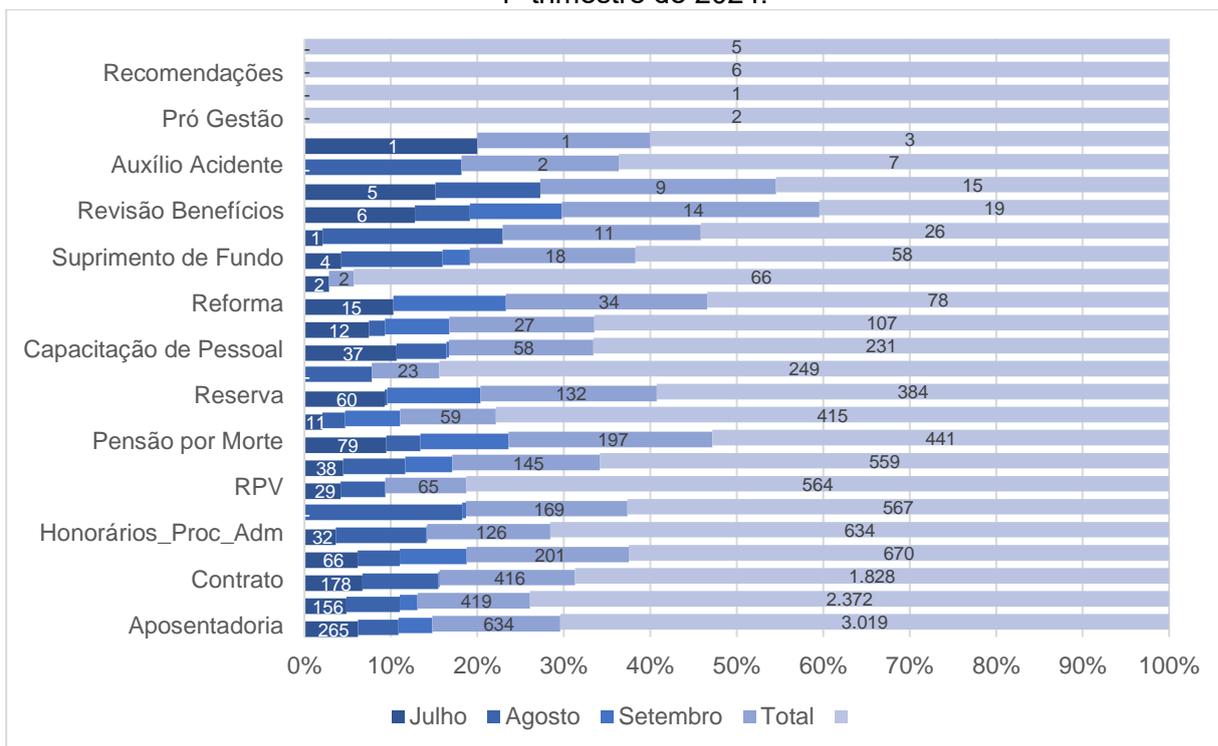
Fonte: NCI/IGEPPS.

Em novembro, houve o maior volume de processos do trimestre, com cerca de 1.165 registros. Nesse período, a categoria "administrativo" manteve a liderança, alcançando 933 registros, enquanto "Previdenciário" contabilizou 228 processos e "Proteção Social" apresentou apenas 4 registros, evidenciando uma redução acentuada nesta última categoria. Enquanto, em dezembro, o total de processos caiu significativamente para 550. Dessa maneira, no ano de 2024, foram registrados 18.576 processos. A categoria "administrativo" concentrou a maior parte das ocorrências, totalizando 7.362 registros.

Dentre as intercorrências desse período, aponta-se que com o Decreto nº 4.276/2024, de 24 de outubro de 2024, em que houve a decretação do período de fechamento do SIAFE. Em decorrência disso, o IGEPPS teve até o dia 08 de novembro de 2024 para realizar os empenhos referentes aos contratos dos meses de outubro, novembro e dezembro. Após esse prazo, o sistema permaneceu aberto até o final de novembro exclusivamente para o pagamento de despesas já empenhadas, com exceção dos pagamentos relacionados à folha de pessoal. Esse cenário, resultou em um aumento expressivo no volume de processos durante o mês de novembro, seguido por uma queda significativa em dezembro (Tabela 90). Ademais, no âmbito previdenciário e da proteção social, ressalta-se que, nos meses de novembro e dezembro de 2024, os processos analisados estavam vinculados à competência de janeiro de 2025.

Segundo o gráfico abaixo, observa-se que ao longo do 4º trimestre de 2024, os três principais processos enviados a este NCI foram os processos de concessão de aposentadoria, contratos e diárias. Esses três processos corresponderam a 54% do total de processos enviados ao NCI, apresentando um crescimento consistente ao longo dos três meses. Enquanto, houve aumentos significativos em março nos processos de RPV, auxílio funeral e capacitação de pessoal, devido ao aumento da demanda desses processos nesse mês.

Gráfico 27: Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados – 4º trimestre de 2024.



Fonte: NCI/IGEPPS.

Conforme o gráfico acima, nota-se que tanto no 4º trimestre como no total de 2024, os três principais procedimentos analisados por este NCI foram a concessão de aposentadoria, contratos e diárias, correspondendo a 58% do total de trâmites avaliados. Enquanto, categorias como liberação de crédito, judicial e folha de pagamento, mantiveram uma variação mais sutil ao longo dos meses. Os propôs processos de pensão por morte e auxílio-acidente só começaram a ser enviados para este NCI a partir da Ordem de Serviço Nº 001/2024 (PAE nº 2024/664654), atividades como relatórios e recomendações são limitadas a meses específicos, devido à elaboração de relatórios mensais de aposentadoria e trimestrais do Pró-Gestão por este NCI.

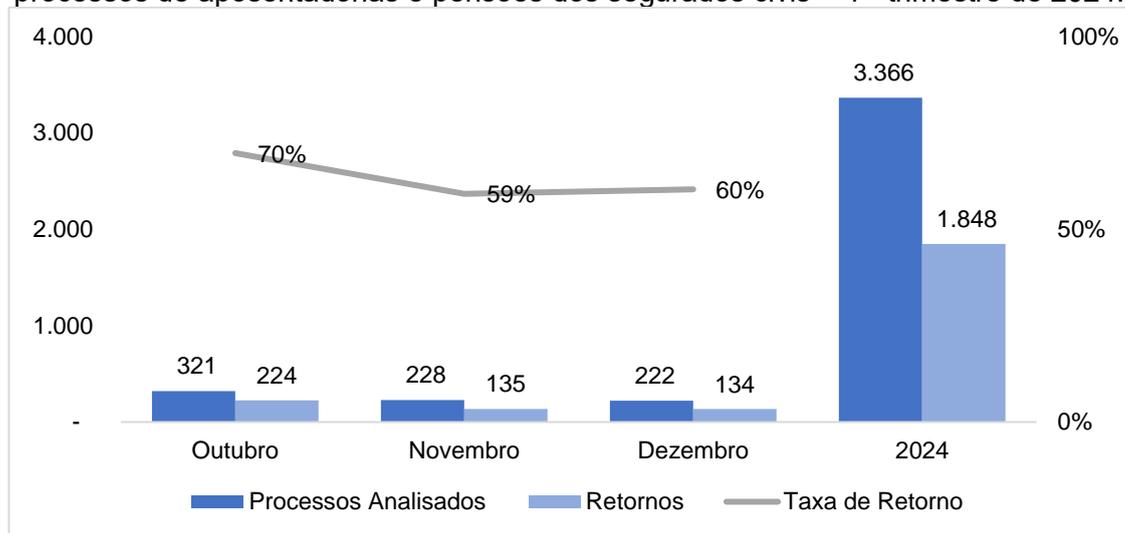
No campo previdenciário, destaca-se que desde 2020, os processos de concessão de aposentadorias passaram a ser encaminhados à apreciação do NCI. Essa iniciativa evidencia o compromisso do Instituto com as orientações dos Órgãos de Controle Externo, notadamente o Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA. Esse alinhamento estratégico atribuiu ao NCI a responsabilidade pela análise prévia das concessões de aposentadoria, antes de serem submetidas à avaliação pelo Tribunal de Contas.

Esse processo assegura uma dupla verificação de conformidade dos atos, com o objetivo de mitigar erros e inconsistências que possam ser identificadas em auditorias externas. Essa dupla verificação proporciona um notável ganho institucional frente aos Órgãos de Controle Externo, pois demonstra uma atuação pautada na prevenção e detecção de problemas compreendidas como inerentes a uma sistemática de controle interno baseado no COSO (*The*

Comitee of Sponsoring Organizations).

No 4º trimestre de 2024, foram examinados um total de 771 processos de aposentadorias e pensões no âmbito previdenciário, dos quais cerca de 64% retornaram à Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CCAH) para regularização.

Gráfico 28: Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos de aposentadorias e pensões dos segurados civis – 4º trimestre de 2024.

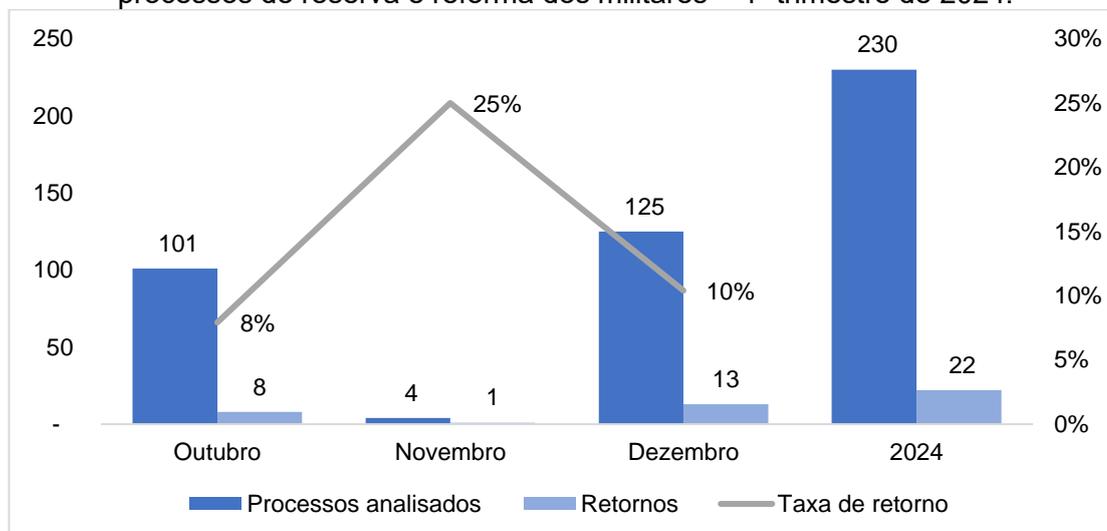


Fonte: NCI/IGGEPS.

Quanto à esfera previdenciária, impede destacar que, esses retornos ocorrem, em sua maioria, devido a discrepâncias na fundamentação legal e no valor do benefício, erros nos cálculos apresentados, divergências na interpretação da norma por parte dos técnicos previdenciários, ou ainda, para esclarecimentos adicionais, visando sempre a conformidade do processo para assinatura da Portaria de concessão pelo Presidente do Instituto e, posterior, registro pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

No 4º trimestre de 2024, foram examinados um total de 230 processos de reservas e reformas no âmbito da proteção social. A variação nas análises e o quantitativo de retornos nos processos de reserva e reforma é menor do que nos processos previdenciários. A variação no quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos de reserva e reforma dos militares evidencia que houve uma redução acentuada nesta última categoria no mês de novembro.

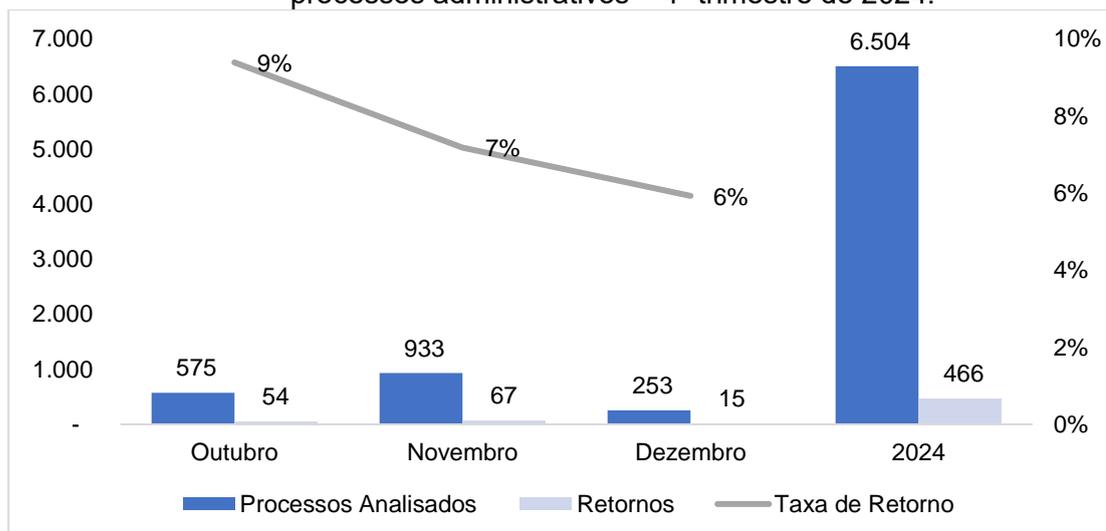
Gráfico 29: Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos de reserva e reforma dos militares – 4º trimestre de 2024.



Fonte: NCI/IGGEPS.

A atuação do Núcleo de Controle Interno é permanente e diligente não apenas nos processos que versam sobre concessão de aposentadorias, mas diante de toda e qualquer demanda encaminhada para apreciação pelos Agentes Públicos de Controle, conforme pode ser visto no Gráfico 25. Esse comprometimento visa garantir uma gestão mais confiável e dentro dos parâmetros legais, com o objetivo de assegurar a correta utilização dos recursos públicos de maneira eficaz e transparente, propiciando a colaboração com o controle externo e viabilizando o controle social.

Gráfico 30: Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 4º trimestre de 2024.



Fonte: NCI/IGGEPS.

Quanto à esfera administrativa, impede destacar que os retornos ocorreram normalmente devido à instrução processual precária com inconsistências nos documentos; necessidade de ajustes nos documentos orçamentários/ financeiros; falha na elaboração de

relatório de viagem em processos de concessão de diárias a servidor; e inconsistência de dados nas conciliações bancárias das unidades gestoras.

7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL

A Assessoria de Comunicação – ASCOM é o setor responsável por promover, coordenar e controlar a comunicação interna e externa do Instituto, bem como, por propor e apoiar projetos que aperfeiçoem a gestão do relacionamento com servidores e segurados. Dentre suas funções está a interrelação com os diversos meios de comunicação e mídia, ante ao objetivo de se tornar fonte de informações de interesse público. Dentre as atividades trimestrais desenvolvidas verificou-se uma alta demanda pautada em:

1. Produção de conteúdo gráfico e audiovisual;
2. Produção de notícias;
3. Gerenciamento, monitoramento e alimentação das mídias sociais Instagram e Facebook;
4. Gerenciamento, monitoramento e produção de conteúdo, layout e alimentação do site institucional;
5. Desenvolvimento de campanha de comunicação.

7.5.1 Produção de Conteúdo Gráfico e Audiovisual

Para apoiar as ações e projetos do IGEPPS, tais como cursos, seminários, palestras, reuniões de alinhamento, entre outras atividades, a ASCOM teve o balanço do quarto trimestre de 2024 de acordo com o conteúdo produzido descrito abaixo:

Tabela 93: Balanço quantitativo do conteúdo gráfico e audiovisual- 4º trimestre de 2024.

Conteúdo	4º Trimestre				2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Gráfica	48	15	6	49	183
Vídeo	2	1	0	2	11
Total	50	16	6	51	194

Fonte: Ascom/IGEPPS.

Por fim, o quantitativo de produção de artes gráficas evidencia a atuação da ASCOM nas campanhas em 2024, reforçou o diálogo com os setores nas ações, com suporte de comunicação aos projetos desenvolvidos pelo Instituto, bem como a comunicação mais assertiva com os segurados, o que reflete a média positiva dos conteúdos gráficos produzidos.

7.5.2 Produção de Notícia

A ASCOM cobre todas as ações do Instituto, incluindo o programa de Educação Previdenciária, divulgando-as no site oficial, na Agência Pará e na mídia local. Os cursos e

palestras esclarecem os benefícios previdenciários aos segurados. Além das notícias relacionadas ao programa, também foram publicadas no site oficial do Estado e no site oficial do Instituto, matérias jornalísticas referentes a outras ações desenvolvidas pelo órgão previdenciário.

A seguir, é possível ver o quadro referente às matérias publicadas no site oficial do Governo do Estado (Agência Pará) e no site do IGEPPS.

Quadro 3: Matérias publicadas no site Oficial do Governo do Estado (Agência Pará) e no site do Instituto – 4ª trimestre de 2024.

Mês	Título da Matéria	Data
Outubro	Instituto de Gestão Previdenciária promove educação financeira e previdenciária	02/10/2024
	IGEPPS orienta servidores sobre adesão ao Plano de Previdência Complementar	07/10/2024
	Seduc promove evento de orientação de servidores sobre direitos previdenciários	07/10/2024
	IGEPPS alerta segurados sobre fim do prazo para realização do Censo Previdenciário	16/10/2024
Novembro	Censo Previdenciário encerra na próxima sexta-feira	05/11/2024
	IGEPPS reúne servidores do Poder Legislativo estadual em Workshop de Previdência	07/11/2024
	IGEPPS faz última chamada para ausentes do Censo Previdenciário	12/11/2024
	IGEPPS promove oficina para o uso seguro de dispositivos eletrônicos por aposentados	27/11/2024

Fonte: Ascom/IGEPPS.

7.5.2 Site

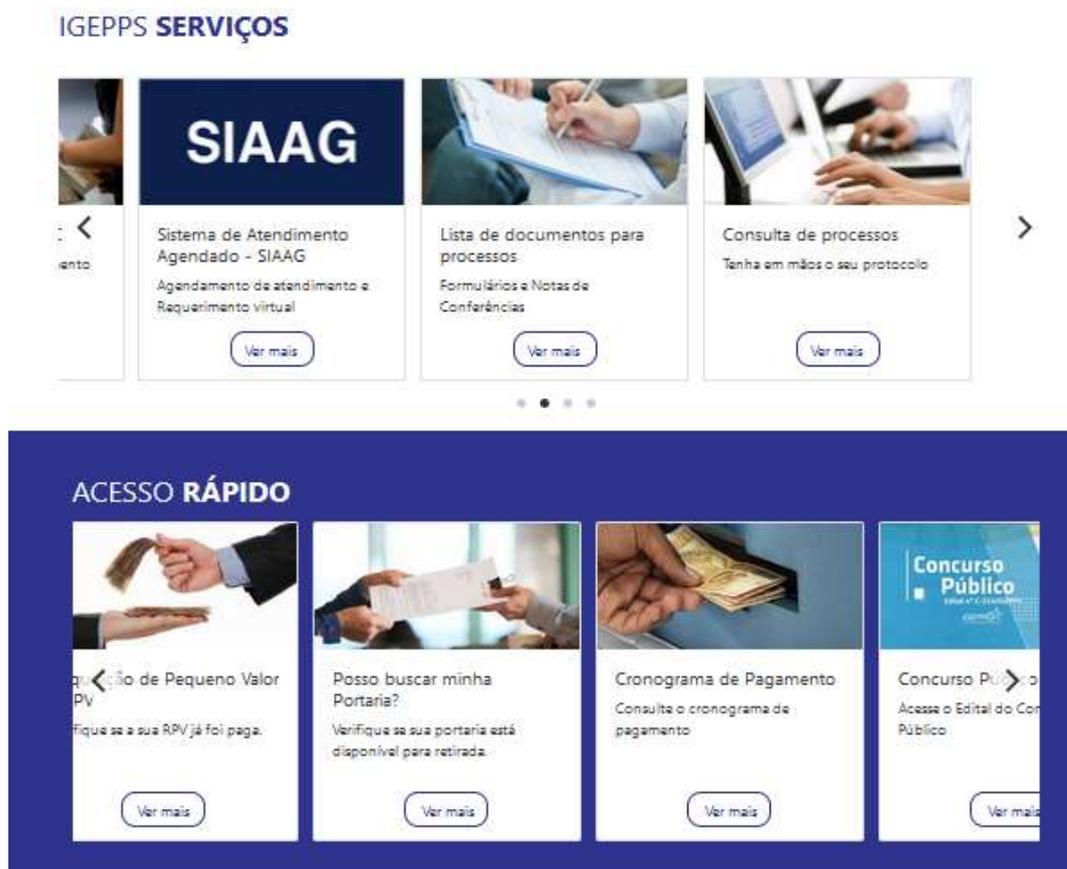
Periodicamente é realizada a atualização do conteúdo no site do IGEPPS, tal como a produção de notícias, mudança de layout e atualização de informações relevantes à transparência pública do RPPS.

Figura 5: Sessões na primeira página do site.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Figura 61: Sessões na primeira página do site.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

7.5.3 Desenvolvimento de campanha de comunicação

No quarto semestre, houve ampla divulgação da Audiência Pública, ação obrigatória de alta relevância, exigida pelo Programa Pró-Gestão, que prestou contas das atividades desenvolvidas, pelo IGEPPS, em 2023 e no primeiro semestre de 2024, a Assessoria de Comunicação produziu banner, para divulgação institucional por meio do site e intranet, card para as redes sociais, além de folder e cartaz. A ASCOM, ainda, acompanhou o evento, realizado no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), em que produziu material audiovisual também divulgado institucionalmente por meio do site e intranet, e redes sociais.

Figura 7: Folder Informativo para divulgação da Audiência Pública.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Em alusão ao “Dia do Servidor Público”, celebrado no dia 28/10/2024, o IGEPPS realizou evento comemorativo no dia 29/10/2024, no auditório do edifício-sede, em Belém. A programação especial contou com atrações musicais e palestra sobre o poder da resiliência. Para o evento, a Ascom produziu banner, para divulgação institucional por meio da intranet, e cartaz disponibilizados nos corredores do prédio.

Figura 8: Folder Informativo para divulgação do ao “Dia do Servidor Público”.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

A ASCOM também atuou na divulgação do projeto “Papo Previdenciário”, desenvolvido com o objetivo de orientar servidores ativos prestes a entrarem para aposentadoria, acerca do processo de transição para aposentadoria, viabilizando a compreensão a respeito das regras previdenciárias e seus impactos individuais na vida dos segurados. A ação ocorreu na Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), em Belém. Banner (com o link de inscrição) foi publicado no site do IGEPPS, além de carrossel e material audiovisual, para as redes sociais do Instituto.

Figura 9: Folder Informativo para divulgação do Papo Previdenciário



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Sobre o ciclo de encontros do Projeto “Rodas de Conversa: Bem Viver Aposentadoria”, desenvolvido pelo Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), que tem como objetivo proporcionar um ambiente de escuta e troca de experiências junto aos aposentados, civis e militares do Estado, a Ascom produziu banner e carrossel para divulgação nas redes sociais e institucionalmente por meio do site e intranet.

Figura 10: Folder Informativo para divulgação das Rodas de Conversa: Bem Viver Aposentadoria”



Fonte: Ascom/IGEPPS.

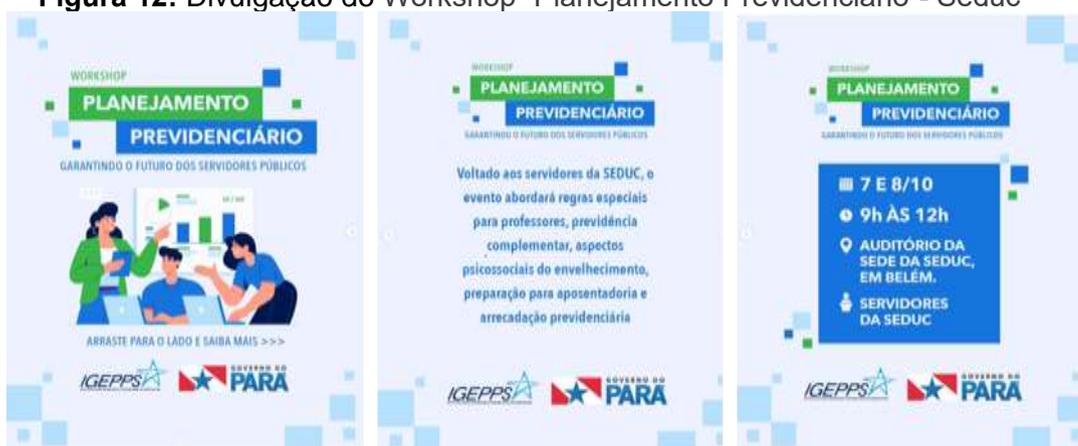
Figura 11: Divulgação nas redes sociais e na intranet das Rodas de Conversa: Bem Viver Aposentadoria”



Fonte: Ascom/IGEPPS

O IGEPPS realizou dois Workshop “Planejamento Previdenciário: Garantindo o Futuro dos Servidores Públicos”, voltado aos servidores da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), com objetivo de promover esclarecimento sobre o Regime de Previdência Social. A Ascom produziu carrossel, banner e material audiovisual divulgado no site institucional e redes sociais.

Figura 12: Divulgação do Workshop “Planejamento Previdenciário”- Seduc



Fonte: Ascom/IGEPPS

Figura 13: Divulgação do Workshop “Planejamento Previdenciário”- Alepa



Fonte: Ascom/IGEPPS

A Ascom produziu card, banners e cartaz para a divulgação institucional, por meio do site e intranet, e também nas rede sociais, sobre o início dos atendimentos do Programa de Educação Financeira do IGEPPS para servidores na fase de pré-aposentadoria, aposentados e pensionistas em situação de superendividamento.

Figura 14: Divulgação do Programa de Educação Financeira.



Fonte: Ascom/IGEPPS

O IGEPPS realizou a 2ª Semana Estadual de Conscientização sobre Educação Financeira e Previdenciária, com a participação do Grupo de Educação Financeira da Amazônia, da Universidade Federal do Pará. Na ação on-line, os participantes também receberam orientações sobre preparação para aposentadoria. A Ascom produziu carrossel, cartaz, banner para divulgação institucional, por meio da intranet, além de card para as redes sociais e, após a ação, matéria para o site Agência Pará.

Figura 15: Divulgação da 2ªSemana Estadual de Conscientização sobre Educação Financeira e Previdenciária Programa de Educação Financeira.



Fonte: Ascom/IGEPPS

Figura 16: Divulgação nas redes sociais e na intranet 2ªSemana Estadual de Conscientização sobre Educação Financeira e Previdenciária Programa de Educação Financeira.



Fonte: Ascom/IGEPPS

Ascom também acompanhou palestra para orientar os servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) sobre como conciliar o planejamento de vida com a aposentadoria. O encontro ocorreu de forma on-line, no dia 11 de outubro. Para o evento, a Ascom produziu banner e cartaz e divulgação institucional, por meio do site e intranet, e card para as redes sociais.

Figura 17: Divulgação da Palestra como Conciliar o Planejamento de Vida Com a Aposentadoria



Fonte: Ascom/IGEPPS

Ascom acompanhou a oficina e produziu matéria jornalística, para o site institucional e Agência Pará. A oficina teve como objetivo o uso seguro de dispositivos eletrônicos por aposentados vinculados à Autarquia.

Figura 18: Matéria jornalística, para o site institucional e Agência Pará



Fonte: Ascom/IGEPPS

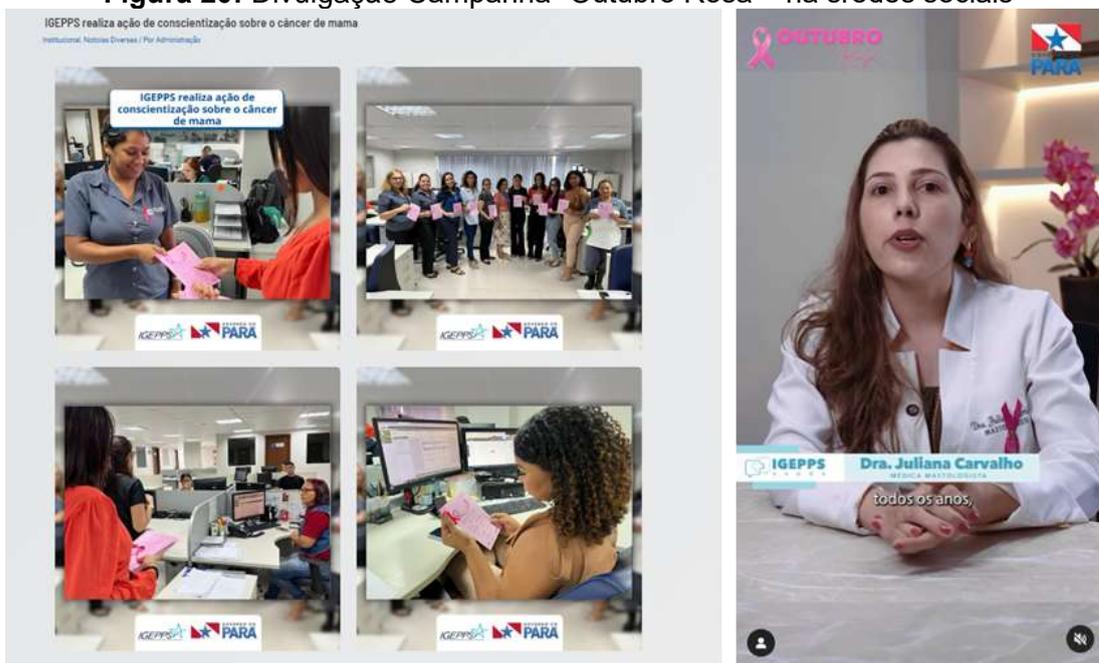
No mês de conscientização sobre o câncer de mama, o IGEPPS Saúde abordou a campanha “Outubro Rosa”, que tem como objetivo alertar mulheres sobre a importância da prevenção e diagnóstico precoce da doença. Sobre o tema, a ascom produziu material audiovisual divulgado no site institucional, redes sociais e monitores das agências do IGEPPS na capital e interior do Estado. A ascom produziu banner, cartaz, folder e carrossel para divulgar a ação da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP) que visitou os setores do Instituto para conscientizar servidoras e colaboradoras sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama.

Figura 19: Divulgação Campanha “Outubro Rosa



Fonte: Ascom/IGEPPS

Figura 20: Divulgação Campanha “Outubro Rosa – na s redes sociais



Fonte: Ascom/IGEPPS

A assessoria de comunicação também divulgou participações do Instituto em campanhas relacionadas à saúde, seguindo um cronograma no qual faz trocas de iluminação do prédio sede, em Belém, fazendo alusão às campanhas de cada mês. Reforçando o apoio do IGEPPS à campanha “Outubro Rosa” o prédio sede do Instituto, em Belém, foi iluminado com a cor referente à ação de conscientização.

Figura 21: Divulgação nas Redes Sociais – outubro Rosa.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

O IGEPPS, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP), realizou palestra para reforçar a campanha Novembro Azul, dedicada à conscientização sobre o câncer de próstata e saúde do homem. A ação incluiu uma palestra com representante da Secretaria de Estado de Saúde (SESPA). A Ascom acompanhou a ação e produziu carrossel, publicado institucionalmente por meio da intranet.

Figura 22: Campanha “Outubro Rosa – na sredes sociais



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Outra ação relevante desenvolvida pela assessoria de comunicação foi a produção de material para reforçar o Censo Previdenciário 2024, que se encerrou no dia 8 de novembro. Republicou os vídeos e as artes institucionais sobre o fim do prazo para o recenseamento obrigatório e realização da Prova de Vida, além de matéria para o site Agência Pará.

Figura 23: Divulgação redes sociais



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Outra ação promovida pela ASCOM foi a produção de card e cartaz para as redes sociais, além de banner para site institucional, sobre o atendimento Itinerante para Militares Inativos e Pensionistas Militares, na sede dos Comandos da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Figura 24: Divulgação redes sociais



Fonte: Ascom/IGEPPS.

A assessoria de comunicação também deu continuidade à publicidade e a propaganda do IGEPPS Itinerante, com a divulgação do roteiro das unidades móveis pelo interior paraense. O Instituto viabilizou a descentralização dos atendimentos, oferecendo serviços e informações sobre direitos previdenciários para todas as regiões do Estado.

Figura 25: Divulgação no site e redes sociais



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Também foi divulgado institucionalmente, por meio da intranet, um carrossel informativo sobre as ações adotadas pelo Instituto para implementação do Sistema de Privacidade e Proteção de Dados, que visa a adoção das melhores práticas de proteção de dados e de segurança da informação.

Figura 26: Divulgação na intranet



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Por fim, também por meio da intranet, foi produzido o carrossel informativo sobre o Plano de Operacionalização da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021). O material explica as principais mudanças trazidas pela Lei, que visa modernizar e tornar mais eficiente e transparente o processo de contratações no setor público.

Figura 27: Divulgação na intranet



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Esta assessoria finalizou o segundo semestre com êxito na divulgação das ações desenvolvidas pelo Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará.

7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS

O cumprimento de decisões judiciais possui atuação estratégica intimamente relacionada ao aperfeiçoamento do modelo de gestão praticado pelo Instituto, haja vista preconizar ações de suma relevância que visam identificar as demandas judiciais com alto grau de ameaça ao equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios e, buscar antecipar medidas junto à gestão e perante o próprio Judiciário no intuito de evitar e/ou minimizar dano ao Fundo Estadual de Previdência Social.

O setor contencioso do IGEPPS, responsável por gerir prazos processuais judiciais no

Pará, usa o sistema informatizado SISJURI desde 2018 para supervisão e acompanhamento.

O novo sistema implementado tornou a distribuição mais dinâmica, melhorando a eficiência na gestão de prazos processuais na Procuradoria Jurídica. O SISJURI, integrado ao sistema PJE do Tribunal de Justiça do Pará, permite o monitoramento e controle de prazos judiciais.

A distribuição dos feitos se divide em dois tipos de processos que são distribuídos aos procuradores: Juizado Especial e Contencioso. Destaca-se que houve a sugestão para incluir no SISJURI uma opção para que o procurador indique se houve sentença de procedência e improcedência, a fim de aferir o quantitativo de êxito nos processos judiciais que esta CCOS atuou.

Os processos judiciais são distribuídos aos Procuradores Autárquicos com cópia ao Coordenador para elaboração de defesa judicial ou para realizar cumprimento de decisão judicial. O Coordenador distribui os processos entre os Técnicos Previdenciários para auxiliar os Procuradores Autárquicos a darem cumprimento aos prazos judiciais.

7.6.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV)

A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é a espécie de requisição de pagamento de quantia em que o ente público foi condenado por meio de processo judicial. Cada ente devedor poderá fixar um valor para expedição de RPV, desde que não seja inferior ao valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social. O valor fixado acima dessa quantia terá o pagamento feito mediante precatório.

No estado do Pará, o pagamento da RPV ocorre quando os valores compreendem até 40 salários-mínimos. No setor de RPV da Coordenadoria de Execução (CEXEC) da Procuradoria Jurídica do IGEPPS, são realizadas às análises dos processos, bem como o encaminhamento para a execução.

No 4º trimestre de 2024, foram analisados 124 processos que totalizaram um valor aproximado de R\$ 3.453.652,30 (três milhões e quatrocentos e cinquenta e três mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos), conforme apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 31: Quantitativo de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados (R\$) – 4º trimestre de 2024.

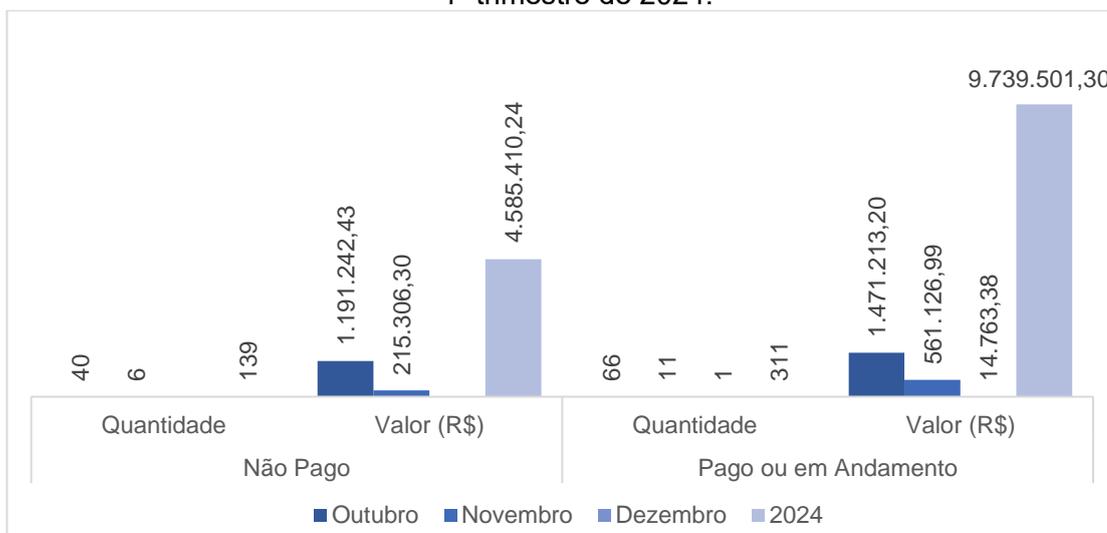


Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Totalizando, ao final de 2024, 450 processos analisados que totalizaram um valor aproximado de R\$ 14.324.911,54 (quatorze milhões e trezentos e vinte e quatro mil e novecentos e onze e cinquenta e quatro).

No 4º trimestre de 2024, o RPV quantificado no montante de R\$ 2.047.103,57 (dois milhões e quarenta e sete mil e cento e três reais e cinquenta e sete centavos) foram pagos ou já foram enviados para pagamento. Por outro lado, o RPV no montante de R\$ 1.406.548,73 (um milhão e quatrocentos e seis mil e quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e três centavos) ainda não foram pagos, representando 41% em termos de valores do RPV.

Gráfico 32: Montantes de valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Diante do exposto, no final de 2024, foram pagos ou já foram enviados para pagamento o montante de R\$ 9.739.501,30 (nove milhões e setecentos e trinta e nove mil e quinhentos e

um reais e trinta centavos). O valor não pago atingiu R\$ 4.585.410,24 (quatro milhões e quinhentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e dez reais e vinte e quatro centavos), representando 32% em termos de valores do RPV.

7.6.2 Requisições de Impugnações

Como podemos observar na tabela a seguir, os processos do setor de Impugnação podem ser agrupados segundo as seguintes modalidades: piso salarial, pensão por morte, Lei nº 7.807 e Lei nº 8.229, Cálculo do contador e “Outros”.

No total, para o 4º trimestre de 2024 foram realizados os cálculos de **261 processos**, a maior parte referente ao tema **outros** que representou 41% da demanda do setor. Dessa maneira, no final de 2024, foram realizados os cálculos de **1.196 processos**, a modalidade de demanda foi outros, representando 44%. A despeito do grande volume de processos, é importante ressaltar que não existem pendências para os cálculos de Impugnação do referido período, o que representa uma grande efetividade no fluxo de processos.

Tabela 94: Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação – 4º trimestre de 2024.

Modalidade	4º Trimestre					2024	
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	(%)	Total	(%)
Outros	49	35	24	108	41	531	44
Cálculo contador	29	28	15	72	28	353	30
Pensão por morte	23	23	6	52	20	124	10
Piso salarial	3	2	3	8	3	91	8
Polícia civil	2	1	3	6	2,3	6	0,5
Lei nº 7.807	1	5	-	6	2,3	15	1,3
Aposentadoria	4	-	1	5	1,9	67	6
Lei nº8.229	-	4	-	4	1,5	8	0,7
RPV	-	-	-	-	-	1	0,1
Total	111	98	52	261	100	1.196	100

Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPSS.

Do total dessas operações, após análise de Impugnação, identificou-se que o IGGEPS reconheceu a quantia devida de R\$ 12.712.276,86 (doze milhões e setecentos e doze mil e duzentos e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos) para os segurados em litígio. Para fins de análise, este valor será considerado como Valor Devido (calculado). O valor executado são os valores que constam no cumprimento de sentença dos processos judiciais. Contudo, ao setor de Impugnação do IGEPSS compete elaborar os cálculos das diferenças devidas, a fim de encontrar o valor correto e identificar possíveis excessos na execução. Este Excesso ocorre quando o valor executado pelo juiz foi maior do que o efetivamente calculado pelo setor.

Para o 4º trimestre de 2024, em termos aproximados, registrou-se os seguintes

valores: R\$ 11.617.699,34 (onze milhões, seiscentos e dezessete mil, seiscentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos) de valor executado; R\$ 12.712.276,86 (doze milhões e setecentos e doze mil e duzentos e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos) de valor calculado e R\$ 2.014.225,73 (dois milhões e quatorze mil e duzentos e vinte e dois reais e setenta três centavos) de Excesso. Na tabela abaixo, estão o detalhamento dos valores executados.

Em suma, esses valores foram apurados com base em métodos rigorosos de cálculos, baseados na legislação vigente. É importante destacar que o setor de Impugnação do IGEPPS se tornou referência para vários órgãos estaduais que lidam com cálculos de processos judiciais.

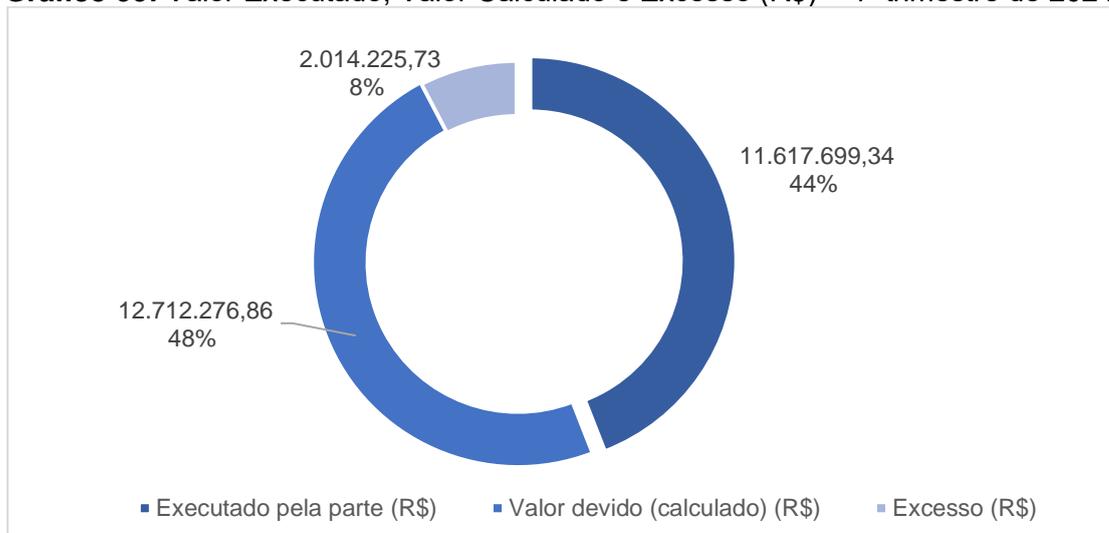
Tabela 95: Valor Executado, Valor Calculado e Excesso – 4º trimestre de 2024.

Mês	Tema	Executado pela parte (R\$)	Valor devido (calculado) (R\$)	Excesso (R\$)
Outubro	Lei nº 7.807	63.639,40	0,02	63.639,38
	Cálculo contador	651.329,69	397.557,21	262.325,06
	Outros	44.815,29	145.570,55	2.718,35
	Pensão por morte	439.186,33	371.072,53	68.113,80
	Piso salarial	4.509,48	12.677,40	17.186,88
	Total	1.203.480,19	901.522,91	413.983,47
Novembro	Lei nº 7.807	350.865,97	1.408.012,54	8.664,06
	Lei nº8.229	127.394,28	73.800,12	53.594,16
	Aposentadoria	723.895,57	197.076,00	526.819,57
	Cálculo contador	3.509.830,97	3.860.575,98	248.185,04
	Outros	533.193,50	764.281,10	54.567,71
	Pensão por morte	2.642.788,65	2.776.022,26	507.888,43
	Piso salarial	50.321,50	65.553,99	-
	Total	7.938.290,44	9.145.321,99	1.399.718,97
Dezembro	Cálculo contador	640.137,50	574.550,60	72.093,15
	Outros	465.487,00	594.470,52	19.018,11
	Polícia civil	8.750,14	549,85	11.744,66
	Pensão por morte	1.193.728,75	1.141.700,62	97.667,37
	Piso salarial	167.825,32	354.160,37	-
	Total	2.475.928,71	2.665.431,96	200.523,29
Total Geral		11.617.699,34	12.712.276,86	2.014.225,73

Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Por meio do setor de impugnação foi possível identificar a diferença R\$ 2.014.225,73 (dois milhões e quatorze mil e duzentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), 15% a menor do valor executado, encontrado por meio da comparação entre os valores apresentados pelo exequente e os valores calculados pelo IGEPPS. Esse montante será convertido em economia para o instituto, pois não precisará ser pago ao requerente devido à contestação do cálculo apresentado.

Gráfico 33: Valor Executado, Valor Calculado e Excesso (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

Entretanto a economia possibilitada pelo subsetor de impugnação, não se referem apenas aos valores advindos da impugnação do cálculo citado, é possível que tal economia seja realizada por meio da concordância do instituto com o cálculo apresentado pela parte quando ela apresenta valor menor do que o cálculo feito pelo setor de execução, portanto temos valores de economia advindas das duas formas citadas.

Tabela 96: Valor Executado, Valor Calculado e Economia - 2024.

2024	Executado pela parte (R\$)	Valor Devido (calculado) (R\$)	Economia (R\$)
1º Trimestre	17.096.203,03	10.786.610,81	10.173.293,07
2º Trimestre	22.690.560,50	19.432.870,38	11.983.693,36
3º Trimestre	23.221.887,58	16.414.146,05	10.829.795,11
4º Trimestre	11.617.699,34	12.712.276,86	5.123.028,98
Total	74.626.350,45	59.345.904,10	38.109.810,52

Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

No 4º trimestre de 2024 houve economia ao instituto no valor de R\$ 5.123.028,98 (cinco milhões e cento e vinte e três e vinte e oito reais e noventa e oito centavos) valor a maior quando comparado apenas com o excesso apresentado na tabela acima, pois conforme destacado anteriormente, é proveniente tanto da impugnação quanto da concordância do cálculo do exequente, subsidiada pelo cálculo feito pelos técnicos da coordenadoria de execução. Portanto, no final do ano de 2024, houve economia ao instituto no valor de R\$38.109.810,52 (trinta e oito milhões e cento e nove mil e oitocentos e dez reais e cinquenta e dois centavos).

7.6.3 Recuperação de Crédito

O Núcleo de Recuperação de Créditos (NRC) está subordinado diretamente à

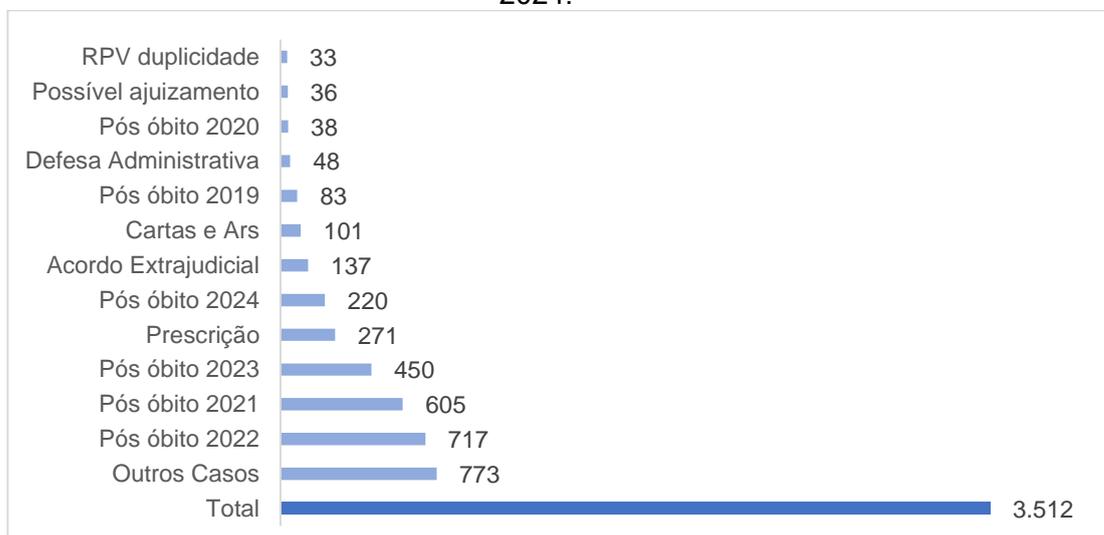
Coordenação de Execução da PROJUR. No 4º trimestre de 2024, foram encaminhados ao setor de recuperação de crédito 245 processos, categorizados da seguinte forma. Dessa forma, totalizando ao final de 2024, 1.370 processos encaminhados ao setor de recuperação de crédito.

Gráfico 34: Quantitativo mensal das entradas no PAE para a “RECCREDITO” de tramitação – 4º trimestre de 2024.



Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Gráfico 35: Quantitativo por temática de processos administrativos – 4º trimestre de 2024.



Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

No entanto, considerando que o Núcleo de Recuperação de Crédito (NRC) foi alterado de Coordenadoria, bem como ampliou-se a discussão sob os impactos das novas orientações sobre prescrição e decadência em processos administrativos previdenciários, houve alteração na metodologia de trabalho desenvolvida, tendo sido criado plano de ação a fim de reestruturar e dinamizar o trabalho que vem sendo desenvolvido.

Além dos 17 acordos celebrados no 4º trimestre de 2024, os quais importaram os montantes a abaixo de recuperação e de honorários, houve redesenho do fluxo dos processos

de recuperação, reuniões de alinhamento com a equipe, criação de checklist de documentos necessários à correta instrução do processo, padronização dos relatórios elaborados pela equipe técnica, tratativas com a empresa Techlead para finalização e disponibilização do SISREC (Sistema de Recuperação de Créditos) da PROJUR, com previsão de entrega para o dia 01/11/2024, porém em fase de validação até 31/01/2025 e diversas tratativas com Banpará e outros órgãos para convênios. A tabela abaixo demonstra a descrição dos acordos extrajudiciais processados no 4º trimestre de 2024.

Tabela 97: Descrição dos acordos extrajudiciais - 4º trimestre de 2024.

Descrição	4º Trimestre			2024
	Outubro	Novembro	Dezembro	
Quantidade	8	7	2	109
Valor da Dívida (R\$)	83373,88	51.609,76	5.721,61	1.378.967,97
Honorários (R\$)	8337,388	5.160,98	572,16	123.155,56

Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

7.6.3 Precatório

O precatório é a espécie de requisição de pagamento de quantia certa feita ao ente público, em virtude de decisão judicial definitiva e condenatória, que possibilita ao requerente receber o crédito da condenação. Os precatórios são emitidos pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) e encaminhados a Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE) para pagamento, no entanto a partir de janeiro de 2024 o pagamento de precatórios passou a ser responsabilidade do IGEPPS por meio da CEXEC.

Os precatórios inscritos até 02 de abril no ano corrente deverão ser pagos até o final do exercício do ano seguinte, já os precatórios inscritos após 02 de abril do ano corrente deverão ser pagos até o final de 2 exercícios seguintes, em conformidade com a resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Portanto o novo subsetor está trabalhando com as diligências de processos judiciais que já se encontram na fase de cumprimento de sentença e que foram encaminhados ao instituto. Devido a mudança de competência de pagamento ocorrida, os precatórios com prazo de pagamento até o final do exercício de 2024 ainda serão pagos pela PGE, em virtude da disponibilidade orçamentaria. O novo subsetor está tratando apenas dos precatórios cujo pagamento deve ocorrer no final do exercício de 2025 em diante.

O setor vem se estruturando e está em fase de formação de fluxo para o melhor atendimento da nova demanda, que trouxe consigo novas responsabilidades, tais como, cálculo de correção monetária e juros da dívida para prosseguimento do pagamento, bem como fornecimento de informações que subsidiem a previsão orçamentaria para os respectivos pagamentos.

Até o 4º trimestre de 2024, foram cadastrados para fins de orçamento mais 141 processos até 02 de abril de 2024 para pagamento até o final do exercício de 2025, portanto

no ano de 2024 não serão mais inseridos novos processos para pagamento, os já cadastrados totalizaram a estimativa de valor para pagamento em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 28.531.114,61 (vinte e oito milhões, quinhentos e trinta e um mil, cento e catorze reais e sessentas centavos) como descrito na tabela abaixo.

Tabela 98: Detalhamento precatórios cadastrados - 4º trimestre de 2024.

Descrição	Quantidade		Valor da Dívida (R\$)		Honorários (R\$)	
	4º trimestre	2024	4º trimestre	2024	4º trimestre	2024
Alimentar	135	405	20.049.964,97	64.957.611,72	26.987.899,87	80.963.699,61
Comum	2	6	150.007,74	474.184,86	185.254,95	555.764,85
Super preferência	4	12	1.026.371,07	3.329.442,24	1.357.959,79	4.073.879,37
Total	141	423	21.226.343,78	68.761.238,82	28.531.114,61	85.593.343,83

Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPSS.

Por fim, ao final de 2024, foram cadastrados para fins de orçamento mais 423 para pagamento até o final do exercício de 2025, totalizaram a estimativa de valor para pagamento em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 85.593.343,83 (oitenta e cinco milhões e quinhentos e noventa e três mil e trezentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos).

7.6.4 Análises Jurídicas

O Consultivo do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (CCON/PROJUR-IGEPSS), organizada como atuação descentralizada, subordinada à procuradora-chefe desta unidade(IGEPSS), é responsável pelo assessoramento e consultoria jurídica ampla do IGEPPS sobre diversos assuntos, aplicando e fazendo aplicar, em casos repetitivos e teses consolidadas, os entendimentos da Procuradoria-Geral do Estado, orientando os titulares e os demais gestores a zelar pelo controle de legalidade dos atos a serem praticados, colaborando na elaboração de minutas de atos administrativos, conforme disposto no art. 9º do Decreto estadual nº 3.138, de 3 de julho de 2023.

Importante registrar que mediante a edição da lei nº 9.880/2023, a qual dispõe sobre as atribuições dos cargos de Consultor Jurídico do Estado e de Procurador Autárquico e Fundacional do Estado do Pará houve a migração do quadro de referidos procuradores para a Procuradoria Geral do Estado do Pará, vinculando-os técnica e administrativamente à PGE.

Assim, toda atuação da procuradoria jurídica disposta na referida lei foi regulamentada através do citado Decreto estadual nº 3.138, de 3 de julho de 2023.

No 4º trimestre de 2024, a CCON emitiu entendimentos de alta relevância para a gestão do regime de proteção social dos militares e para a gestão previdenciária estadual destacando-se os seguintes pareceres e manifestações:

a) parecer nº 034/2024 em virtude de consulta relevante encaminhada pela Diretoria de Previdência – DIPRE acerca da possibilidade de averbar tempo de contribuição vertido para outro Regime de Previdência para suprir lacuna de contribuição de licença sem

vencimentos.

Nesse sentido, foi orientado que as contribuições do servidor licenciado, sem remuneração, antes da edição da LC nº128/2020, decorrentes de prestação de serviço público a outro ente da federação(outro RPPS), *referindo-se a vínculo extinto*, a certidão de tempo de contribuição pode ser averbada, desde que se refira a tempo de contribuição não concomitante; o servidor tenha sido albergado por uma das exceções constitucionais previstas no art. 37, XVI, da Constituição Federal/88 e exista a efetiva operacionalização da compensação financeira entre os regimes diversos, sendo vedada para fins previdenciário a contagem de tempo ficto, especialmente a partir da vigência da EC nº 20/98 e em respeito ao equilíbrio financeiro e atuarial do Sistema.

b) Parecer nº 043/2024-PROJUR/IGEPSS, cuja análise girou sobre erro da Administração Pública e a omissão do Estado relativo ao pagamento das contribuições previdenciárias diante da prescrição e decadência, ou seja, sobre a obrigação de quitar todo o valor diante do dever em manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Em resposta, esse Consultivo manifestou-se no sentido de que apesar de ter havido a extinção da obrigação tributária pela prescrição e decadência, permanece a obrigação financeira de o ente público recolher a contribuição para o respectivo RPPS, obedecendo, dessa forma, o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial impondo a necessidade de projetar atuarialmente as receitas e despesas para garantir a solvência e liquidez do plano de financiamento adotado pelo Regime Próprio, com base na Portaria MTP nº 1.467, de 02/06/2022, Parecer nº 07/2021/CONUNIAO/CGU/AGU, e Parecer Referencial nº 006/2024-PGE.

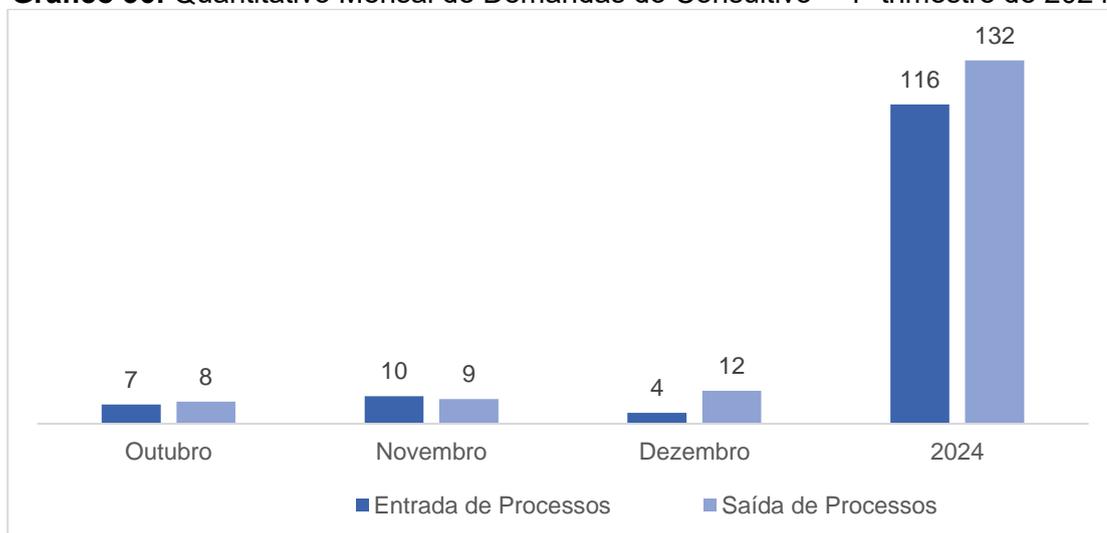
c) Manifestação nº 051/2024 – PROJUR/IGEPSS, que trata de consulta formulada pela Diretoria de Previdência (DIPRE) deste Instituto acerca da possibilidade de retorno ao serviço ativo de professora estatutária não-estável por indeferimento de registro de aposentadoria pelo TCE e, no caso de negativa, análise sobre possíveis soluções para o caso, levando em conta os princípios da legalidade, da autotutela e da segurança jurídica e, ainda, sobre a possibilidade de convalidação do ato de concessão do benefício datado de 2005 em razão do extenso lapso temporal.

Foi opinado pelo Consultivo que é possível a convalidação da primeira Portaria de aposentação, por não se apresentar inconstitucional segundo o STF, uma vez que tem se solidificado a jurisprudência daquela Corte Superior no sentido de ser possível a aplicação do art.3º da EC nº 47/05 para professores beneficiados pelo art. 40, § 5º da CF/88, não mais se sustentando os motivos de indeferimento arguidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, havendo necessidade da Corte de Contas se adequar ao entendimento jurisprudencial vigente, com base no ARE 1312631 e nos Temas 139 e 156, todos do STF.

Reiteramos que há necessidade de se avaliar a atuação deste Setor Consultivo quanto à apresentação dos principais resultados obtidos por cada área, bem como a economia gerada ao Fundo e os benefícios trazidos aos segurados e/ou servidores, sob o aspecto relevantemente qualitativo e não só quantitativo, pois a forma de atuação na geração de resultados para o IGEPPS, principalmente para o efeito concreto da meta atingida está na análise de questões jurídicas complexas, o que demanda tempo e rigor cada vez maiores da equipe de trabalho.

Com relação ao quantitativo das demandas, apresentamos a seguir, em planilha, os processos que deram entrada no consultivo e a saída dos finalizados e tramitados para os setores correspondentes, no período compreendido entre julho de 2024 a setembro de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 36: Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – 4º trimestre de 2024.



Fonte: CCOS/IGEPPS.

7.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O IGEPPS vem investindo fortemente na estrutura tecnológica da autarquia, favorecendo os setores administrativos e seu público-alvo, visando melhorar os processos internos, por meio do aprimoramento do parque tecnológico e dos serviços ofertados. Abaixo, são apresentados as principais ações e resultados alcançados pelo IGEPPS nos 3º e 4º trimestres de 2024, em cumprimento às exigências de transparência e prestação de contas. Destacando os avanços relacionados à governança corporativa, tecnologia da informação e alinhamento às melhores práticas administrativas.

7.7.1 Tecnologia da Informação

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação – CTIN realizou diversos investimentos e implementações nos últimos trimestres, buscando aprimorar os processos internos e os serviços oferecidos aos usuários. Nos quadros abaixo seguem os resultados obtidos:

Quadro 4: Resultados obtidos nos projetos em evolução – 3º e 4º trimestre de 2024.

Projetos em Evolução		
1. Aperfeiçoamento da solução de gestão de grandes volumes de dados com inteligência artificial:		
	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização da Plataforma. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Testes com novas funcionalidades. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo para viabilizar a integração com os sistemas já utilizados pelo Instituto, que envolve o tratamento de dados das publicações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A tarefa consiste em coletar essas publicações, filtrar informações relevantes relacionadas a processos que envolvam o Instituto de Gestão de Políticas e Projetos Sociais (IGEPPS) e armazená-las de forma estruturada em um banco de dados para uso estratégico. 	
2. Atualização e categorização do sistema de gestão chamados (GLPI):		
	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização da Plataforma. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Catálogo de Serviço. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão do SLA para inserção no GLPI. 	
3. Assessoria e consultoria em processo de transformação digital e inovação para a elaboração e desenvolvimento de ações relacionadas ao processo de transformação digital do IGEPPS, que objetiva:		
	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o nível de maturidade em Transformação Digital nas áreas priorizadas. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as prioridades das áreas baseado nos Objetivos de Negócio. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Recomendações de melhoria baseado nos resultados do Diagnóstico e Objetivos de Negócio. 	
4. SIMBE - Sistema Simulador de Benefício Especial.		
	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização de Cálculo e Regras 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização de Documentos 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação da nova Regra de Cálculo do valor do benefício especial Alteração 	
5. SISJUD (SISJURI 2.0) - Software desenvolvido para auxiliar o IGEPPS no gerenciamento de processos judiciais.		
	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração de regras para cadastrar licenças. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxo de tramitação.
	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração relatório de distribuição 	<ul style="list-style-type: none"> • Listar Distribuições.
	<ul style="list-style-type: none"> • Processos CNJ. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil e usuário.
	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de campos e validação de documento no gerar único. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter processo Judicial.
	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão do campo N° Processo Administrativo PJM - Demanda de massa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Importar Processos Judiciais.
	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão do campo N° Processo Administrativo PJM - Análise de prazo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar autenticidade de assinatura.
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar tela para analisar dados do processo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastrar Processos do PAE.
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar tela para Cadastrar Processo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação de SENHA.
	<ul style="list-style-type: none"> • Detalhar Tramitação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do relatório do técnico previdenciário.
	<ul style="list-style-type: none"> • Tramitar processos. 	

Fonte: CTIN/IGEPPS.

Quadro 5: Resultados obtidos nos projetos iniciados – 3º e 4º trimestre de 2024.

Projetos Iniciados									
1. Contratação de Solução para construção de Data Warehouse, permitindo avançar na transformação digital em aderência as novas tecnologias crescentes de Big Data, Machine Learning e Análise Preditiva.									
2. Contratação de empresa especializada para a aquisição e implantação de soluções tecnológicas, visando a conformidade e adequação à Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).									
3. Serviços de Rotina									
	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos de checagem preventiva executados regularmente, contemplando: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20%;"></td> <td>Equipamentos de atendimento ao público (CPU, periféricos, rede, impressoras etc.).</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Infraestrutura lógica e física, garantindo alta disponibilidade de serviços.</td> </tr> </table> • Procedimentos de monitoramento ativo dos equipamentos e links. • Atualização do parque tecnológico ambiente Microsoft (WSUS). • Monitoramento da Infraestrutura de servidores. 		Equipamentos de atendimento ao público (CPU, periféricos, rede, impressoras etc.).		Infraestrutura lógica e física, garantindo alta disponibilidade de serviços.				
	Equipamentos de atendimento ao público (CPU, periféricos, rede, impressoras etc.).								
	Infraestrutura lógica e física, garantindo alta disponibilidade de serviços.								
4. Conformidade com a LGPD									
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento nas medidas para garantir a proteção de dados pessoais: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20%;"></td> <td>Atualização de ferramentas de segurança, como Trend Micro Apex One, CyberArk PAM e Tenable.</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Publicação de políticas de segurança da informação e termos de confidencialidade.</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Monitoramento preventivo e corretivo de ações não autorizadas.</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Reorganização nas políticas de acesso no appliance de segurança.</td> </tr> </table> 		Atualização de ferramentas de segurança, como Trend Micro Apex One, CyberArk PAM e Tenable.		Publicação de políticas de segurança da informação e termos de confidencialidade.		Monitoramento preventivo e corretivo de ações não autorizadas.		Reorganização nas políticas de acesso no appliance de segurança.
	Atualização de ferramentas de segurança, como Trend Micro Apex One, CyberArk PAM e Tenable.								
	Publicação de políticas de segurança da informação e termos de confidencialidade.								
	Monitoramento preventivo e corretivo de ações não autorizadas.								
	Reorganização nas políticas de acesso no appliance de segurança.								
5. Visão e Roadmap de Produtos junto a equipe da casa e a fábrica de software.									
	<ul style="list-style-type: none"> • Foi realizado Workshop de Gestão de Produtos • Foi realizado o levantamento do Mapa de Produtos e Pesquisas de Gestão do Ciclo de Vida. 								

Fonte: CTIN/IGEPPS.

Os avanços registrados neste relatório estão diretamente ligados ao planejamento estratégico e à busca pelo Nível IV do Pró-Gestão, conforme descrito no item 3.2.1 do programa. Os resultados reforçam o compromisso do IGEPPS com a melhoria contínua, a inovação e a conformidade regulatória.

7.7.2 Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

O Instituto executou ações para entrar em conformidade com a LGPD, sancionada em 2018 e em vigor desde maio/2020, visando à garantia da segurança dos dados, o tratamento das informações dos seus contribuintes e beneficiários previdenciários.

Com a Gestão de dados e Informações o IGEPPS visa garantir integridade de dados, o controle de acesso às informações, monitoramento preventivo e corretivo para ações não autorizadas no perímetro de rede do instituto, ações de conscientização de seu corpo técnico acerca das Políticas de Segurança da Informação e Normativas visando à educação corporativa em Segurança.

Neste sentido, no ano de 2021 foram feitas as aquisições de serviços de segurança Endpoint e Servidores de redes, seguindo a tendência de todos os órgãos da administração pública a fim se adequar à LGPD, neste sentido, são as ações implantadas no domínio IGEPPS: Aquisição de solução de segurança Endpoint – Trend Micro Apex One; Aquisição de solução de segurança para servidores Trend Micro Deep Security; Aquisição de solução de segurança de cofre de senha CyberArk PAM; Aquisição de solução de segurança para gerenciamento de acesso privilegiado a Endpoint - CyberArk EPM; Publicação da Política de Segurança da Informação do IGEPPS; Publicação de Normativas de Sustentação ao ambiente IGEPPS; Publicação de Termo de Confidencialidade e Sigilo da Informação; e Publicação de Termo de Responsabilidade sobre recursos computacionais.

7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

No Estado do Pará, a Lei Complementar n.º 142, de 16/12/2021, posteriormente alterada pela Lei Complementar n.º 149, de 20/05/2022, instituiu o Sistema de Proteção Social dos Militares, estabelecendo que a gestão dos benefícios referentes à inatividade, auxílio acidente e auxílio morte, pensão por morte e pensão especial de militares é de competência do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS).

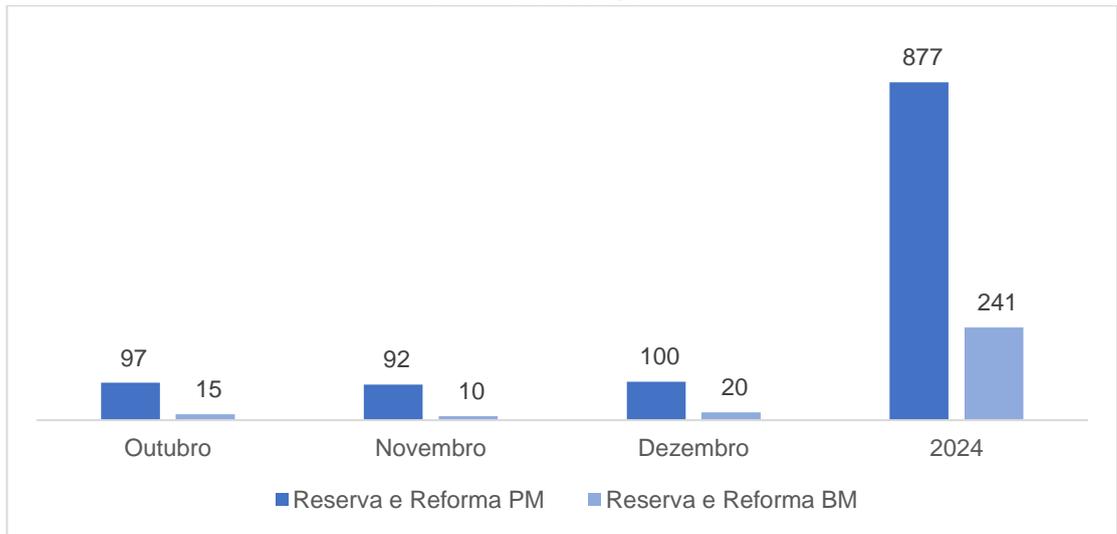
Assim, todas as demandas acima referidas do Sistema de Proteção Social dos Militares são geridas pela Diretoria de Proteção Social dos Militares - DPMS e as Coordenadorias de Proteção Social dos Militares divididas em: Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Reserva e Reforma (COPSM/RESREF) responsável pela análise dos processos de benefícios (reserva e reforma), auxílio acidente, declaração de tempo utilizado, revisões de benefícios, dentre outros e Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Pensão (COPSM/PENSÃO) responsável pela análise dos processos de benefícios (pensão por morte/pensão especial) e os de auxílio morte, continuidade de pensão, revisões de benefícios, dentre outros.

Isto posto, compete ao IGEPPS a gestão dos seguintes benefícios: Reserva remunerada; Reforma; Auxílio acidente, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022; Pensão militar por morte; Pensão militar por extravio; Pensão militar especial e o Auxílio morte, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022.

7.8.1 Análise de benefícios de proteção social - reserva e reforma

No quarto trimestre de 2024, foram recebidos 334 processos de benefício pela COPSM-Reserva e Reforma, desse total 289 são referentes aos processos de Reserva e Reforma da Polícia Militar e 45 aos processos de Reserva e Reforma da Bombeiro Militar, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 37: Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Reserva e Reforma – 4º trimestre de 2024.



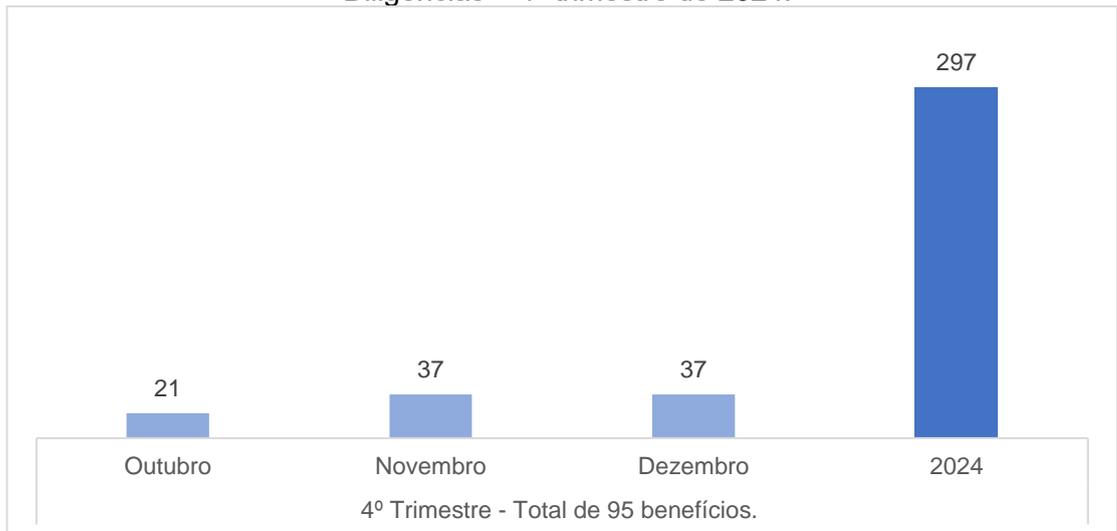
Fonte: EPREV/SISPREVWEB/IGEPPS.

Totalizando, no final de 2024, 1.902 processos de benefício pela COPSM-Reserva e Reforma, desse total 1.465 são referentes aos processos de Reserva e Reforma da Polícia Militar e 437 aos processos de Reserva e Reforma da Bombeiro Militar.

7.8.2 Análise de benefícios de proteção social- pensão por morte

No quarto trimestre de 2024, verificou-se o total de 95 processos recebidos pela COPSM-Pensão. Totalizando ao final do ano de 2024, 297 processos, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 38: Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte e Diligências – 4º trimestre de 2024.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB.

7.8.3 Análise de benefícios de proteção social- pensão especial e auxílio morte

Compete ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), a gestão, a concessão e o pagamento de auxílio-morte aos beneficiários de pensão militar especial, conforme determina a LC nº 149/2022. Além disso, os beneficiários de aposentadoria militar especial têm direito ao pagamento de auxílio-morte, após o registro da mencionada aposentadoria pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, conforme previsto no artigo. 17 – B da LC nº 149/2022, motivo pela qual se encontra em estoque no setor COPSM/PENSÃO.

Nesse sentido, a Diretoria analisa documentalmente os autos, e encaminha a Procuradoria Jurídica desta autarquia para análise e emissão de parecer jurídico, para que posteriormente seja encaminhado para análise da Procuradoria Geral do Estado. Após a aprovação, os veículos são enviados à Casa Civil para elaborar o Decreto concessório e, em seguida, para o registro do Tribunal de Contas. E somente após o registro, retorna os autos à Casa Civil para confecção definitiva do Decreto, bem como publicação no diário oficial e implantação em folha de pagamento por este Instituto.

Portanto, considerando o fluxo de pensão especial estabelecido, no 4º trimestre foram concedidos 63 processos de pensão militar especial e nenhum processo de auxílio-morte. Portanto, ao final de 2024, foram concedidos 174 processos de pensão militar especial e 12 processo de auxílio-morte, conforme descrito no gráfico abaixo.

Gráfico 39: Quantitativo de Benefícios de Pensão Especial e Auxílio Morte – 4º trimestre de 2024.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB/IGEPPS.

7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado-TCE/PA

No 4º trimestre de 2024, as demandas de diligências advindas do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE) referente aos benefícios de pensão por morte militar e reforma “*ex officio*” passaram a ser competência da Diretoria de Proteção Social dos Militares.

Dentre as principais funções do setor, destacam-se as análises realizadas das diligências processuais solicitadas pelo TCE/PA, nas quais os técnicos previdenciários avaliam cada demanda com atenção e verificam a medida a ser tomada com base em seus conhecimentos jurídicos sobre o assunto, fundamentando com base em pareceres, memorandos, entendimentos do Instituto, concluindo pelo acatamento ou não da determinação da Corte de Contas.

As demandas recebidas do TCE/PA no setor são por meio de processos eletrônicos, no qual aquele se utiliza do Sistema e-Jurisdicionado e não do Processo Administrativo Eletrônico (PAE), que é o Sistema eletrônico próprio do Poder Executivo Estadual. No gráfico a seguir, tem-se a quantidade de processos analisados no 4º trimestre de 2024.

Gráfico 40: Quantitativo de Processos analisados – 4º trimestre de 2024.



Fonte: EPREV/SISPREWWEB/IGEPSS.

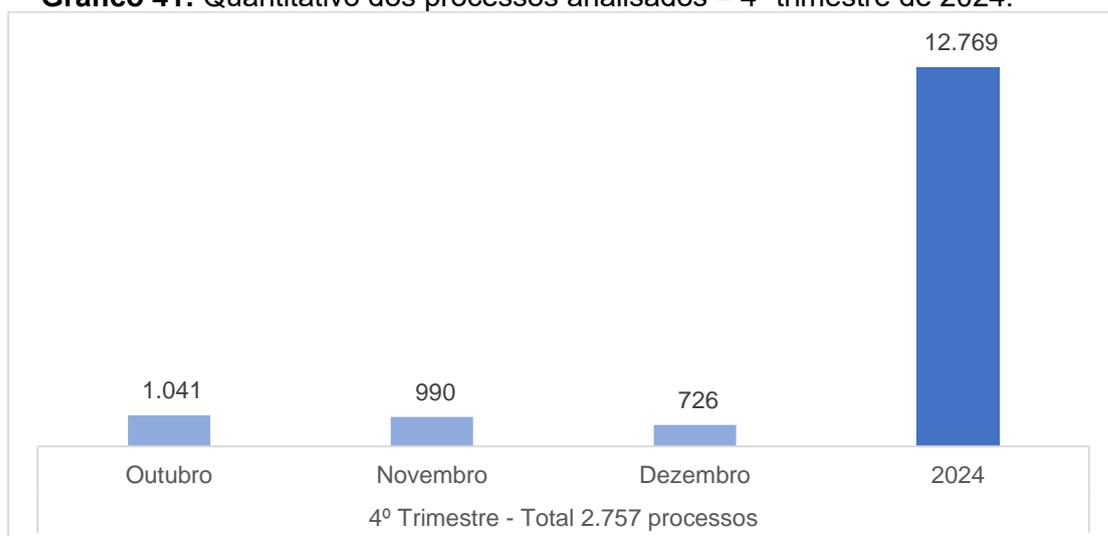
7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

7.9.1 Análise de benefícios previdenciários

A Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CAAH), diretamente ligada à Diretoria de Previdência, é o setor responsável pela análise dos processos de benefícios previdenciários (aposentadoria e pensão por morte) e os de auxílio funeral, abono de permanência, declaração de tempo utilizado, revisões de benefícios, prestações de informações em processos judiciais, dentre outros.

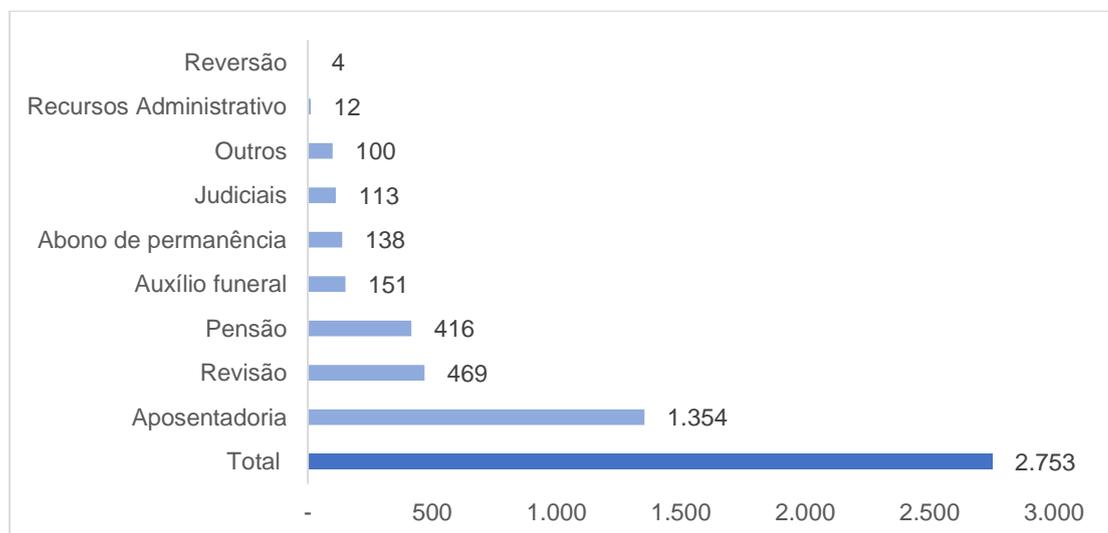
No quarto trimestre de 2024, foram analisados 2.757 (dois mil, setecentos e cinquenta e sete) processos, distribuídos por mês e por tipo de processo. Totalizando, ao final de 2024, 12.769 (doze mil e setecentos e sessenta e nove) processos analisados, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 41: Quantitativo dos processos analisados – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS/IGEPPS.

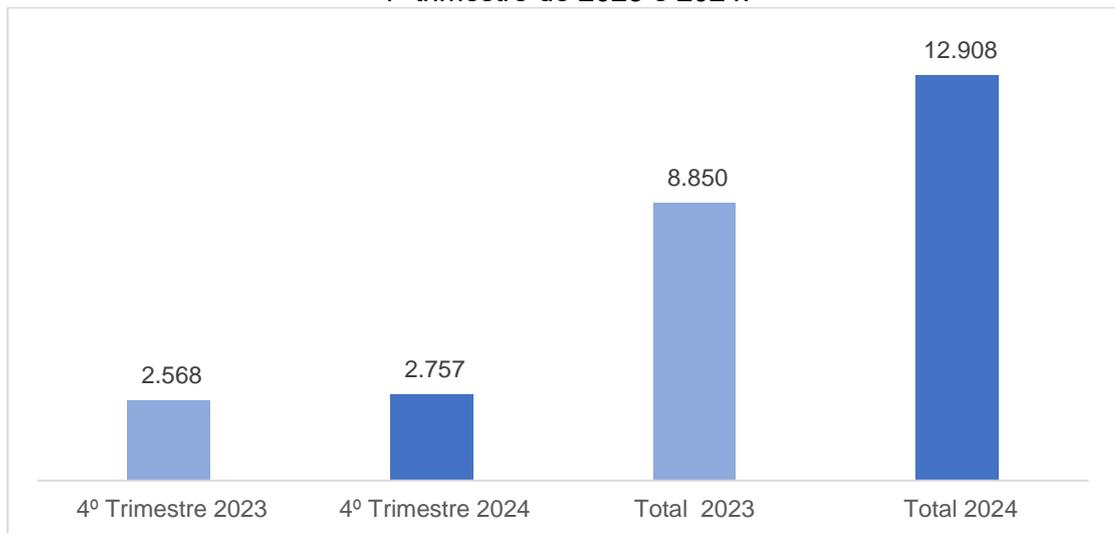
Gráfico 42: Quantitativo por tipo de processos analisados – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Verifica-se que o número de análises do quarto trimestre de 2024 representa um acréscimo superior a 7% (sete cento por cento) em relação ao número total de análises do ano anterior no mesmo período, no qual foram verificadas 2.568 (dois mil, quinhentos e sessenta e oito) análises. Assim, ao final de 2024, foram analisados 12.908 (doze mil e novecentos e oito) um acréscimo superior a 46% em relação ao número total de análises do ano anterior.

Gráfico 43: Comparativo do Quantitativo de processos analisados – 4º trimestre de 2023 e 2024.



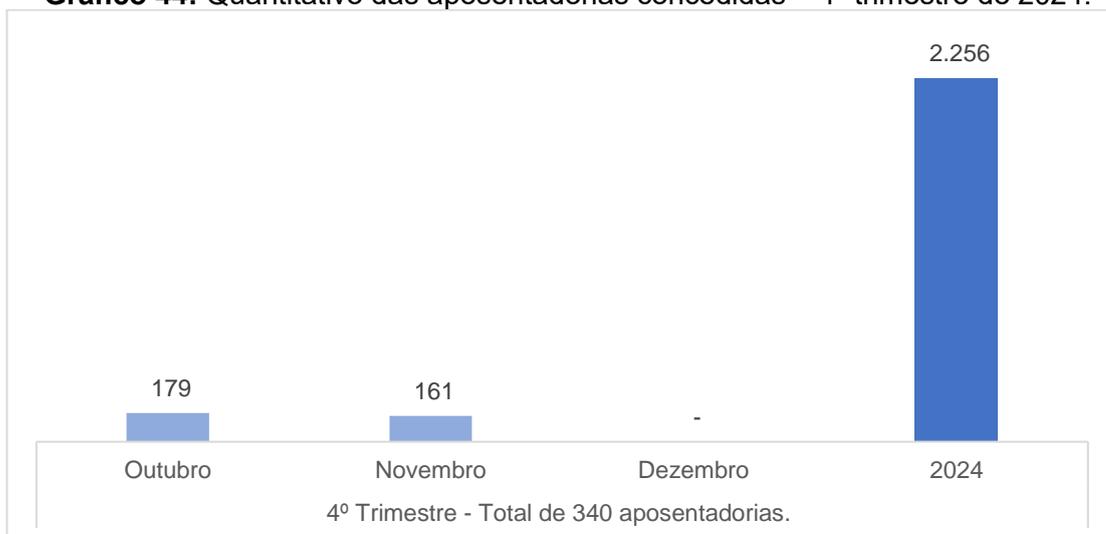
Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPSS.

Ressalta-se que no tipo de processo “Judiciais” engloba demandas relativas a aposentadorias e pensões, tal como o tipo de processo “Revisão”. Já o tipo de processo “Outros” se relaciona com demandas secundárias, como Declaração de Tempo Utilizado, prestação de informações em processos de Pecúnia e “Fale com o Presidente” e composição de benefício, por exemplo.

7.9.2 Concessão de benefícios previdenciários: aposentadoria e pensão por morte

No 4º trimestre de 2024, a CCAH concedeu 340 (trezentos e quarenta) aposentadorias dentre as 1.354 (um mil, trezentos e cinquenta e quatro) análises empreendidas, sendo que dessas análises também foram concedidas mais 252 (duzentos e cinquenta e duas) aposentadorias que foram publicadas na folha de janeiro. O gráfico a seguir demonstra o número de concessões de aposentadorias por folha de pagamento. Destaca-se que no mês de dezembro não temos folha aberta para concessão de benefícios. Totalizando, ao final de 2024, 2.256 (dois mil e duzentos e cinquenta e seis) aposentadorias concedidas, conforme o gráfico a seguir.

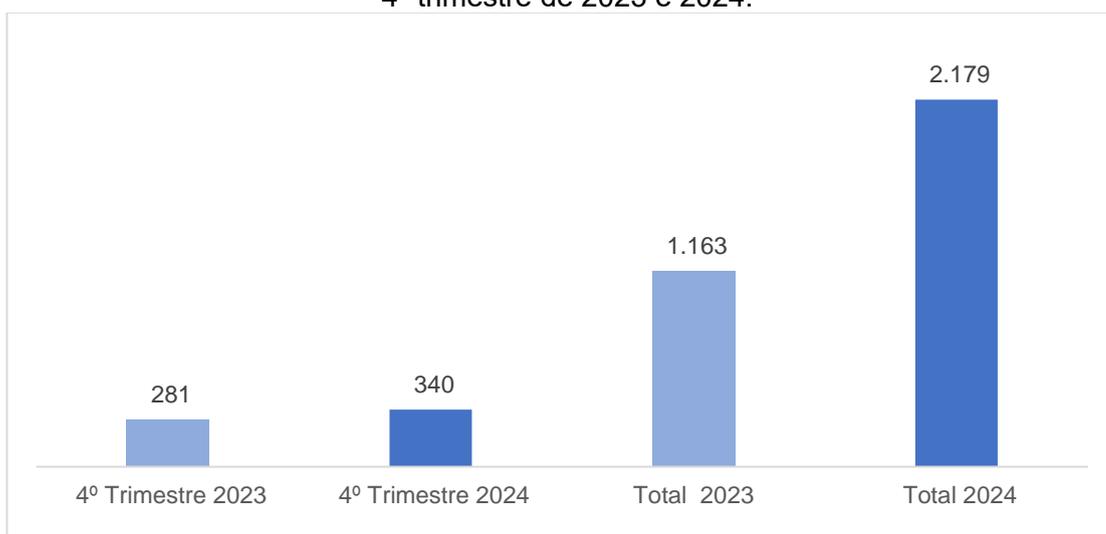
Gráfico 44: Quantitativo das aposentadorias concedidas – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Em comparação ao mesmo período de 2023, no qual foram concedidas 281 (duzentos e oitenta e uma) aposentadorias civis, o corrente ano apresenta um acréscimo de aproximadamente 21% (vinte e um por cento) no número de aposentadorias deferidas, que se relaciona com o amadurecimento dos servidores e gestão de equipes e organização de processos, apesar da redução no número de técnicos (02). Assim, ao final de 2024, foram concedidas 2.179 (dois mil e cento e setenta e nove) aposentadorias, um acréscimo superior a 87% em relação ao número total de análises do ano anterior.

Gráfico 45: Comparativo do quantitativo das aposentadorias concedidas – 4º trimestre de 2023 e 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

No segundo trimestre de 2024 foram concedidas 161 (cento sessenta e uma) pensões por morte. Totalizando, ao final de 2024, 570 (quinhentos e setenta) pensões concedidas, conforme o gráfico a seguir.

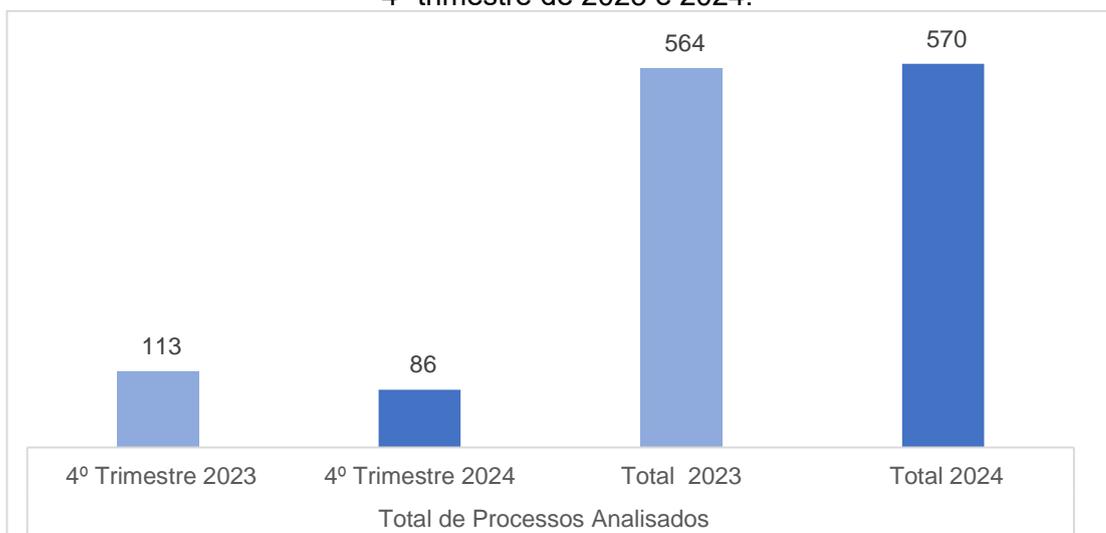
Gráfico 46: Quantitativo das pensões concedidas por folha de pagamento – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Registra-se que houve uma redução de aproximadamente 23% (vinte e três por cento) no número de concessões em comparação ao quarto trimestre de 2023, no qual foram deferidas 113 (cento e treze) pensões de competência da CCAH. Dessa maneira, ao final de 2024, foram concedidas 570 (quinhentos e setenta) pensões, um acréscimo superior a 1% em relação ao número total de análises do ano anterior.

Gráfico 47: Comparativo do quantitativo das pensões concedidas – 4º trimestre de 2023 e 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

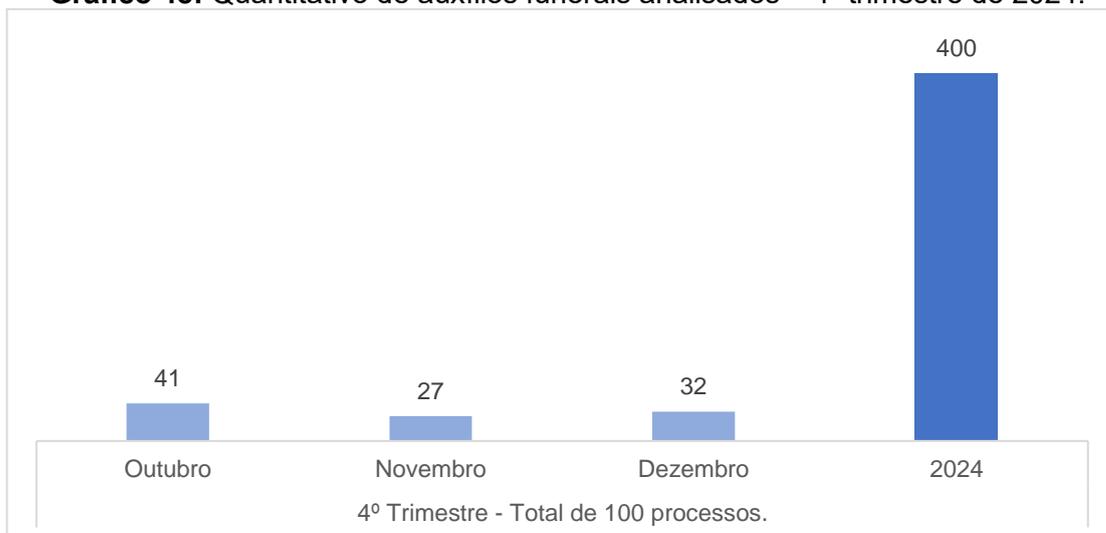
Salientamos que o passivo tem sido controlado, restando pendentes apenas os processos (tanto de concessão inicial quanto de revisão) que se encontram, em linhas gerais,

aguardando parametrizações do sistema, cujos chamados encontram-se em andamento. O tempo médio de análise também se manteve estável em 4 (quatro) dias desde a chegada do processo nesse setor.

7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral

No 4º trimestre de 2024, foram 151 (cento e cinquenta e um) processos de auxílios funerários analisados e 100 (cem) foram deferidos, com média superior a 30 (trinta) deferimentos mensais, como demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 48: Quantitativo de auxílios funerários analisados – 4º trimestre de 2024.

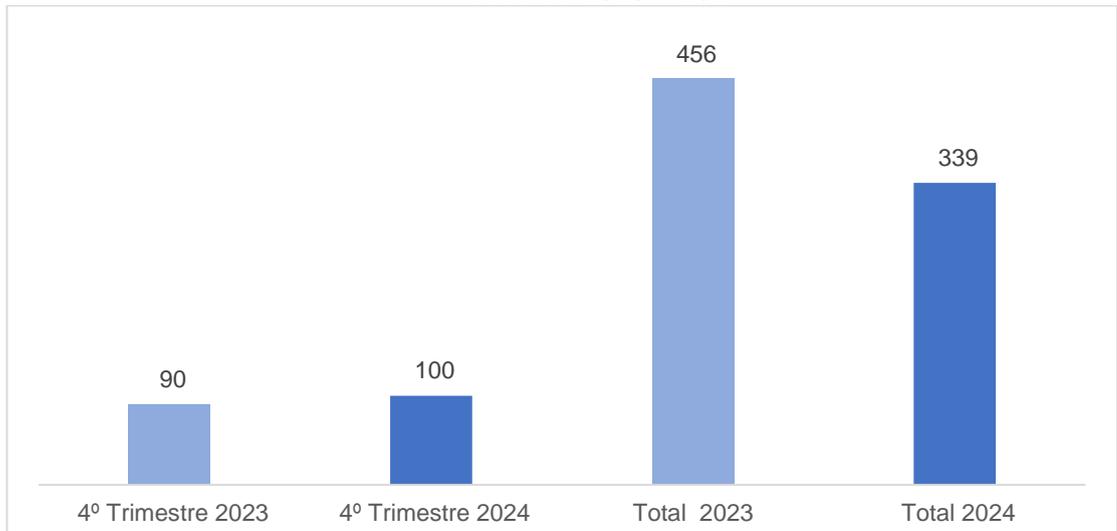


Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPSS.

Número bastante expressivo que contribuiu para o controle do estoque deste tipo de demanda, que hoje conta com apenas 09 (nove) processos nesse setor, sendo dentre esses 08 (oito) aguardando conclusão de processos de pensão. Totalizando, ao final de 2024, 400 (quatrocentos) auxílios funerários analisados.

Ao comparar o dado apresentado com o terceiro trimestre de 2023, houve aumento de 10% (dez por cento) nos deferimentos. Por outro lado, no total ano, houve um decréscimo de 26% no quantitativo dos auxílios funerários concedidas.

Gráfico 49: Comparativo do quantitativo dos auxílios funerários concedidas – 4º trimestre de 2023 e 2024.

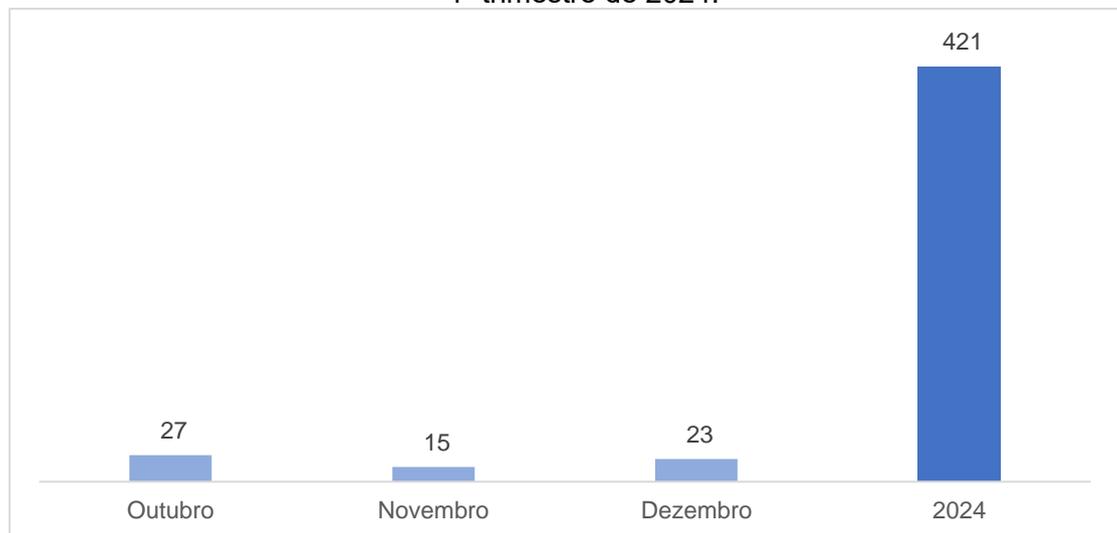


Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPSS.

7.9.4 Abono de Permanência

No 4º trimestre de 2024, foram analisados 138 (cento e trinta e oito) pedidos de abonos de permanência, sendo 65 (sessenta e cinco) deles deferidos, distribuídos por mês calendário. Dessa maneira, ao final de 2024, foram concedidas 421 (quatrocentos e vinte e um) abonos de permanência, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 50: Quantitativo dos abonos de permanência concedidos – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPSS.

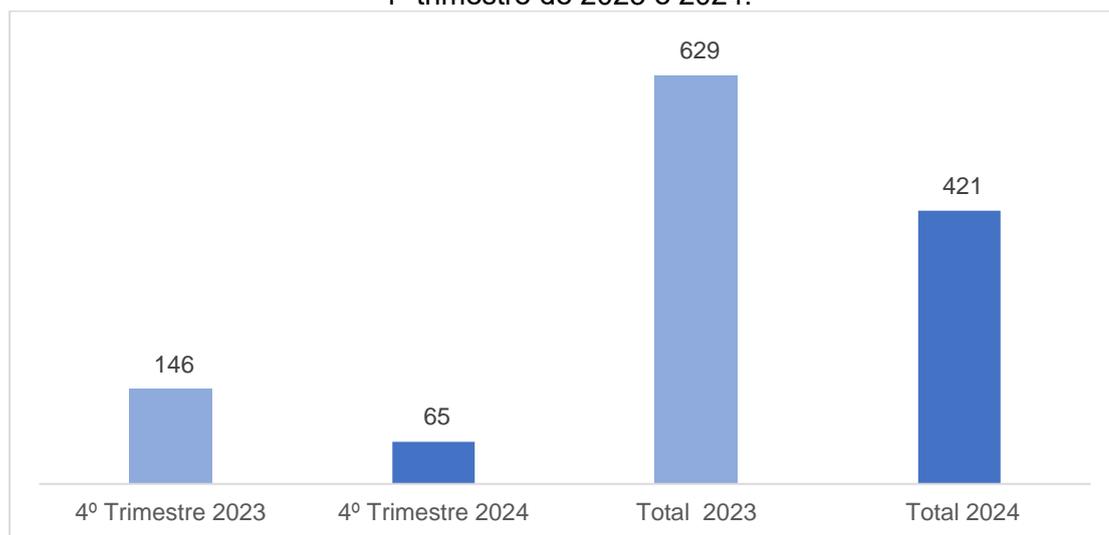
Ressaltamos que a quantidade de deferimentos até o momento encontra amparo no Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE/PA de nº 626/2023, o qual esclarece que apenas os servidores efetivos fazem jus ao abono de permanência.

Salientamos ainda que, tal qual ocorre na pensão, o passivo do abono de permanência permanece sob controle, contando com apenas 73 (setenta e três) processos para análise (parte

desses processos encontram-se aguardando ajustes pelo SISPREV, cujos chamados já se encontram em andamento) e apenas 01 (um) pedidos de revisão.

Ao comparar o dado apresentado com o terceiro trimestre de 2023, houve redução de 55% nos deferimentos. E quando comparado com o total ano, houve um também um decréscimo de 33% no quantitativo dos auxílios funerais concedidas.

Gráfico 51: Comparativo do quantitativo dos abonos de permanência concedidas – 4º trimestre de 2023 e 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

7.9.5 Manutenções das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado do Pará

A folha de pagamento do IGEPPS atua na gestão de quase 55 mil benefícios de inativos e pensionistas, civis e militares, do Estado do Pará. A atividade de gestão abrange a implantação dos benefícios, manutenções e exclusões na folha de pagamento.

Além disso, o setor atua, também, em diversas pastas, as quais serão aqui destacadas algumas delas, quais sejam: I) Vacância, ocorrendo quando há a retirada de um beneficiário da folha; II) Evolução monetária da folha, abrangendo os dados gerais por grupos folha; III) Retroativos, expondo todos os retroativos pagos aos beneficiários, via folha; IV) Decisão Judicial, expondo a quantidade e valores das decisões que foram cumpridas via folha e; V) Recuperação de crédito, atuando na devolução de valores aos cofres públicos.

No presente relatório serão apresentados os cinco itens anteriormente expostos no período de outubro a dezembro de 2024, com a exposição de comparações de períodos em 2023.

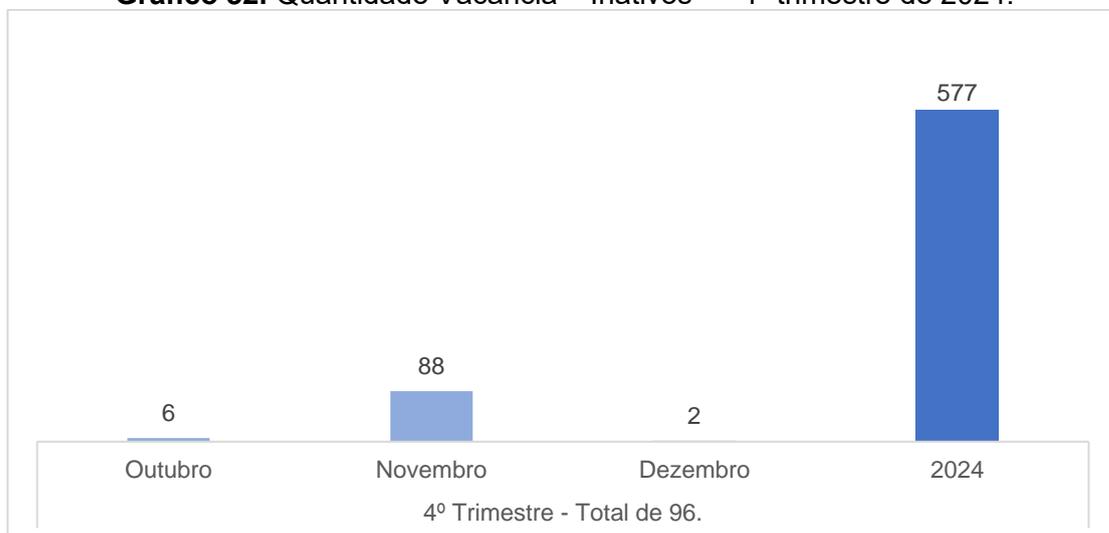
7.9.6 Vacâncias

7.9.6.1 Vacâncias de beneficiários – Aposentadoria/Reserva/Reforma

A vacância ocorre quando algum benefício é finalizado na folha de pagamento, sendo os motivos diversos, os quais serão analisados em seguida. No quarto trimestre, em outubro reduziu para 6 (seis) casos de vacância, em novembro houve um aumento significativo para

88 (oitenta e oito) casos. Em dezembro houve redução significativa para 2 (dois) casos de vacância.

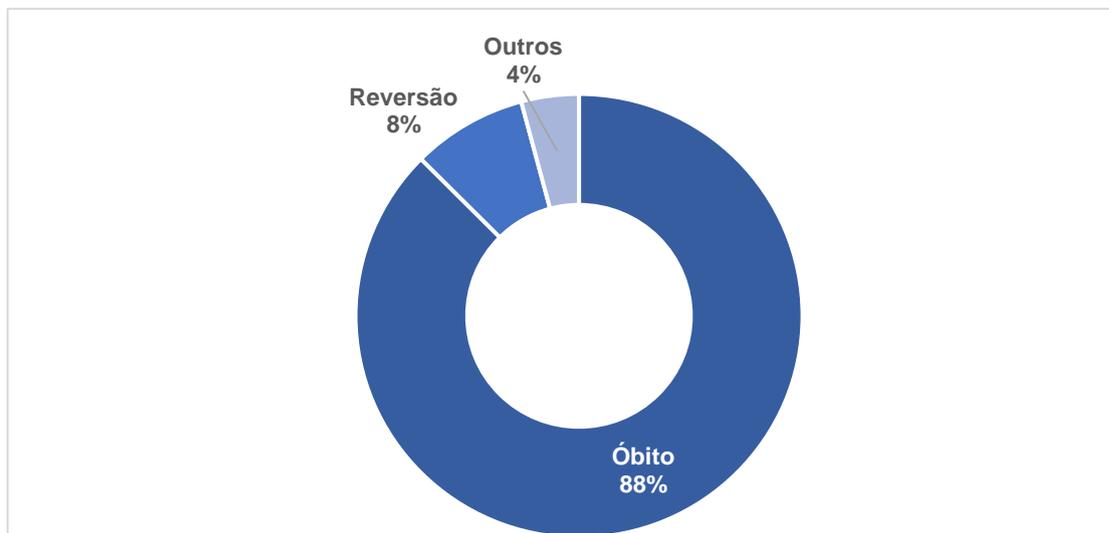
Gráfico 52: Quantidade Vacância – Inativos — 4º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

Em relação aos motivos da vacância, dos números apresentados no quarto trimestre de 2024, para os inativos, representou 88% versam sobre casos de óbito, 8% acerca de reversão ao serviço ativo e 4% não puderam ser classificados pelo sistema SISPREV (outros), conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 53: Distribuição de Vacâncias inativos – 4º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

Vale ressaltar que os valores economizados pelo Instituto estão distribuídos de forma mensal conforme o gráfico a seguir. Assim, no quarto trimestre de 2024, as vacâncias de beneficiários inativos totalizaram o montante R\$ 1.080.117,68 (um milhão e oitenta mil cento e dezessete reais e sessenta e oito centavos).

Gráfico 54: Aposentadoria Vacância – Valores Economizados (R\$) - 4º trimestre de 2024.



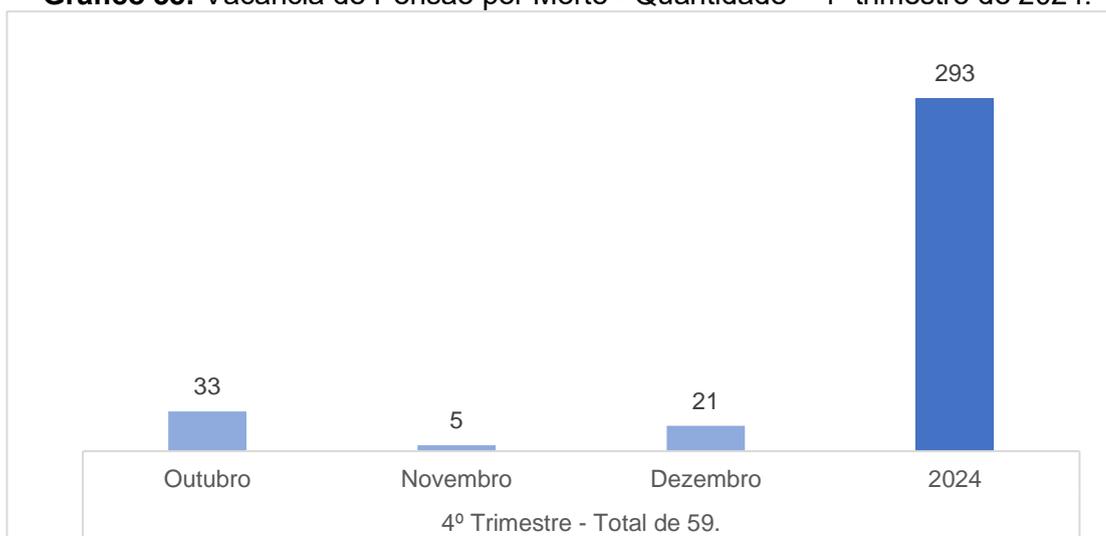
Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

Assim, em 2024, foram contabilizadas 577 (quinhentos e setenta e sete), no valor de 5.609.190,28 (cinco milhões e seiscentos e nove mil e cento e noventa reais e vinte e oito centavos). Desses números, 88% (quarenta e cinco por cento) tratam de vacâncias de óbitos. Esses números referem-se aos óbitos cadastrados no SISPREV, em decorrência de processos de comunicado de óbito, solicitação de pensão por morte, solicitação de auxílio funeral, denúncia, dentre outros.

7.9.6.2 Vacâncias de beneficiários – Pensão por Morte

No quarto trimestre, em relação ao mês de outubro, houve um aumento considerável para 33 (trinta e três) casos, em novembro reduzindo para 5 (cinco) e finalizando em 21 (vinte e um) no mês de dezembro, totalizando 59 (cinquenta e nove) processos de vacâncias de pensão por morte.

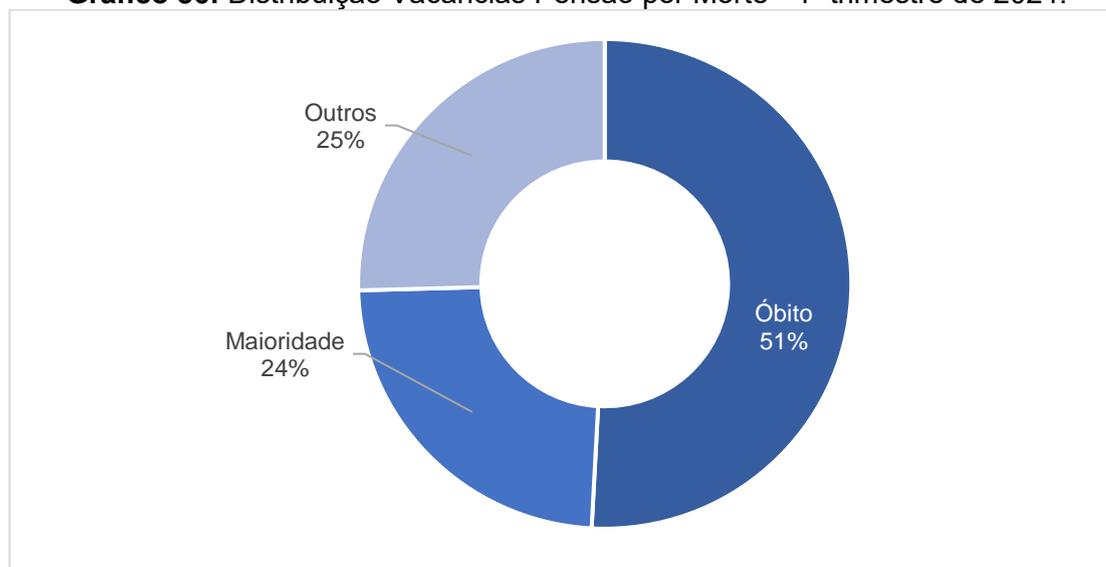
Gráfico 55: Vacância de Pensão por Morte - Quantidade – 4º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Em relação aos motivos de vacância, considerando os números do 4º trimestre de 2024, 51% versam sobre casos de óbito, 25% não puderam ser classificados pelo sistema SISPREV (outros) e 24% por maioria, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 56: Distribuição Vacâncias Pensão por Morte - 4º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

No que tange a valores economizados, quanto à vacância de pensão por morte, no quarto trimestre de 2024, temos o total de R\$ 1.760.465,96 (um milhão e setecentos e sessenta mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavo), conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 57: Valores de Vacância Pensão por Morte (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Portanto, em 2024, totalizou 293 (duzentos e noventa e três), no valor de 1.760.465,96 (um milhão e setecentos e sessenta mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos). Desses números, 40% tratam de vacâncias de óbitos, tendo em vista início de nova rotina, por meio do SIRC BATIMENTO. Ademais, citam-se como medidas adotadas por esta Coordenadoria para aperfeiçoar o controle do número de vacâncias, tanto de inativos como de pensionistas, novamente, a implementação e acompanhamento mensal dos dados do SISOBI, atualmente SIRC, e a realização de auditoria na folha de pagamento.

1.9.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento

No que tange à análise geral da evolução da folha de remuneração, tanto de segurados inativos quanto de pensionistas, apontamos que a CCOB reformulou os métodos de trabalho das funções de implantação e de desembolsos de valores retroativos, com aprimoramentos significativos e eficientes, como a atualização de tabelas salariais, a constituição de grupos de trabalho temporários para acelerar a análise e manutenção de processos administrativos e judiciais, possibilitando acertos devidos e legais aos segurados de forma oportuna.

Para a demonstração dos valores realizados da folha de pagamento no ano de 2024, diferentemente dos anos anteriores, foram utilizados os “valores totais brutos”, excluindo os valores indicados como “outros descontos”, pois esses valores não são contabilizados na execução orçamentária e financeira da folha.

Ressalta-se, também, a implementação em janeiro/2024 de pagamentos com a criação de contas-salário para os beneficiários do IGEPPS, baseada na Resolução CMN n.º 5.058 de 15/12/2022 no Banco Central do Brasil. Esse processo resultou em maior segurança na indicação de dados financeiros, pois os novos beneficiários apresentavam detalhes monetários desatualizados da SEPLAD, causando inconsistências nos pagamentos efetuados. No entanto, com as contas-salário criadas exclusivamente para recebimento de

benefícios, notou-se uma redução nas devoluções de créditos por indicação de registros bancários inválidos/desatualizados.

E, ainda, a partir de agosto de 2024 o contrato com a DataPrev do SIRC Batimento, que realiza o batimento de Registros Cíveis confrontando a base de beneficiários do IGEPPS com as informações atualizadas de registro de óbitos do cadastro nacional, possibilitou a retirada de beneficiários das folhas de inativos e pensionistas, em outubro a dezembro foram retirados das folhas de inativos e pensionistas 235 pessoas, que recebiam benefícios na ordem de R\$ 1.299.176,30 (um milhão, duzentos e noventa e nove mil, cento e setenta e seis reais e trinta centavos).

7.9.7.1 Inativos civis

No quarto trimestre de 2024, os segurados inativos civis somaram 95.529 (noventa e cinco mil, quinhentos e vinte e nove) totalizando R\$ 825.912.688 (oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e doze mil, seiscentos e oitenta e oito reais). Dessa forma, houve diminuição de -2,80% em relação a valores e crescimento de 0,79% na quantidade de pagamentos do segundo para o terceiro trimestre.

Gráfico 58: Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$) – Inativos Civil – 4º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Totalizando, no final de 2024, 376.080 (trezentos e setenta e seis mil e oitenta) segurados inativos civis. Atingindo o valor de R\$ 3.325.556.379,42 (três bilhões e trezentos e vinte e cinco milhões e quinhentos e cinquenta e seis mil e trezentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

7.9.7.2 Pensionistas civis

No 4º trimestre de 2024, a folha de pagamento dos pensionistas civis registrou o valor da folha de pagamento de R\$ 166.893.895,96 (cento e sessenta e seis milhões, oitocentos e

noventa e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos). Foram realizados 27.472 (vinte e sete mil, quatrocentos e setenta e dois) pagamentos. Isso representou um decréscimo de -0,40% e um acréscimo quantitativo de 6,97% em relação ao terceiro trimestre.

Gráfico 59: Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$) – Pensionista Civil – 4º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Nesse sentido, no final de 2024, foram 109.765,00 (cento e nove mil e setecentos e sessenta e cinco) pensionistas civis. Atingindo o valor de R\$ 658.564.907,19 (seiscentos e cinquenta e oito milhões e quinhentos e sessenta e quatro mil e novecentos e sete reais e dezenove centavos).

7.9.7.3 Inativos Militares

No 4º trimestre de 2024, foram realizados 32.667 (trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e sete reais) pagamentos, totalizando R\$ 434.717.157,78 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, setecentos e dezessete mil, cento e cinquenta e sete reais e setenta e oito centavos). Esse valor representou um aumento financeiro de 1,31% e quantitativo de 1,30% em relação ao terceiro trimestre.

Gráfico 60: Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$)
– Inativos Militares – 4º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Dessa maneira, no final de 2024, foram 127.992,00 (cento e vinte e sete mil e novecentos e noventa e dois) inativos militares. Atingindo o valor de R\$ 1.699.878.690,53 (um bilhão e seiscentos e noventa e nove milhões e oitocentos e setenta e oito mil e seiscentos e noventa reais e cinquenta e três centavos).

7.9.7.4 Pensionistas Militares

No quarto trimestre de 2024, o valor total da folha de pagamentos foi de R\$ 84.278.599,44, (oitenta e quatro milhões, duzentos e setenta e oito mil, quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos) referentes 11.216 (onze mil, duzentos e dezesseis) pensionistas militares. Isso representa um aumento de 0,47% no valor e de 0,25% na quantidade, comparando com o terceiro trimestre.

Gráfico 61: Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$) – Pensionista Militares – 4º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Nesse sentido, no final de 2024, foram 44.680 (quarenta e quatro mil e seiscentos e oitenta) pensionistas militares no valor de R\$ 333.178.999,26 (trezentos e trinta e três milhões e cento e setenta e oito mil e novecentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos).

7.9.7.5 Pensionistas Especiais

No quarto trimestre de 2024, foram realizados 1.713 (um mil e setecentos e treze) pagamentos, totalizando R\$ 9.770.318,72 (nove milhões, setecentos e setenta mil, trezentos e dezoito reais e setenta e dois centavos). Isso representa um aumento de 14,12% em valor e 7,06% em quantidade, em comparação com o terceiro trimestre.

Gráfico 62: Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$) – Pensionistas Especiais – 4º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Dessa maneira, no final de 2024, foram 6.299 (seis mil e duzentos e noventa e nove) pensão especiais. Atingindo o valor de R\$ 32.075.517,40 (trinta e dois milhões e setenta e cinco mil e quinhentos e dezessete reais e quarenta centavos).

7.9.8 Pagamento de Retroativos

7.9.8.1 Inativos

No quarto trimestre foram pagos R\$ 12.295.573,60 (doze milhões, duzentos e noventa e cinco mil quinhentos e sessenta e três reais e sessenta centavos), com um quantitativo de 2.158 pagamentos, com decréscimo de -5,22% nos valores.

Gráfico 63: Retroativos de Aposentadorias - Valores (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Portanto, no final de 2024, foram 17.889 (dezesete mil e oitocentos e oitenta e nove) pagamentos de retroativos. Atingindo o valor de R\$ 57.175.059,82 (cinquenta e sete milhões e cento e setenta e cinco mil e cinquenta e nove reais e oitenta e dois centavos).

7.9.8.2 Pensionistas

Quanto ao recorte dos benefícios previdenciários de pensão por morte, civil e militar, no total foram pagos a título de retroativo, no segundo trimestre do ano de 2024, o pagamento da monta de R\$ 10.763.190,73 (dez milhões setecentos e sessenta e três mil, cento e noventa reais e setenta e três centavos) com o quantitativo de 2.352 pagamentos, apresentando uma redução de -3,34% nos valores e 14,56% em quantitativo.

Gráfico 64: Retroativos de Pensão - Valores – 4º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Dessa maneira, no final de 2024, foram 8.367 (oito mil e trezentos e sessenta e sete) pagamentos de retroativos para inativos militares. Atingindo o valor de R\$ 44.460.829,56

(quarenta e quatro milhões e quatrocentos e sessenta mil e oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos).

Sendo imperioso ressaltar que os pagamentos de valores retroativos tantos para pensão por morte quanto para os inativos, foram apurados por meio de todas as rubricas constantes no sistema que se referiam a retroativo no período, quais sejam: 145 RRA, 110 Retroativo Ano Vigente, 107 Retroativo de Reajuste, 1.101 Retroativo Ano Vigente, 1.451 Retroativo de RRA/RFB.

Diante do exposto, informamos que as demandas relacionadas aos retroativos tem sido cada vez mais constantes, entretanto, a equipe exerce suas atividades de forma árdua conseguindo executar a análise dos casos com a consequente redução do passivo.

7.8.9 Cumprimento de Decisões Judiciais

7.8.9.1 Inativos

Em referência aos valores de cumprimento de decisões judiciais de inativos, cumpre demonstrar que entre os meses de outubro a dezembro de 2024, foram realizados pagamentos no valor total de R\$ 6.654.397,32 (seis milhões seiscentos e cinquenta e quatro mil trezentos e noventa e sete reais e trinta e dois centavos). Totalizando no final de 2024, a monta de R\$ 28.666.416,09 (vinte e oito milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e dezesseis reais e nove centavos).

Gráfico 65: Decisão Judicial - Aposentadoria (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPSS.

Consideramos ainda que o quantitativo de segurados inativos civis e militares que receberam pagamentos de decisões judiciais no trimestre, totalizou 5.528 (cinco mil e quinhentos e vinte e oito) decisões judiciais, representando uma redução de -2,85% em relação ao terceiro trimestre. Diante do exposto, ao final de 2024, foram 23.057 (vinte e três mil e cinquenta e sete).

7.8.9.2 Pensionistas

Neste quarto trimestre do ano do 2024, foram pagos R\$ 5.114.755,88 (cinco milhão cento e catorze mil setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), referente as decisões judiciais que foram pagas aos pensionistas militares e civis, totalizando ao final de 2024, o valor de R\$ 21.566.858,37 (vinte e um milhões e quinhentos e sessenta e seis mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos), conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 66: Decisão Judicial – Pensão – 4º trimestre de 2024.



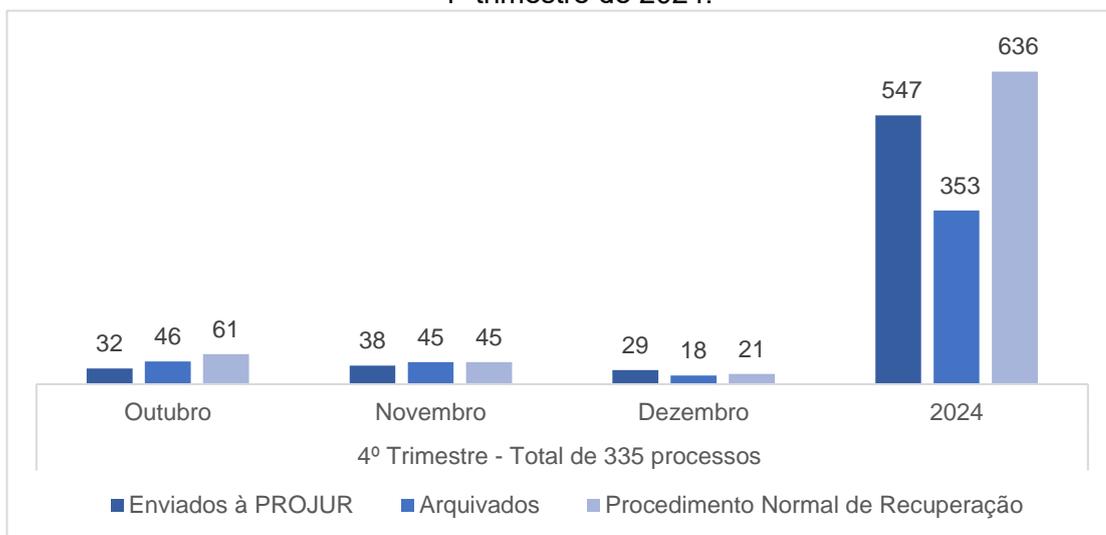
Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Consideramos ainda que o quantitativo de segurados pensionistas civis e militares que receberam pagamentos de decisões judiciais em 2024 totalizou 1008 (mil e oito) pagamentos para pensionistas, representando uma redução de -4,36% em relação ao terceiro trimestre. Desse modo, ao final de 2024, foram 4.286 (quatro mil e duzentos e oitenta e seis).

7.9.10 Recuperação de Crédito

A recuperação de crédito, via folha de pagamento, no período de outubro a dezembro de 2024, foi analisada um total de 335 processos, sendo 99 enviados à PROJUR, pois não havia mais benefício em folha para cobrança, 109 (cento e nove) foram arquivados pelos mesmos motivos já expostos anteriormente e 127 (cento e vinte e sete) foram executados os procedimentos rotineiros para recuperação. Dessa forma, podemos observar uma ligeira queda nas análises, em decorrência da troca de membro da equipe e férias de servidores.

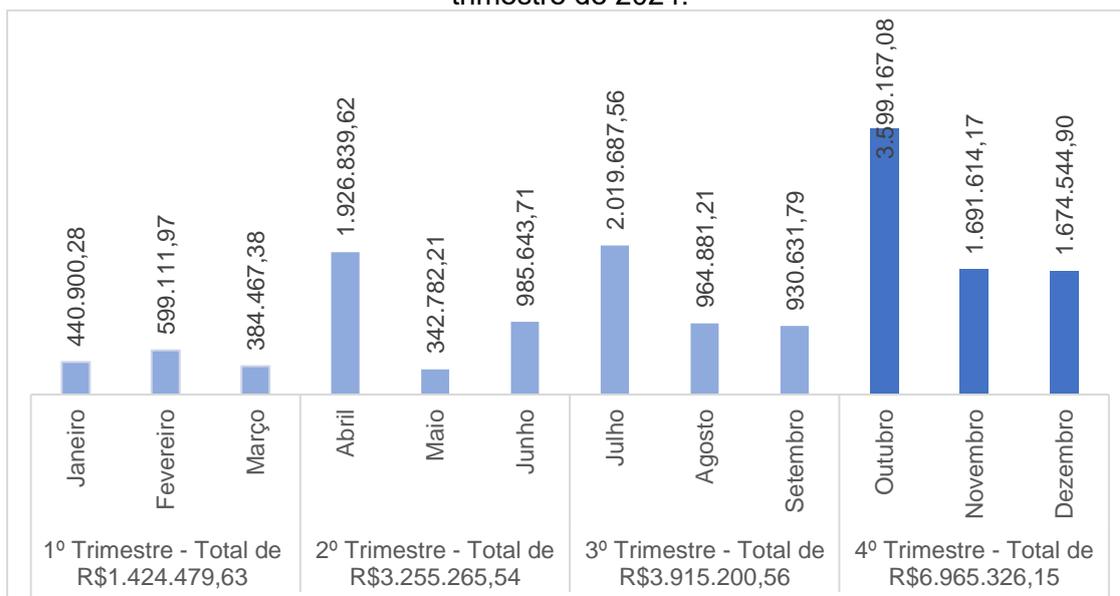
Gráfico 67: Quantitativo de Processos de Recuperação de Crédito - 4º trimestre de 2024.



Fonte: CCOB/Dipre/IGEPPS.

Nesse contexto, considerando os processos aptos à recuperação via folha de pagamento, neste trimestre, foi devolvido aos cofres públicos o valor de R\$ 6.965.326,15 (seis milhões. Novecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e vinte e seis reais e quinze centavos). Assim, houve um incremento, em relação ao 3º trimestre, no percentual de 77,90%. No final de 2024, um valor de R\$ 15.560.271,88 (quinze milhões e quinhentos e sessenta mil e duzentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos), conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 68: Recuperação de Crédito - Valores recuperados via folha (R\$) – 4º trimestre de 2024.



Fonte: CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.10 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

O Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), ligado à Diretoria de Previdência, atua no IGEPPS com o setor realiza estudos psicossociais para concessão de benefícios, verifica cadastros e apura denúncias além de atuar em educação previdenciária. Lida com casos complexos, buscando acelerar processos administrativos e facilitar concessões. Suas atividades estratégicas incluem diligências para esclarecer contradições em análises administrativas.

As demandas do IGEPPS vêm principalmente da CCAH e DIPRE. O NAPS gerencia o SIAAG, um sistema que atende usuários que se cadastram e agendam serviços online. Se um agendamento for detectado, o NAPS coordena com os setores relevantes do Instituto para atender a situação no tempo definido.

7.10.1 Atendimento Psicossocial

No quarto trimestre de 2024, foram realizados 07 atendimentos aos beneficiários/usuários em quadros de risco social. A avaliação da situação de risco era realizada pela CATEN, que encaminhava ao setor, o qual intermediava junto aos setores envolvidos a fim de propiciar a conclusão da análise dos requerimentos dos interessados. O NAPS também oferecia suporte ao atendimento do *Call Center*, o qual recorria ao setor quando da verificação de casos mais complexos.

7.10.2. Diligências Psicossociais

As Diligências Psicossociais consistem na atividade de visita domiciliar e demais deslocamentos necessários à realização de Estudo Psicossocial, entre outros, Verificação Cadastral (antiga Prova de Vida) e Apuração de Denúncias, sejam por óbito ou de nova união. Nota-se que a equipe do NAPS permanece realizando um número expressivo de diligências psicossociais, devido à chegada de duas servidoras provenientes do último processo seletivo, e que já estão atuando de forma consistente nas análises processuais, alavancando a produtividade do setor. Para o período aludido, foram realizadas 18 diligências na região metropolitana de Belém e 5 viagens para o interior do estado. Importante ressaltar que, no período aludido, duas servidoras estiveram de férias, bem como, no mês de dezembro as diligências ocorrem em menor número devido à dificuldade de encontrar os interessados em seus endereços para a realização da visita.

7.10.3 Denúncias de nova união e de óbito apuradas

NAPS é responsável por receber e verificar denúncias de nova união e reclamações de óbito. A investigação de acusações por nova união examina possíveis beneficiários de pensão por morte que iniciaram um novo relacionamento. Os processos de reclamação de

óbito têm prioridade, pois resultam em perda da condição de beneficiário de pensão por morte.

No 4º trimestre de 2024, foram apuradas 15 denúncias de óbito e 4 processos de apuração de nova união. A gestão priorizou a análise dos processos de pensão por morte, devido à sua alta prioridade, conforme entendimento da Diretoria de Previdência.

7.10.4 Análise psicossocial em processos de pensão por morte

Os processos de pensão por morte direcionados ao NAPS são os que carecem de provas documentais para a comprovação da qualidade de dependente previdenciário, especialmente, no que se refere à confirmação de existência de relação de união estável entre as partes. Como trata-se a conclusão da análise da concessão do benefício, diferentemente dos outros processos destinados ao NAPS, os processos de pensão por morte têm caráter prioritário na análise do setor. No referido período foi totalizado um quantitativo de 19 estudos psicossociais concluídos.

7.10.5 Relatórios Técnicos

No 4º trimestre de 2024, foram produzidos 07 relatórios técnicos frutos das diligências psicossociais esse quantitativo corresponde à meta estipulada internamente no setor

7.10.6 Educação Previdenciária

Os projetos estão relacionados com vários temas referentes à qualidade de vida dos segurados. Nesse sentido, essas ações corroboram para o desenvolvimento da educação previdenciária, o que favorece a melhoria da prestação de serviço previdenciário e avaliações pelo Pró-Gestão que é um programa de certificação que visa ao reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS.

No planejamento de 2024, estão previstas as seguintes ações/projetos/programas: Papo Previdenciário, Curso de Preparação para Aposentadoria, Curso de Orientação Profissional para Jovens Pensionistas, Atendimento de Educação Financeira aos usuários do IGEPPS, Workshop Planejamento Previdenciário: Garantindo o Futuro dos Servidores Públicos, Roda de Conversa com estudantes da graduação de Psicologia/UFGA.

Quadro 6: Cronograma de Educação Previdenciária – 4º trimestre de 2024.

Evento	Tema	Público-alvo	Data	Modalidade	Local
Papo Previdenciário	Atualizações previdenciárias, qualidade de vida na preparação para aposentadoria e educação financeira	Servidores em geral	Outubro	Presencial	Agência do IGEPPS em Altamira
Oficina de inclusão digital	Capacidade do público idoso para a utilização das principais mídias digitais	Público aposentado do IGEPPS	Outubro	Presencial	Sede do IGEPPS-Usina da Paz Jurunas
Roda de conversa com estudantes de graduação em psicologia	Atuação da psicologia na previdência estadual	Turma de graduandos de psicologia da UFPA	Outubro	Presencial	Sede do IGEPPS
Curso de Orientação Profissional para jovens pensionistas	Orientar os jovens pensionistas para inserção no mercado de trabalho	Pensionistas de 18 a 24 anos	Novembro	On line	A definir
Papo Previdenciário	Atualizações previdenciárias, qualidade de vida na preparação para aposentadoria e educação financeira	Servidores em geral	Novembro	Presencial	Sede do IGEPPS
Rodas de conversa: bem viver a aposentadoria	Encontros em grupo para a reflexão sobre a vivência da inatividade	Beneficiários inativos civis e militares	Dezembro	Presencial	Sede do IGEPPS

Fonte: NAPS/Dipre/IGEPPS.

Foram capacitadas 185 (cento e soitenta e cinco) pessoas nas ações de educação previdenciária promovidas pelo IGEPPS. Dentre as ações citadas, foram realizadas: 01 edição do Papo Previdenciário, com um total de 94 pessoas capacitadas; 03 edições do projeto Rodas de Conversa: bem viver a aposentadoria, com 12 pessoas capacitadas; 01 edição da Oficina de Inclusão Digital, com 08 pessoas capacitadas; 01 palestra sobre Como conciliar o planejamento de vida, carreira e aposentadoria, para os servidores do TJPA, com 06 pessoas capacitadas; 01 edição do Workshop Planejamento Previdenciário: Garantindo o Futuro dos Servidores Públicos (em parceria da DIPRE com o NAPS), com 60 pessoas capacitadas e pelo Programa de Assistência em Educação Financeira com 3 pessoas atendidas.

8 CANAIS DE ATENDIMENTO

O IGEPPS por meio de ações voltadas para facilitar o acesso aos usuários disponibiliza canais de atendimentos aos beneficiários, são eles:

1. Atendimento Pessoal

O atendimento presencial é realizado na Central de Atendimento (CATEN) na sede; nos postos sediados nas Estações Cidadania (Shopping Pátio Belém, Shopping Grão Pará e no Shopping Metrópole no município de Ananindeua), no posto do Terminal Hidroviário, nas agências os Núcleos Regionais - NUREG de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas) e no Núcleo de Apoio Psicossocial – NAPS na sede do IGEPPS.

Assim, os postos de atendimento acima relacionados são responsáveis pelo acolhimento ao público e ao beneficiário, realizando o protocolo de requerimentos, atualização cadastral, prestando informações e esclarecimentos em geral, orientando quanto aos procedimentos a serem adotados em cada tipo de demanda, expedindo declarações, recebendo e apurando denúncias, registrando críticas e elogios, além de auxiliar no combate a possíveis fraudes contra a Previdência.

1.2. IGEPPS Itinerante – Unidades Móveis

Em fevereiro de 2021, com o Plano de Expansão Institucional iniciou o atendimento itinerante por todo Estado do Pará, levando acesso aos serviços previdenciários para além da sede e estações cidadanias.

2. Central Telefônica

A Central Telefônica recebe chamados por meio dos números: (91) 3182-3500 e (91) 3217-7037, prestando o atendimento humano e eletrônico, receptivo e ativo, via Chatbot (humanizado), mensagem instantânea e redes sociais, utilizando o sistema de gestão do atendimento da empresa contratada.

Os telefonistas estão aptos a prestar informações, orientar quanto ao acesso na emissão do contracheque no site, realizar/orientar quanto ao agendamento presencial ou requerimento virtual, posicionar quanto ao andamento de processos, pontos de atendimento do Censo Previdenciário e documentos obrigatórios a serem apresentados, itinerário das Unidades Móveis, entre outros assuntos inerentes ao Instituto.

3. Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informações, críticas, sugestões, reclamações e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a ética e transparência nas relações do instituto com a sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na

qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

Dentre as principais demandas da Ouvidoria do IGEPPS, temos as informações, as reclamações e solicitações. Nos pedidos de informações, destacam-se os questionamentos sobre o andamento e resolução de processos. As reclamações destacam-se por números expressivos que constituem, sem dúvida, o maior quantitativo de manifestações, quanto à demora na análise e conclusão de processos.

4. Fale com o Presidente

O canal “Fale com o Presidente”, efetivamente implementado a partir de janeiro de 2021, se tornou um meio específico e de direta interação dos segurados com a Gestão, permitindo o fortalecimento do diálogo entre a sociedade e a estrutura interna do Instituto. O fluxo de tratamento das demandas encaminhadas ocorre, via de regra, de duas maneiras: em primeiro momento, há a triagem e análise primária do e-mail enviado pelo beneficiário e/ou cidadão em geral, demarcando-se os aspectos iniciais, tais como a que se refere o assunto, se existe processo em curso, qual o setor responsável pela emissão de resposta e/ou se já houve desfecho sobre o feito; e a posterior, são adotadas as providências para resposta imediata e espontânea ou provocação do setor correspondente concedendo prazo para que informe sobre o estado processual.

Em relação ao acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades desenvolvidas pelo canal “Fale com o Presidente”, durante o período de outubro a dezembro de 2024 se observou a percepção de uma média total de 2.200 (duas mil e duzentas) demandas, correspondendo a média de 150 a 250 e-mails mensais, distribuídas entre os assuntos de abono permanência, aposentadoria, auxílio funeral, Censo Previdenciário, certidões de tempo de contribuição – CTC, contracheque, cédula C, isenção de IR, pagamento de retroativos, pecúnia, pensão alimentícia, pensão por morte, reserva e reforma, revisões e requisições de pequeno valor - RPV.

Nesse último trimestre do ano de 2024 percebeu-se um aumento quantitativo nas demandas relativas ao Censo Previdenciário/recadastramento, prova de vida e Certidão de Tempo de Contribuição – CTC, pelo qual se sugeriu ações setoriais e multitarefas que fossem aptas a esclarecer as informações ao cidadão e proporcionar celeridade na emissão das CTC's.

6. E-SIC

O portal E-Sic (<https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml>) trata-se de um canal que por meio da plataforma SIC, qualquer pessoa física ou jurídica pode encaminhar pedidos de informações sobre assuntos relacionados aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, conforme determina o Art. 7º do Decreto Estadual Nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, que regula o acesso a informações previsto na Lei Nº 12.527 — Lei de

Acesso à Informação – LAI.

Portanto, o IGEPPS tem trabalhado para fortalecer o atendimento ao público não apenas na modalidade presencial, mas, também, por meio de canais virtuais que facilitem o acesso aos serviços disponibilizados pelo Instituto, bem como aproxime a Alta Gestão dos destinatários do serviço público ofertado.

8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

Alinhada ao Programa de Governança Pública do PPA 2024-2027, objetivando ampliar a atuação do Regime Próprio de Previdência Social nas principais Regiões de Integração do Estado do Pará e viabilizar o efetivo acesso dos beneficiários e dos cidadãos aos serviços ofertados pelo Instituto, a atual gestão do IGEPPS tem investido ostensivamente na expansão da estrutura física por meio da reforma e ampliação da Central de Atendimento – CATEN (Sede), dos postos de atendimento nas Estações Cidadania, no Terminal Hidroviário de Belém e nos Núcleos Regionais, bem como a construção e inauguração de Agências nas Regiões de Integração do Estado e o atendimento presencial volante viabilizado pelos caminhões baú.

8.1.1 Central de Atendimento – CATEN

No quarto trimestre, a sede Caten, juntamente com as Estações Cidadania e o Terminal Hidroviário, conduziu 10.786 atendimentos presenciais, conforme ilustrado no gráfico seguinte. Assim sendo, o número total de atendimentos realizados de janeiro a dezembro de 2024 alcançou a marca de 48.507.

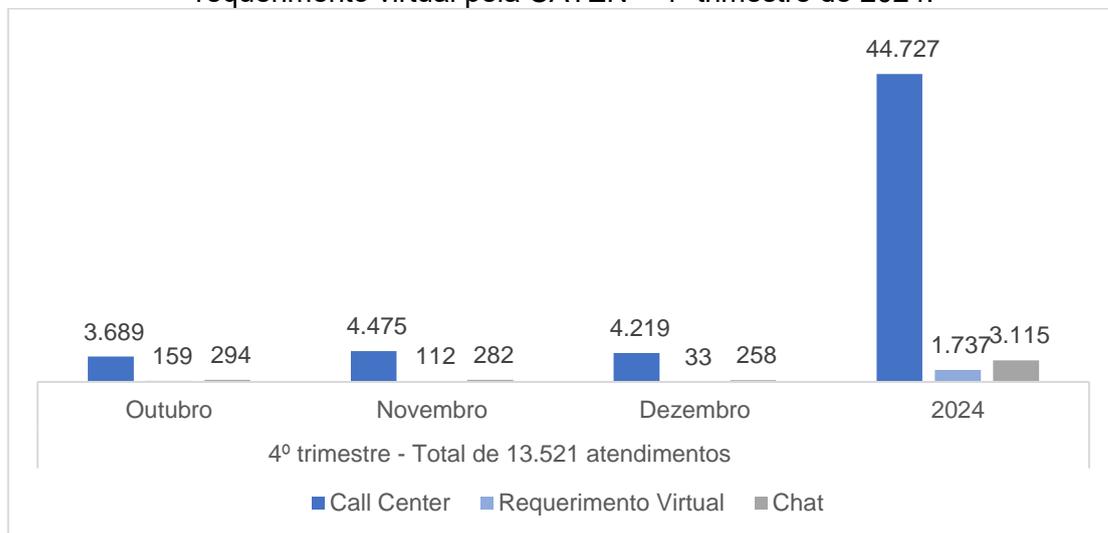
Gráfico 69: Quantitativo de atendimentos realizados pela CATEN– Sede, Estações Cidâneas (Metrópole, Pátio Belém e Grão Pará) e Terminal Hidroviário – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

Em relação aos serviços via call center, chat e solicitações virtuais, foram registrados 13.521 atendimentos no quarto trimestre, como ilustrado no gráfico subsequente. Dessa forma, o total acumulado de atendimentos no ano de 2024 alcançou 49.579.

Gráfico 70: Quantitativo de atendimentos realizados via Call Center, chat e requerimento virtual pela CATEN – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

8.1.2 Núcleos Regionais

Os Núcleos Regionais foram criados por meio da Lei nº 8.613/2018, art. 4º, inciso XI c/c art. 11-G com finalidade "planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades referentes ao cadastro e habilitação de beneficiários do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Pará, desenvolvidas nos municípios sob sua jurisdição".

Para descentralizar o atendimento da sede em Belém e ampliar a cobertura dos serviços prestados com agilidade, eficiência e qualidade o IGEPPS possui três Núcleos

Regionais, são eles:

1. Núcleo Regional de Castanhal composto por três agências: Castanhal (Região Guamá), Capanema (Região Rio Caeté) e Abaetetuba (Região Tocantins).
2. Núcleo Regional de Santarém composto por duas agências: Altamira (Região Xingu) e Santarém (Região Baixo Amazonas).
3. Núcleo Regional de Marabá composto por duas agências: Marabá (Região de Carajás) e Paragominas (Região Capim) inaugurada em 16 de fevereiro de 2024.

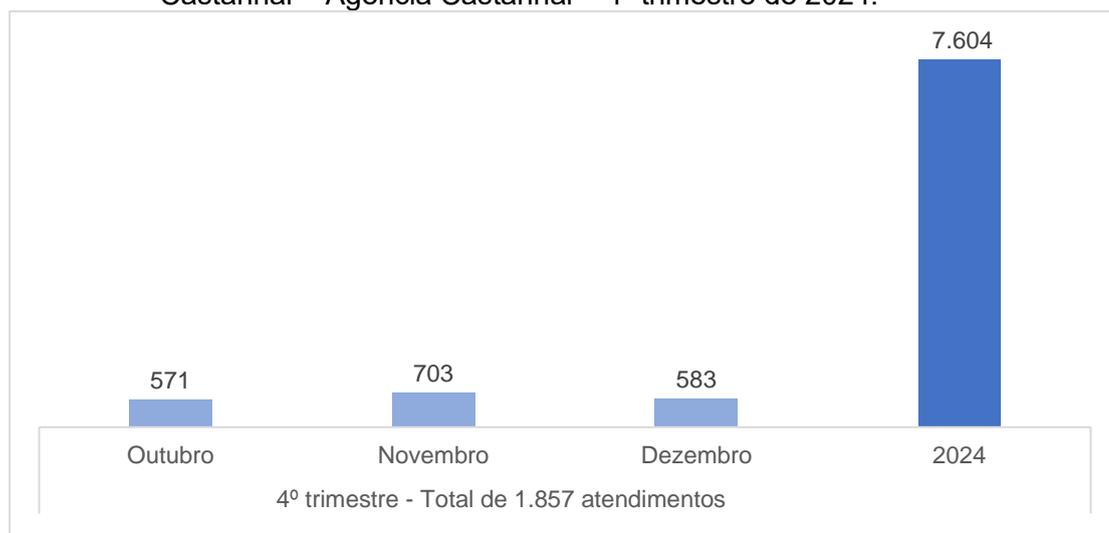
Os Núcleos de Castanhal e Santarém, além de prestarem os mesmos serviços previdenciários da sede do IGEPPS, também, realizam análise e concessão de benefícios previdenciários, contribuindo diretamente para atribuir agilidade e humanização do atendimento dos pleitos.

8.1.2.1 Núcleo Regional de Castanhal

- Agência Castanhal

A Agência Regional de Castanhal, na Região Guamá, abrange cerca de 5.004 beneficiários dentre civis e militares inativos e pensionistas das cidades de Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia.

Gráfico 71: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Castanhal – Agência Castanhal – 4º trimestre de 2024.



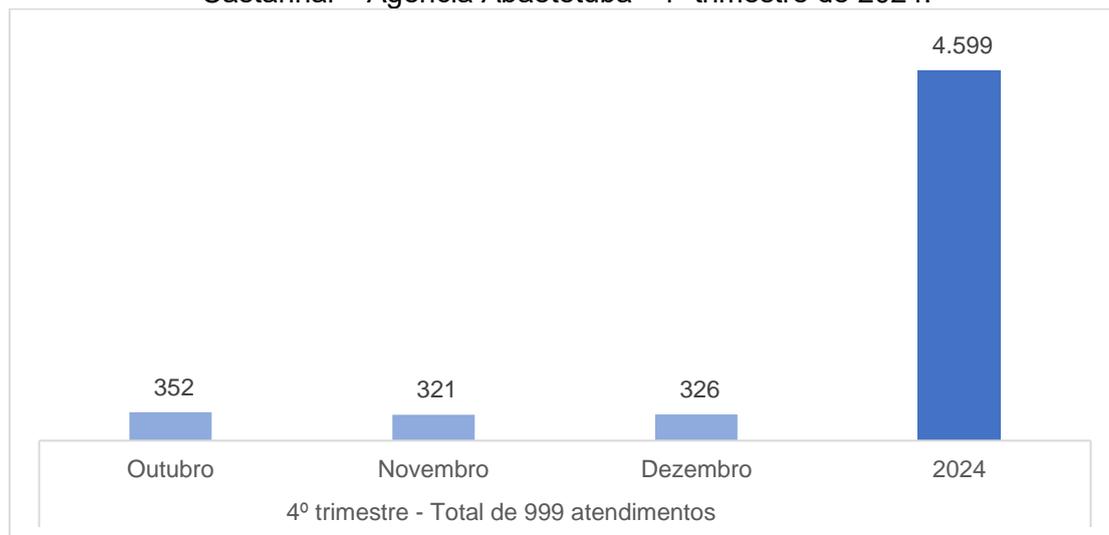
Fonte: SIAAG/IGEPPS.

No 4º trimestre de 2024, realizou um total de 1.857 atendimentos, conforme ilustrado no gráfico mencionado. Os serviços mais solicitados incluíram: consultas diversas, emissão de contracheques, censo previdenciário, consulta de processos e requerimento inicial. Assim, ao longo do ano de 2024, de janeiro a dezembro, a agência contabilizou 7.604 atendimentos.

- Agência Abaetetuba

A agência de Abaetetuba atua como polo na Região Tocantins para o atendimento de cerca de 2.419 beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes dos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia.

Gráfico 72: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Castanhal – Agência Abaetetuba - 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/IGEPPS.

No 4º trimestre de 2024, a agência de Abaetetuba concluiu 999 atendimentos, conforme ilustrado no gráfico acima. Os serviços mais solicitados pelos segurados da região foram a emissão de contracheques, consultas de processos, requerimentos iniciais, entre outros. Isso totalizou 4.599 atendimentos realizados pela agência ao longo do ano de 2024, de janeiro a dezembro.

- Agência Capanema

A agência de Capanema na Região Rio Caeté, abrange cerca de 2.999 beneficiários dos municípios de Capanema, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.

No 4º trimestre de 2024, a agência de Capanema realizou 2.021 atendimentos, conforme o gráfico abaixo. Dentre os atendimentos mais demandados destacam-se: outros serviços, emissão de contracheque, consulta de processo, requerimento inicial e censo previdenciário foram os mais demandados. Totalizando ao final de 2024, 8.570 atendimentos.

Gráfico 73: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Castanhal – Agência Capanema – 4º trimestre de 2024.



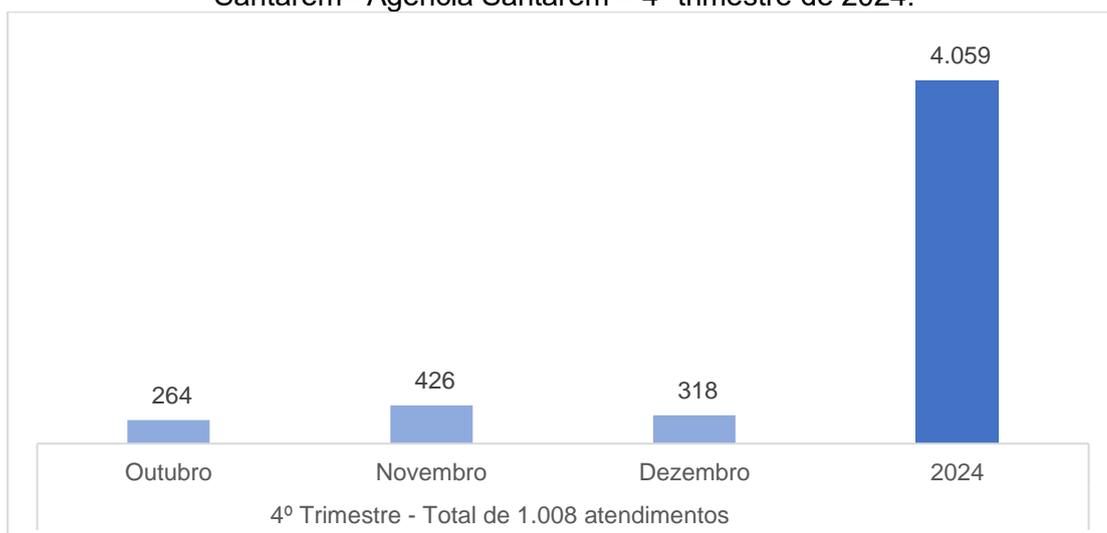
Fonte: SIAAG/IGEPPS.

8.1.2.2 Núcleo Regional de Santarém

- Agência Santarém

A agência de Santarém, atua na Região do Baixo Amazonas prestando serviços previdenciários para aproximadamente 2.681 beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes dos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

Gráfico 74: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Santarém – Agência Santarém – 4º trimestre de 2024.



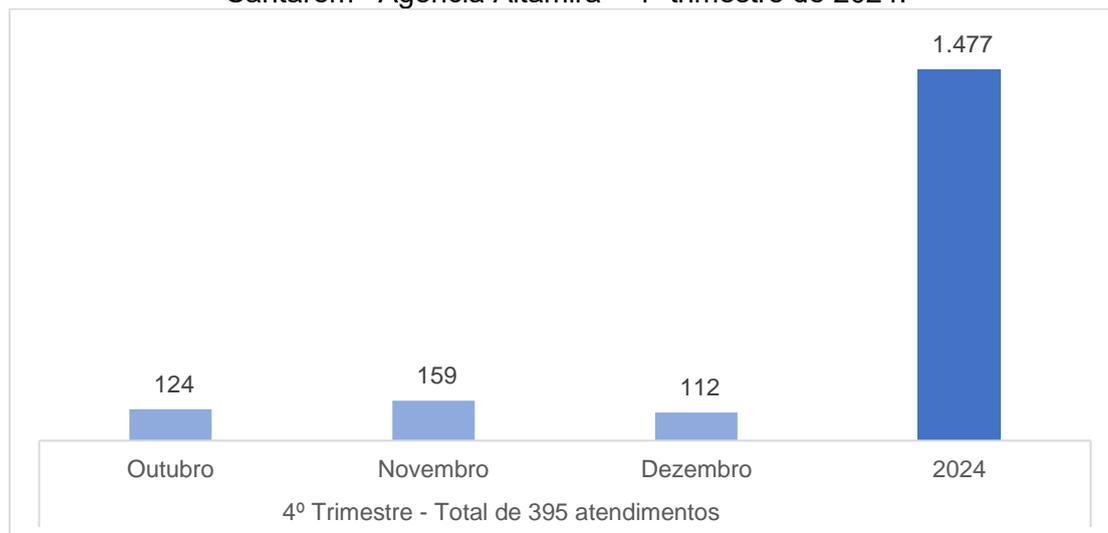
Fonte: SIAAG/IGEPPS.

No 4º trimestre de 2024, a agência localizada em Santarém registrou um total de 1.008 atendimentos. Os serviços mais procurados incluíam emissão de contracheques, consulta de processos e solicitação à inicial. Ao longo de 2024, de janeiro a dezembro, a agência registrou 4.059 atendimentos.

- Agência Altamira

A agência de Altamira, localizada na região do Rio Xingu, atende a cerca de 778 beneficiários, sendo 90 militares e o restante civis residentes nos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

Gráfico 75: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Santarém– Agência Altamira – 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/IGEPPS.

No 4º trimestre de 2024, a agência de Altamira realizou 395 atendimentos. Os serviços mais solicitados incluíram: diversos, emissão de contracheques, consulta de processos e portarias. Assim, ao longo do ano de 2024, de janeiro a dezembro, a agência efetuou um total de 1.477 atendimentos.

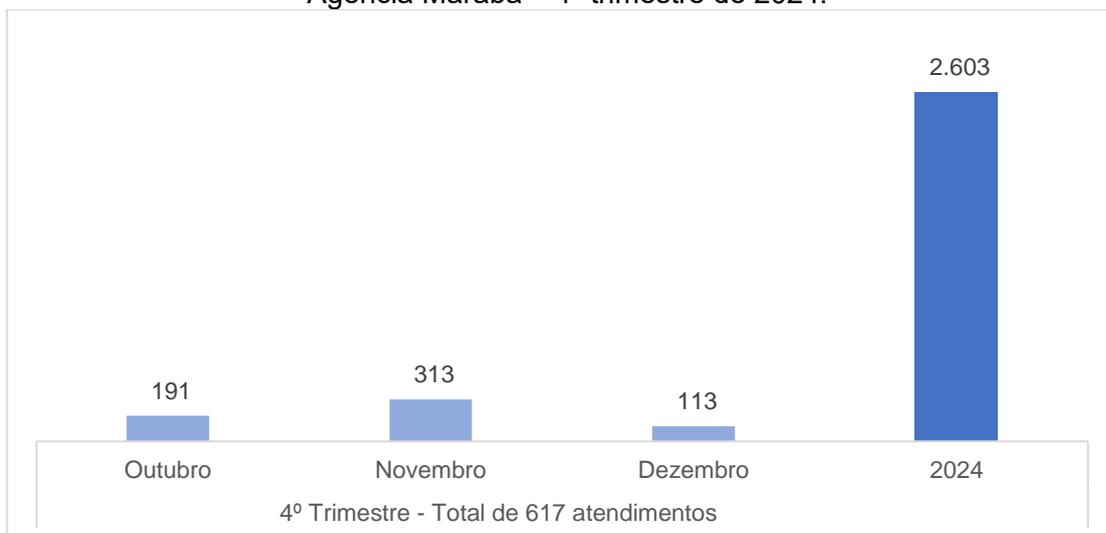
8.1.2.2 Núcleo Regional de Marabá

- Agência Regional de Marabá

A Agência Regional de Marabá no município de Marabá abrange os 2.790 beneficiários dentre civis e militares inativos e pensionistas das cidades da Região Carajás (Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canãa dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia) e Região Araguaia (Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia).

No 4º trimestre de 2024, a agência realizou 617 atendimentos, como ilustrado no gráfico subsequente. Os serviços mais solicitados incluíram outros serviços, missão de contracheque, consultas a processos e requerimentos iniciais, entre outros. Portanto, ao considerar o período anual de 2024, de janeiro a dezembro, a agência concluiu um total de 2.603 atendimentos.

Gráfico 76: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá– Agência Marabá – 4º trimestre de 2024.



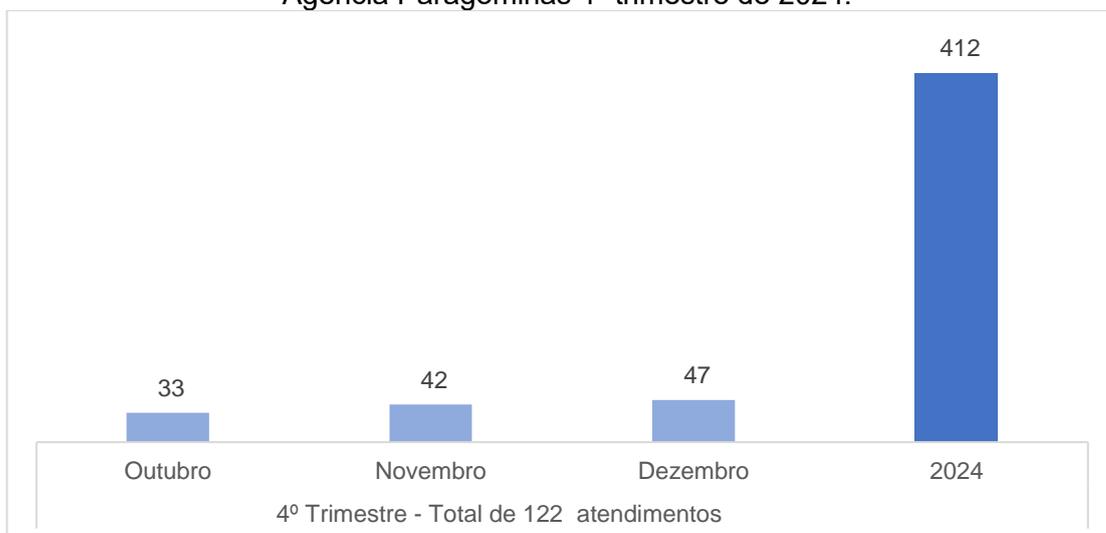
Fonte: SIAAG/IGEPPS.

8.1.2.1 Agência de Paragominas

Agência de Paragominas foi inaugurada em 16 de fevereiro de 2024 e abrange os municípios de Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Rondon do Pará, Paragominas, Tomé Açú e Ulianópolis.

No 4º trimestre de 2024, a agência realizou 122 atendimentos, conforme o gráfico abaixo. Os serviços mais requisitados foram: emissão de contracheque, outros, consulta de processo e portaria. No período anual de 2024, de janeiro a dezembro, a agência finalizou um total de 1.587 atendimentos.

Gráfico 77: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá– Agência Paragominas 4º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/IGEPPS.

CONSIDERAÇÕES

No quarto trimestre de 2024, o IGEPPS se destacou por avanços na gestão responsável e sustentável da Previdência Pública Estadual, sendo esses notáveis, especialmente nas grandes áreas de arrecadação e fiscalização de receitas, investimentos, benefícios previdenciários e de proteção social, tecnologia da informação e controles internos. Isso proporcionou ao Instituto a proximidade à excelência da prestação de seus serviços, no cumprimento de sua missão como política pública de Estado. Além disso, também se destacou na implementação de uma política fiscal e tributária equilibrada, que prioriza a proteção social de nossos segurados e beneficiários a longo prazo atuarial.

O relatório demonstra que as estratégias do IGEPPS visam atender as demandas do programa de implementação de uma gestão previdenciária eficaz, intrinsecamente ligada ao PPA 2024-2027 e alinhada com o ODS 10 da Agenda Mundial da ONU. Ademais, vale salientar que os investimentos perfizeram uma rentabilidade acima da meta atuarial no 4º trimestre. Registra-se, assim, no final do exercício de 2024, que a carteira Funprev rendeu R\$ 389.014.418,55 (trezentos e oitenta e nove milhões e quatorze mil e quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos).

Destaca-se, de outro modo, a ação de Gestão Previdenciária no 4º trimestre, com 17.444 (dezessete mil e quatrocentos e quarenta e quatro) atendimentos realizados tanto presencialmente na sede do IGEPPS, como nas agências dos Núcleos Regionais - NUREG de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas) e nas unidades móveis - IGEPPS Itinerante. Totalizando no ano de 2024, 78.387 (setenta e oito mil e trezentos e oitenta e sete) atendimentos presenciais.

No exercício em referência foram capacitadas 185 (cento e oitenta e cinco) pessoas nas ações de educação previdenciária promovidas pelo IGEPPS. Totalizando no período anual de 2024, de janeiro a dezembro, 2.812 (dois mil e oitocentos e doze), representando 468,7% acima da meta planejada para o ano de 2024. Nesse sentido, os diversos atores envolvidos na gestão dos regimes próprios de previdência estadual, por meio da Educação Previdenciária, têm oportunidade de adquirir e aperfeiçoar seus conhecimentos na matéria, sejam eles servidores ativos e inativos (segurados) e seus dependentes; sejam eles os dirigentes e conselheiros das entidades, como gestores; sejam os servidores públicos que atuam nos órgãos da administração pública estadual nas áreas de gestão de pessoas, planejamento e finanças, controle e supervisão e, por fim, a mídia, os sindicatos e as associações que atuam como formadores de opinião para toda a sociedade.

Em suma, a atual gestão continuou com ações voltadas para fortalecer a cidadania e cultura previdenciária no âmbito estadual, bem como investiu em tecnologia de ponta e

segurança da informação visando a ampliação dos serviços digitais, aliados à celeridade e qualidade dos serviços ofertados. Para o ano de 2025, pretende-se dar continuidade aos avanços nas ações e metas voltadas ao aperfeiçoamento da gestão previdenciária, financeira e de investimentos, destacando-se a obtenção do Nível máximo de Certificação Institucional do Programa Pró- Gestão, rumo ao topo no ranking dos melhores RPPS do Brasil.

Esse é o nosso Relatório.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS